

OTÁVIO DUTRA VIEIRA
AQUISIÇÃO POR DOAÇÃO
DOAÇÃO POR

132 6

REGISTRO
CATALOGUE

**ESTUDOS SOBRE TRABALHO —
NOTAS PRELIMINARES PARA A
FORMULAÇÃO DE UMA CRÍTICA DO
DIREITO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas - Especialidade Direito.

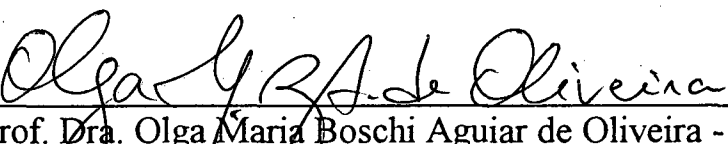
Orientadora: Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira


Florianópolis
1998

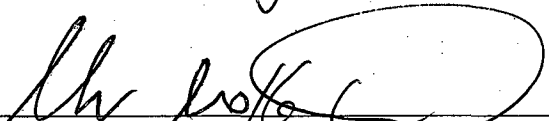
Otávio Dutra Vieira

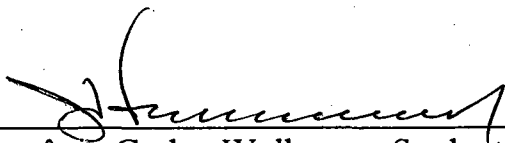
**ESTUDOS SOBRE TRABALHO —
NOTAS PRELIMINARES PARA A
FORMULAÇÃO DE UMA CRÍTICA DO
DIREITO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina pela Banca Examinadora formada pelos professores:


Prof. Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira - Presidente


Prof. Dra. Bernadete Wrubleski Aued - Membro


Prof. Dr. Moacyr Motta da Silva - Membro


Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer - Suplente

Florianópolis, 17 de dezembro de 1997.

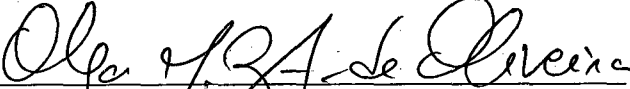
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

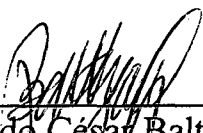
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**ESTUDOS SOBRE TRABALHO —
NOTAS PRELIMINARES PARA A
FORMULAÇÃO DE UMA CRÍTICA DO
DIREITO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO**

Otávio Dutra Vieira


Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira
Professora Orientadora


Dr. Ubaldo César Balthazar
Coordenador do Curso

Florianópolis, 17 de dezembro de 1997.

Dissertação aprovada com as alterações sugeridas pela banca examinadora. A aprovação desta não implica na aceitação pelos examinadores do posicionamento político e/ou ideológico nela contida.

A todas as mulheres, vítimas de uma dupla ou tripla jornada, embora a maioria não saiba que a saída dessa aflitiva situação esteja muito além da mera superação de um preconceito em relação ao sexo.

A Felipe e Bernardo, na esperança de que seus passos trilhem por caminhos menos áridos.

A Simone.

“...De qualquer modo, havia e há uma relação direta entre teorias acadêmicas e intenções políticas. É fácil ver isso quando não simpatizamos nem com as teorias nem com as políticas, especialmente quando seus resultados são tão escandalosos como no Sudeste asiático. Não é tão fácil detectarmos os perigos análogos em nossas próprias interpretações. Todavia, eles existem, mesmo que obscurecidos pelas nossas próprias inclinações e pelas operações autônomas do mecanismo acadêmico no qual estamos envolvidos. Em que sentidos e direções desejamos transformar o mundo, ou: nossas pesquisas implicam transformação? Corremos o perigo de esquecer que o sujeito e o objeto de nossas pesquisas são seres humanos? Não deveríamos correr este risco, pois são pessoas — não o ‘trabalho’, mas homens e mulheres trabalhadores reais, mesmo que freqüentemente ignorantes, míopes e preconceituosos — o que nosso estudo focaliza. Para muitos de nós o objeto final de nosso trabalho é criar um mundo no qual os trabalhadores possam fazer sua vida e sua própria história, ao invés de recebê-las prontas de terceiros, mesmo dos acadêmicos.”

Eric Hobsbawm *Mundos do Trabalho*

AGRADECIMENTOS

As minhas mães, Iná, Joara, Maria e Ilva, pelo carinho, compreensão e estímulo.

Aos meus irmãos e irmãs. Em especial a Jeanice, que seu coração preencha de luz o amanhã de seus filhos.

Aos mais que colegas Marco, Marcelo, Argemiro, Sérgio, Daniel, Graça, Everton, Bertazzo, Alexandre, Ney, Vânia, Gisela, Renata, Zeca, Karin, Samira, Roxana entre outros cuja convivência teve o condão de trazer a meus dias em Florianópolis um ar de eterna saudade.

Aos amigos Fabiano, Marcelo, Ademir, Adriano, Leandro, Ricardo, Karina, Alex, Tati, Taíse, Miriam, Cassiano, Allan, João, Clarissa, José Luiz e Elisa que, surpreendentemente bem, suportaram as inevitáveis alterações de humor.

A Cristina e Flávio, cuja distância é superada pelo maior carinho do mundo.

Aos meus alunos da Faculdade de Direito da UFSC.

A professora Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, porto seguro em momentos de desespero, pela liberdade propiciada na escolha do tema.

Aos professores Ricardo Antunes e Sérgio Lessa, pelas valiosas lições e conselhos.

Aos professores Moacyr Motta da Silva, Bernadete Aued e Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira pela possibilidade de terem tornado extremamente honrosa a avaliação deste trabalho.

Aos professores e funcionários do CPGD-UFSC, representados na pessoa de Antônio Carlos Wolkmer, exemplo de dedicação e seriedade.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo.

RESUMO

Este estudo da categoria trabalho, objetiva a construção de notas primeiras que possibilitem a construção de uma futura análise crítica do direito do trabalho contemporâneo, tendo como justificativas a oposição a posicionamentos que postulam, de um lado, a perda de centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e, de outro, o fim da justiça e do direito do trabalho embasados numa pretensa ausência de lutas de classe na atualidade.

Para que tal meta seja atingida, a remissão à categoria trabalho e de suas relações com a totalidade social se revela de extrema necessidade, pois deste modo é possível o enfoque de temas como os novos modos de produção; as conexões entre trabalho, ciência e tecnologia; a influência do complexo militar-industrial; a mundialização do capital e a amplitude do setor de serviços.

A pesquisa bibliográfica revela a importância da adoção da tripla dimensão do sistema de capital e da inconciliável oposição das classes sob o capital, como eixos norteadores fundamentais para uma crítica do direito do trabalho e da sociedade em geral.

Comprova-se, entre outros aspectos, a importância e necessidade do direito do trabalho a despeito do modo de produção ou posição ideológica vigente.

RESUMEN

Este estudio de la categoría trabajo objetiva la construcción de notas primeras que posibiliten la construcción de un futuro análisis crítico del derecho del trabajo contemporáneo, teniendo como justificativas la oposición a posicionamientos que postulan, de un lado, la pérdida de centralidad del trabajo en la sociedad contemporánea y, de otro, el fin de la justicia y del derecho del trabajo basados en una pretensa ausencia de luchas de clase en la actualidad.

Para que tal meta sea atingida, la remisión a la categoría trabajo y de sus relaciones con la totalidad social se revela de extrema necesidad, pues de este modo es posible el enfoque de temas como los nuevos modos de producción; las conexiones entre trabajo, ciencia y tecnología; la influencia del complejo militar-industrial; la mundialización del capital y amplitud de lo sector de servicios.

La pesquisa bibliográfica revela la importancia de la adopción de la triple dimensión del sistema de capital y de la inconciliable oposición de las clases sobre el capital, como ejes norteadores fundamentales para un crítico del derecho del trabajo y de la sociedad en general.

Comprobasí, entre otros aspectos, la importancia y necesidad del derecho del trabajo a despecho del modo de producción o posición ideológica vigente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CATEGORIA TRABALHO	
1.1 A categoria Trabalho e suas conexões internas.....	5
1.2 O trabalho e a totalidade das relações sociais.....	17
CAPÍTULO II O TRABALHO E O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEO	26
2.1 Do fordismo às formas de produção flexíveis.....	28
2.2 Trabalho, cientificismo e tecnologia.....	44
2.3 O complexo militar-industrial.....	59
2.4 A mundialização do capital.....	68
2.5 O setor de serviços.....	86
CAPÍTULO III A TRIPLA DIMENSÃO DO SISTEMA DE CAPITAL	95
3.1 A relação Capital-Trabalho.....	98
3.2 Estado moderno e divisão do trabalho.....	120
CONCLUSÃO	135
ANEXO	146
GLOSSÁRIO	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

INTRODUÇÃO

Quando, em raros momentos, dirigimos nossa atenção para a realidade que nos cerca a expectativa sobre o que nos aguarda na virada de milênio que se aproxima por certo não resulta infundada. Basta um olhar para um passado não muito distante para percebermos que muito se modificou em tão pouco tempo: a queda do muro, a chegada do homem à lua, globalização, “clonagem”, entre outros aspectos, nos fornecem mostras extremamente significativas nesse mister. No entanto, embora sob nova roupagem, alguns aspectos se revelam essencialmente os mesmos: o desemprego de milhões, a miséria de outros tantos, o excesso de trabalho de vários na contraposição ao alto nível de vida de uns poucos.

Neste horizonte extremamente fragmentário, as interpretações sobre o conteúdo e implicações de uma nova realidade igualmente variam na conformidade do olhar que se dirija a um passado que, alheio a tudo, permanece cada vez mais imutável.

No entremeio destas variadas visões de mundo, alguns pontos como a derrocada do antigo Estado soviético e falência do *Welfare State* assumem importância crucial. As conexões e relações entre os dois pontos em destaque ainda carecem de investigação mais profunda; contudo, a duplicidade destes acontecimentos não pode ser atribuída a uma mera “coincidência” histórica. Até que ponto a predominância do capitalismo em relação ao socialismo pode servir de base para que postulamos uma sociedade “pós-capitalista”, “pós-moderna”, “pós-industrial” é uma questão insuficientemente respondida. Por outro lado, quais as diferenças mais significativas

entre ambos os lados da “cortina de ferro”? Da mesma maneira, e esta indagação é ainda mais incômoda, no que mais se assemelhavam estes dois modos de produção?

Passar ao largo de tais indagações não fará com que outros tópicos não menos importantes tenham a sua real abrangência mais claramente definida como, por exemplo, a questão do redimensionamento das funções do Estado, primeiro ponto na pauta da agenda neoliberal. No que respeita a este último aspecto, como rimar em uma mesma poesia um Estado nacional mais competitivo com a noção de “Estado mínimo” ou “não-interventor”? Aliás, diga-se de passagem, como aceitar a antítese inerente a um conceito que postula uma “não-intervenção” do Estado, em outras palavras, quais as funções mínimas desta “nova instituição”?

Entre as brumas desse horizonte o trabalho e o direito do trabalho são alvos de comentários igualmente sérios e contundentes. O primeiro ao ver questionada a sua “centralidade” seja em função das novas tecnologias, seja em relação a um não menos nebuloso agir comunicativo. O segundo ao ver abalada sua autenticidade na solução de conflitos frente a uma “inexistência” de lutas de classe na sociedade contemporânea que, segundo alguns, finalmente parece ter dado “adeus” ao proletariado, lembrando em muito as discussões do início do século sobre a diferença entre a disciplina e doutrina do direito do trabalho, bem como das instituições que lhe sucederam, em contraposição à doutrina civilésca, dominante na época.

Dadas as atuais circunstâncias, referendadas ainda por um “vazio teórico” que, justificadamente, se atribui à doutrina, uma análise crítica do direito do trabalho é imperiosa. Porém, mesmo a melhor intencionada das críticas há de resultar prejudicada se efetuada sem critérios. O objetivo desta dissertação consiste na apreensão de notas preliminares a partir das quais venha a ser construída uma necessária análise crítica.

A despeito de qualquer posicionamento doutrinário observamos que, no direito do trabalho, muito se diz a respeito de categorias “jurídicas” mas tão pouco se

fala do trabalho, base deste ramo do direito. A não percepção desta problemática inicial, sem dúvida alguma, se constitui no principal obstáculo teórico que análises imbuídas de um “purismo” jurídico, postuladoras de uma equivalência entre trabalho e emprego, não conseguem suplantar.

O estudo da categoria trabalho, longe de constituir um retrocesso, revela ser a mais coerente colaboração daqueles que postulam um direito do trabalho que no atual momento consiga dar conta da insuficiente prestação que as “novas” relações de trabalho tão presentemente acentuam.

Cientes disso é que no nosso capítulo primeiro investigaremos de início alguns dos principais aspectos concernentes à categoria trabalho individualmente considerada para, na seqüência, observarmos alguns dos principais desdobramentos desta categoria com a totalidade social. Este capítulo serve pois para a elaboração de uma “moldura teórica” que abranja a variedade dos planos sob os quais trataremos a categoria trabalho posteriormente.

No segundo capítulo, uma panorâmica do “modo de produção capitalista contemporâneo”, abordaremos algumas das principais circunstâncias e fatores que afetaram a esfera do trabalho neste século. Para que os diversos planos de enfoque não restem ao final extremamente esparsos, nortearemos “provisoriamente” nossas análises embasados na Tripla Dimensão do sistema de capital (Estado, Capital e Trabalho) e na inconciliável “oposição” das classes sob este sistema, amparados nas lições de István Mészáros; especulando sobre a validade de sua adoção futura.

Na primeira abordagem, nos ateremos aos aspectos mais importantes das “novas” relações de trabalho apoiados no “fordismo” em oposição aos modos de produção “flexíveis”. Na segunda, privilegiaremos as relações entre o “trabalho”, o “cientificismo” e a “tecnologia”. No terceiro momento, apreciaremos as principais influências do “complexo militar-industrial” sobre o modo capitalista de produção. Em

uma quarta análise daremos atenção ao processo de “mundialização do capital”, para ao fim darmos destaque ao tópico “setor de serviços”.

Nosso terceiro capítulo objetiva ressaltar a importância do eixo norteador provisório adotado no início de nosso segundo capítulo. Para este fim, principiaremos com o exame da “relação Capital-Trabalho” e prosseguiremos com a apreciação da questão do “Estado moderno e a divisão do trabalho”.

Embasados nessas considerações, concluiremos nosso estudo com a formulação de algumas “notas preliminares” fundamentadoras de nossa futura crítica do direito do trabalho contemporâneo que compreenderá: o complexo social do direito; direito, estado e direito do trabalho; histórico do direito do trabalho; determinações intrínsecas do direito do trabalho; direito do trabalho contemporâneo e flexibilização; entre outros aspectos. Os quais poderão se constituir no trabalho de uma vida ou numa vida de trabalho.

Em tempo: os termos ou expressões sublinhadas nas citações correspondem aos grifos ou destaques dos próprios autores mencionados.

No terceiro capítulo privilegiamos a manutenção de uma linha teórica representada pelos nomes de Antunes, Lessa, Mészáros, Lukács, dentre outros, que marcam indelevelmente nosso estudo em detrimento da apreciação de outros autores não menos importantes no que respeita ao tema.

Os momentos em que nos referimos a Direito ou direitos do Trabalho, têm cunho meramente incidental.

Os juízos de valor emitidos no decorrer do estudo são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CATEGORIA TRABALHO

1.1 A categoria trabalho e suas conexões internas.

No vasto espectro propiciado pelos posicionamentos acerca da categoria trabalho a célebre distinção marxiana entre o “pior arquiteto” e a “melhor abelha”¹ ainda conserva a sua essencial originalidade. Realmente, por mais que se possa admirar a perfeição dos favos construídos pela última na contraposição ao mais falho dos projetos executados pelo primeiro, este, num insanável processo, antecipa em sua mente o resultado perseguido antes de sua execução. Daí tratarmos a categoria trabalho sob forma “exclusivamente humana”.

Dentre os que de modo mais aprofundado trataram da categoria trabalho nos moldes desta assertiva se destacam as observações de LUKÁCS. Mas antes que se examinem as questões levantadas por este filósofo, algumas considerações se fazem necessárias para melhor compreensão da categoria trabalho e de suas conexões internas na ótica lukácsiana.

¹ . MARX, K. *Das Kapital*, vol. I, p. 140. *Apud* LUKÁCS, G. *Trabalho e Teleologia*. p. 9.

LUKÁCS, ao longo de sua obra² não se referiu somente à categoria trabalho, apesar de considerá-la fundante do ser social, como se verá no decorrer do capítulo, tratou também com propriedade, de outros complexos sociais como a fala e o direito. O conjunto de questões a seguir corresponde em sua maior parte às posições do referido autor na obra *Para uma Ontologia do Ser Social*. A ausência de uma completa tradução desta obra aconselha que se apoie, nesta análise, tanto nas citações como nos comentários a elas pertinentes, nas respeitadas opiniões de autores outros que, em trabalhos ou traduções parciais, de alguma maneira ou de outra, puseram em foco *A Ontologia*. Na medida do possível o contexto do enfoque ou referência à Lukács restará preservado.

Um dos pilares da ontologia lukácsiana é o primado da **unitariedade última do ser**, tanto quando se fala do ser em geral mas também quando se refere ao mundo dos homens, porém, como destaca LESSA, os delineamentos gerais encontrados na *Ontologia*, compõem o imprescindível para a formulação de uma ontologia do mundo dos homens.³

Tanto nas afirmações acerca do ser em geral quanto na especificidade do mundo dos homens, o traço que distingue o ser social da natureza está em que o mundo dos homens é portador de uma **causalidade posta**, enquanto que a

². No que respeita à trajetória intelectual de Lukács são interessantes as observações de Lessa: "O primeiro momento da sua trajetória marxista resultou na produção de um dos textos mais significativos e de maior influência deste século, *História e Consciência de Classe* (1923). Na sequência, uma nova reviravolta intelectual: Lukács critica os traços hegelianos de *História e Consciência de Classe* e, tomando contato com os *Manuscritos de 1844* de Marx, inicia sua investigação ontológica, na maior parte das vezes pela mediação da estética.

Ao final dos anos 50, publica a síntese destas pesquisas: sua monumental *Estética*. Apesar da idade avançada, no início dos anos 60 traça um programa de investigação para os próximos dez anos: a redação da *Ética*. A primeira etapa deste projeto se constituiria pela busca dos fundamentos da ética a partir dos delineamentos ontológicos deixados por Marx. Esta busca, todavia, se prolongou mais do que o pretendido, dando origem a dois volumosos manuscritos, aos quais o autor não conseguiu dar a redação final antes de falecer em 1971, aos 86 anos de idade. Estes manuscritos, publicados em sua tradução italiana sob os títulos *Per una Ontologia dell'Essere Sociale* (ed. Riuniti, Roma, 1976-81) e *Prolegomeni all'Ontologia dell'Essere Sociale - questioni di principio di un'ontologia divenuta possibile* (Guerini e Associati, Milão, 1990) e em sua versão original, em alemão, *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins* (Luchterhand-Verlag, 1984) é o conjunto de escritos que se tornou conhecido como a *Ontologia de Lukács*." LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*, Prefácio.

³. LESSA, S. *A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács*. p. 2.

natureza se caracteriza por uma **causalidade dada**. Trata-se, portanto, de duas esferas ontologicamente diversas.⁴

Deste conjunto de questões introdutórias já se pode vislumbrar um dos pontos de partida de LUKÁCS, ou seja, a afirmação marxiana do **caráter puramente social** do mundo dos homens. O outro ponto de partida de Lukács reside na **universal historicidade do ser**, segundo TERTULIAN: *“O único princípio universal admitido é o da historicidade do ser: o qual implica, como sua consequência necessária, o princípio da historicidade das categorias, em outros termos, o princípio da variação das leis do desenvolvimento em função da especificidade de cada um dos níveis ontológicos.”*⁵

O ser social é ontologicamente distinto da natureza, o que não quer dizer que o mundo natural seja de alguma maneira desprezado, apenas se deve frisar que esta distinção ontológica se desenvolve em uma complexa articulação com o mundo natural, o qual é constantemente submetido a transformações teleologicamente orientadas.⁶

O Trabalho é então uma categoria eminentemente social. Desta assertiva já se pode inferir que o estudo desta categoria implica necessariamente em referências às mediações que articulam o trabalho e a totalidade social. Por consequência, o necessário isolamento teórico desta categoria para o estudo de suas conexões internas

⁴ . *“Ou seja, por ser uma objetividade que só pode ser fundada por atos teleologicamente postos, o ser social se distinguiria ontologicamente da natureza. Entre o mundo dos homens e a natureza não há qualquer forma ontológica possível: entre eles se interpõe um salto ontológico.”* LESSA, S. *Idem* p. XVII.

“ Para Lukács, portanto, existem três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta.” LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*. p. 16.

⁵ . TERTULIAN, N. *Teleologia e causalidade...*, p. 47 *Apud* LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*. p. 19.

⁶ . *“A troca orgânica do ser social com a natureza é a mediação ontológica com a totalidade social, específica ao mundo dos homens, que possibilita que o ser social se constitua enquanto esfera ontológica particular no interior da totalidade do ser em geral. Na tradição marxiana, esta mediação é o trabalho.”* LESSA, S. *A ontologia de Lukács*, p. 24.

constitui uma **enorme abstração**.⁷ Da mesma maneira, não se deve pensar que LUKÁCS deduza o ser social a partir do trabalho, nem que infira o trabalho a partir da totalidade social. Para o filósofo húngaro trabalho e totalidade social são dois momentos distintos e inseparáveis de uma mesma esfera ontológica: o mundo dos homens.

Na apreciação da processualidade interna da categoria trabalho é fundamental o estudo preliminar de duas outras categorias: **teleologia** e **causalidade**, já que, para LUKÁCS, a essência do trabalho é uma **peculiar e exclusiva** articulação entre estas duas categorias. Peculiar e exclusiva porque só no mundo dos homens a teleologia se faz presente. Nas palavras do autor:

*“ O problema ontológico propriamente dito nasce do fato que também em Aristóteles e em Hegel o modo de agir teleológico não se conserva limitado ao trabalho (ou, num sentido mais amplo, porém sempre, à práxis humana em geral), mas aparece elevado à categoria cosmológica universal; e desse modo ocorre que, durante toda a história da filosofia, passa a se manifestar uma contínua relação de concorrência entre causalidade e finalismo.”*⁸

Ao contrário dos dois autores citados, para LUKÁCS, a teleologia, longe de ser uma categoria universal, só existe no ser social e apenas enquanto momento fundamental da categoria trabalho:

“A admissão da teleologia no trabalho /.../ é, em Marx, alguma coisa que vai para muito além das tentativas de solução propostas por seus predecessores de porte como Aristóteles e Hegel. já que, para Marx, o trabalho não é uma das tantas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto em que é ontologicamente demonstrável a presença de

⁷ . LUKÁCS, G. *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. vol. II*, p. 135. *Apud* LESSA, S. *A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács*. p. II. Na sua leitura de Lukács, Lessa, fala que a análise do trabalho enquanto tal é uma **necessária abstração teórica**. “Necessária porque, sem ela não há como explorar as conexões internas do trabalho enquanto categoria fundante do ser social. Mas uma abstração, já que o trabalho apenas existe enquanto partícipe do mundo dos homens.” *Idem*, p. 26.

⁸ . LUKÁCS, G. *Trabalho e Teleologia*. p. 10. (grifamos).

um verdadeiro pôr teleológico como momento real da realidade material.”⁹

Prossegue o filósofo de Budapeste ao referir que a “limitação” da teleologia à esfera do Trabalho não lhe retira a “importância” categorial, ao contrário, sua importância cresce. “ *Portanto, pode-se falar racionalmente do ser social tão-somente quando se compreende que sua gênese, sua separação da base originária e sua emancipação estão fundadas no trabalho, ou seja, na contínua realização de finalidades colocadas.* ”¹⁰

É de se notar a ocorrência de grandes conflitos teóricos a respeito da **teleologia e causalidade** enquanto fundamentos categoriais da realidade e de seus movimentos. Assim, têm-se, de um lado, o que LUKÁCS denomina filosofia teologizante, que proclamava a superioridade do finalismo sobre a causalidade; e de outro, o materialismo pré-marxiano, que, a fim de não admitir a natureza transcendente do mundo, devia contestar a possibilidade de uma teleologia realmente eficaz. Para o mesmo autor, tal discussão é superada por Marx ao reconhecer que a teleologia é uma categoria que opera exclusivamente no trabalho, prevalecendo a oposição sem que, contudo, haja uma violação da essência da causalidade, mesmo que transformada em algo colocado.¹¹

Há, pois, uma necessária relação entre **causalidade e teleologia**, mas sem que, para isso, se reduza uma categoria à outra. Também se pode perceber que as duas categorias se opõem, mas no interior de um processo que termina por transformar a causalidade. Isso por que, a causalidade (princípio daquele automovimento que repousa sobre si próprio), conserva tal caráter mesmo quando desemboca em atos de consciência ao contrário da teleologia que, por sua essência é uma categoria colocada.¹²

⁹ . LUKÁCS, G. *Per una Ontologia...*, vol. II*, p. 23 *Apud* LESSA, S. *A centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács*. p. 28. (grifos de Lessa).

¹⁰ . LUKÁCS, G. *Trabalho e Teleologia*. p. 14.

¹¹ . LUKÁCS, G. *Trabalho e teleologia*. p. 15.

¹² . LUKÁCS, G. *Idem*. p. 10.

Para LUKÁCS, então, a **causalidade** é entendida como **princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo**. Não se vislumbra a redução da **causalidade** à **teleologia** pois a contraposição de ambas não altera a **essência da causalidade** (princípio que repousa em si mesmo). O que nesta relação se observa é a transformação de uma **causalidade dada** em **causalidade posta**, cujo princípio, frisamos, permanece inalterado.

Em sua, *A Ontologia de Lukács*, LESSA ilustra muito bem o debate a respeito da processualidade e articulação interna destas categorias ao contar a história de Ikursk¹³.

Ao sentir-se ameaçado Ikursk planeja a construção do machado de maneira a resolver os seus problemas. Este momento de planejamento, que Lukács denomina **prévia-ideação**, antecede e dirige a ação. Assim, *“as conseqüências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) antes que seja construído na prática.”*¹⁴ Ao ser levada à prática, ocorre a **objetivação**: processo em que a conversão do idealizado em objeto implica, sempre, na transformação de um setor da realidade, e ainda, o momento pelo qual a **teleologia** se transmuta em **causalidade posta**.¹⁵

Na **objetivação** há uma “articulação” entre a “idealidade” da teleologia com a “materialidade” do real, todavia, em tal processo não há um prejuízo da distinção ontológica entre ambas as categorias que não perdem as suas “essências”: *“Nesse*

¹³ . Ikursk, membro de uma tribo primitiva, se vê, juntamente com o restante da tribo, ameaçado pela presença nos arredores de um perigoso tigre dentes-de-sabre. Neste momento Ikursk inicia a construção de um enorme e descomunal machado que teria no seu peso e tamanho argumentos suficientes para o fato de Ikursk não adentrar mais densamente na selva. Acusado de covardia nossa personagem é condenado a utilizar seu machado no ofício de descascar cocos junto com as mulheres da tribo. Certo dia Ikursk e os membros de sua tribo são surpreendidos pelo ataque do tigre, em pânico, Ikursk, sem intenção alguma, termina por lançar seu machado pelos ares, o qual termina sua trajetória na cabeça do tigre, matando-o. Pelo nobre feito Ikursk termina como chefe da tribo e o mágico machado se converte em símbolo da dinastia de Ikursk.

¹⁴ . LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*. p. 24.

¹⁵ . LESSA, S. *Idem*. p. 25., e ainda, *A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács*. p. 33, do mesmo autor. *“Pela objetivação ‘.../ uma posição teleológica se realiza no âmbito do ser material como nascimento de uma nova objetividade.”* LUKÁCS, G. *Per Una Ontologia...* vol. II**, p. 564. *Apud*. LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*. p. 25.

sentido, no interior do trabalho, a objetivação efetiva a síntese, entre teleologia e causalidade, que funda o ser social enquanto causalidade posta.”¹⁶

Nesta articulação, a **causalidade** tem anterioridade e prioridade em relação à **teleologia**. Pois esta última não existe por si mesma, o que quer dizer que a **teleologia** “*apenas existe no ser social e em indissociável conexão com o seu desenvolvimento causal, não teleológico.*”¹⁷

O momento da **prévia-ideação** é um momento abstrato. Porém, nem por isso deixa de ter existência real e de exercer força material determinante nos atos sociais. Como bem demonstra LESSA: “*Só enquanto abstratividade pode ela ser o momento em que os homens confrontam passado, presente e futuro e projetam, idealmente, os resultados de sua práxis.*”¹⁸ Mas este momento só se configura como tal desde que ocorra a **objetivação**, ou seja, quando a **prévia-ideação** é levada à prática, objetivada.

Torna-se importante frisar que a “singularidade” da **prévia-ideação** (enquanto idéia de uma consciência singular) só existe em meio a elementos “universais”, “genéricos” ou seja, como resposta a uma situação social genérica, “concreta”.¹⁹

Nesta análise da **objetivação** por LUKÁCS, assim como no restante da sua teoria, não há espaço para a identidade sujeito-objeto. Assim, entre a consciência que

¹⁶ . LESSA, S. *Op cit. A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács.* p. 33.

¹⁷ . LESSA, S. *Idem*, p. 34. “*.../ as cadeias causais, na imanência da realidade, são infinitas, enquanto a consciência 'ponente', a consciência que põe um fim, se move sempre dentro de horizontes delimitados. Na tensão dialética entre teleologia e causalidade, entre as representações da consciência que fixa os seus objetivos e a realidade indelimitável das cadeias causais, Lukács vê o principium movens do ato do trabalho.*” TERTULIAN, N. *Uma apresentação à Ontologia do Ser Social, de Lukács.* p. 63.

¹⁸ . LESSA, S. *Op. cit. A Ontologia de Lukács.* p. 25.

¹⁹ . LESSA, S. *Idem*. p. 61 “*Contudo, não apenas na relação entre pergunta/resposta se introduzem, na singularidade da prévia-ideação, as dimensões genéricas universais.*” *Ibidem*.

operou a **prévia-ideação** e o **objeto** há uma distinção no plano do ser. Tal distinção no processo de objetivação LUKÁCS denominou **alienação**.²⁰

Ao contrário de HEGEL, que concebe o complexo **alienação/objetivação** como essencialmente negativo, LUKÁCS tem uma acepção essencialmente positiva deste que é considerado um momento ineliminável do processo de individuação e do desenvolvimento humano genérico. Nesta leitura, toda **objetivação** implica, necessariamente, em **alienação**. Enquanto na concepção hegeliana o complexo **alienação/objetivação** representa a perda do Espírito de si próprio, a **alienação**, em LUKÁCS, tem uma dimensão eminentemente positiva.²¹ Não que passe despercebido, no enfoque do pensador húngaro, o influxo negativo para o sujeito ponente que pode advir da relação **sujeito/ente objetivado** pois a **objetivação** implica, sempre, em momentos de **alienação** e, às vezes, em **estranhamentos**.²²

²⁰ Há uma discussão pela melhor tradução no contexto marxiano dos termos *Entäußerung* e *Entfremdung*. Leandro Konder, por exemplo, os traduz como *exteriorização* e *alienação*, outros como Ricardo Antunes preferem *alienação* e *estranhamento*. Neste sentido é acompanhado por Sérgio Lessa. (*A Ontologia de Lukács* p. 26, nota 8) Entre os estudiosos do Direito do Trabalho, Tarso Genro em *Introdução à Crítica do Direito do Trabalho*, p. 24, opta pela primeira tradução. Há também outra discussão relacionada aos mesmos termos no que respeita à utilização dos mesmos por Marx. Neste mister, as posições variam desde a que sustenta que Marx se utilizava dos dois termos sinonimamente, até a que prefere a distinção entre os dois termos no discurso marxiano, passando ainda pela que preconiza que o fator distintivo do uso dos dois termos reside apenas na ênfase dada à cada um deles. Não se pretende neste estudo uma discussão mais aprofundada deste assunto. A opção pela tradução *alienação* e *estranhamento* se deve a uma preocupação pela coerência metodológica dado o contorno teórico deste trabalho. O que, por certo, não invalida as observações do juslaborista gaúcho no que tange à *alienação*, aqui traduzida por *estranhamento*.

²¹ Em *O jovem Hegel*, Lukács afirma: “ *A alienação tem em Hegel /.../ uma significação positiva, criadora de objetividade, e desta significação parte a crítica de Marx, considerando a discussão de Hegel com seus predecessores como definitivamente resolvida a favor de Hegel.* ” (p. 533-4 Grijalbo, México, 1963. *Apud* LESSA, S. *A Centralidade ...* p. 112) Esta afirmação, observa Lessa, poderia gerar uma contradição com a caracterização essencialmente negativa do complexo **alienação/objetivação** de Hegel: “ *A contradição desaparece, contudo, ao se perceber que por positividade da alienação Lukács expressa o reconhecimento, por Hegel, da existência de uma realidade objetiva, exterior ao sujeito /.../ O reconhecimento deste caráter positivo da alienação em Hegel, no entanto, em nada se contrapõe ao reconhecimento do seu caráter negativo: o fato de representar o momento da perda do Espírito de si próprio. Ao se constituir enquanto exterioridade do Espírito, a coisalidade implica, no sistema hegeliano, na alienação-estranhamento do sujeito, com todas as seqüências daí advindas. A positividade da alienação em Hegel, tal como assinalada por Lukács, deste modo, em nada se contrapõe à determinação do seu aspecto de negatividade, tal como o fazemos.* ” LESSA, S. *A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács*. p. 112. (grifamos).

²² Elucidativa, neste aspecto, é a estrutura conceitual apresentada por Nicolas Tertulian no artigo *Le concept d'alienation chez Heidegger et Lukács*. (*Archives de Philosophie*. nº 56, 1993. *Apud* LESSA, S. *A Centralidade...* p. 43.) Como apura Lessa: “ *Apesar de uma diferença de vocabulário (Tertulian optou por traduzir *Entäußerung* por 'exteriorisation' e *Entfremdung* por 'aliénation') a*

Para o filósofo húngaro, “ *Nós podemos sensatamente falar do ser social somente quando compreendemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o seu devir enquanto algo que é em si, se apóia no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas.* ”²³

Através da **teleologia**²⁴, via trabalho, é que se efetiva uma ação de retorno sobre a **causalidade**, transformando-a, dando origem à uma nova esfera ontológica: o **ser social**. A singularidade desta **tensão dialética** entre **teleologia** e **causalidade** só se dá, para Lukács, no trabalho, e no seu interior, no processo de objetivação. Daí, o porquê de se considerar o trabalho como **protoforma** do ser social.

Na interpretação de LUKÁCS, a essência do trabalho,

*“consiste nisto: um projeto ideal consegue atualizar-se materialmente, uma finalidade pensada transforma a realidade material, insere na realidade alguma coisa de material que, frente à natureza, apresenta alguma coisa qualitativa e radicalmente nova. /.../ a posição teleológica faz surgir uma objetividade totalmente diversa em relação aos elementos primitivos.”*²⁵

*estrutura por nós adotada coincide com a do filósofo romeno: a objetivação (die **Vergegenständlichung**) enquanto consubstanciação da causalidade posta, a alienação (**Entäußerung**) como a ação do objeto criado (do objeto singular ou da totalidade social) sobre o sujeito (e, por extensão, sobre a totalidade social) e o estranhamento (**Entfremdung**) enquanto a ação de barreiras sociais à plena explicitação das individualidades e do gênero humano.”* LESSA, S. *Ibidem*.

²³ . LUKÁCS, G. *Per l'ontologia dell'essere sociale* II*, p.24, Apud, LESSA, S. *A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács*. p. 33, (grifamos).

²⁴ . “ *A teleologia, por exemplo, é uma categoria eminentemente histórica: nasceu num determinado momento da história, quando a consciência humana projetou sua própria luz sobre o mundo das coisas, introduzindo nas cadeias causais objetivas a marca do nexo final (o nascimento do processo teleológico coincide, assim com a emersão do trabalho), uma vez que a natureza em-si, inorgânica e orgânica, não conhece o finalismo, mas apenas a causalidade.* ” TERTULIAN, N. *Uma apresentação à Ontologia do Ser Social, de Lukács*. p. 68.

²⁵ . LUKÁCS, G. *Per l'ontologia dell'essere sociale* II*, p. 25, Apud, LESSA, S. *A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács*. p. 34, (grifamos). Pertinente a observação de Mészáros no que bem denominou **duas inalteráveis características definidoras**:

“ 1. *Seres humanos são uma parte da natureza, que deve satisfazer suas necessidades básicas através de um intercâmbio constante com a natureza, e*

2. *Eles são constituídos de tal forma que não podem sobreviver como indivíduos da espécie a que pertencem — a única espécie 'intervencionista' do mundo natural — com base em um intercâmbio imediate (sem mediação) com a natureza (como os animais fazem), regulado por um comportamento instintivo diretamente determinado pela natureza, não importa o quanto tal comportamento instintivo possa ser complexo.”* MÉSZÁROS, I. *A Ordem de reprodução social metabólica do capital*. p. 9.

Deve ser ressaltado, neste momento, o atributo de produção do novo inerente à categoria Trabalho. Com efeito, o Trabalho remete o homem “para além” do próprio Trabalho. Em função disso, no seu desenvolvimento, esta categoria não se atrela tão somente à troca orgânica com a natureza: “ *O trabalho, portanto, apenas pode se realizar no interior de um conjunto global de relações sociais muito mais ampla que ele próprio: apenas no interior da reprodução sócio-global pode o trabalho se efetivar enquanto tal.* ”²⁶

Tal atributo (de produção do novo), não se vislumbra tão somente na novidade do objeto produzido frente à natureza, mas sobretudo e principalmente, nas novas relações sociais desencadeadas que têm no trabalho a sua origem.²⁷

Estas considerações acerca da processualidade e articulação internas do trabalho, se constituem na pedra de toque da análise das relações da categoria trabalho com a totalidade social e suas mediações. Como visto, a peculiaridade da tensão dialética entre **teleologia** e **causalidade** no trabalho, o destaca dos demais complexos sociais na formação do ser social. Nem mesmo a distinção ontológica destas duas categorias, uma **dada** e outra **posta**, torna menos válida a constatação de que o contínuo realizar de **posições teleológicas** seja o traço distintivo da esfera do ser social para com as demais esferas ontológicas. Oportuna, neste mister, a intervenção de TERTULIAN.

Para este autor, segundo Lukács, as posições teleológicas “nunca” chegam a exercer uma “coerção absoluta”, pois só existem na medida em que ponham em movimento cadeias causais. Deste modo, o processo social na sua totalidade é o resultado da interação de várias destas cadeias teleologicamente postas em

²⁶ LESSA, S. *Op. Cit. A Ontologia de Lukács*. p. 45

²⁷ Neste sentido a afirmação de Lessa: “ *É essa propriedade essencial ao trabalho – ser um tipo de reação ao ambiente que produz algo ontologicamente antes inexistente, algo novo – que possibilita ao trabalho destacar os homens da natureza. Em outras palavras, é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construir um ambiente e uma história cada vez mais determinadas pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social. E toda essa processualidade tem, no processo de generalização detonado pelo trabalho, seu momento fundante.* ” LESSA, S. *Op. cit. A Ontologia de Lukács*. p. 63, (grifamos).

movimento. Assim, “ *a resultante ultrapassa, pois, necessariamente, as intenções individuais, tendo ela, segundo Lukács, um caráter casual e não teleológico.* ”²⁸

Por outro lado, a ausência de identidade sujeito-objeto na obra de LUKÁCS vai muito mais além da mera distinção ontológica do ente objetivado do sujeito que o produziu. Não se deve pensar que seja de alguma maneira desprezado o papel determinante da consciência no **pôr teleológico** que ao final resultará em um produto distinto do sujeito; as colocações a respeito da **prévia-ideação** dão mostras significativas neste mister. Com efeito, esta faceta teórica é bem mais que mera apreensão visual da real distinção entre o sujeito e seu objeto, permite também antever a ação de retorno do objeto sobre o sujeito (alienação e estranhamento), ou sociedade que o tenha produzido. Possibilita, sobretudo, vislumbrar a partir do mesmo raciocínio, as diferenciadas nuances que os demais complexos sociais conferem à categoria Trabalho no interior da totalidade social.

Para o pensador marxista, em última análise, os processos ou situações sociais são o resultado das decisões alternativas (posições teleológicas) dos homens que, no entanto, só adquirem “importância social” quando põem em funcionamento, séries causais que “se movem mais ou menos independentemente” das intenções da consciência ponente, seguindo suas legalidades específicas. Deve pois o homem, frente à esta “segunda natureza”, portar-se como em relação à primeira, ou seja, “*.../ deve buscar transformar em um fato posto por ele o curso das coisas que é independente da sua consciência, deve, portanto, ter-lhe conhecido a essência, estampado nela o cunho que deseja.*”²⁹

²⁸ TERTULIAN, N. *Op. cit. Uma apresentação à Ontologia do Ser Social, de Lukács.* p. 65. (grifamos).

²⁹ LUKÁCS, G. *Op. cit. Per l'ontologia dell'essere sociale II**, p. 125, *Apud LESSA, S. A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács.* p. 37, (grifamos).

“Ao se referir a uma ‘segunda natureza’, Lukács tem em mente o fato que, uma vez objetivado, o objeto se converte em um ente distinto do sujeito que o criou, passando a ter uma história própria, uma relativa autonomia e, por isso, a ter uma ação de retorno sobre quem o criou (e sobre a sociedade) que lhe é própria. A legalidade imanente ao novo objeto e as relações que porventura termine por estabelecer com a totalidade do existente são as determinações decisivas ao seu desenvolvimento – e sobre estas determinações, na maioria das vezes, os desejos do seu criador

Mais importante é notar, no processo de **objetivação**, que a **objetividade** do novo ente independe da consciência que o pôs. O que evidencia que o objeto, para o seu criador, passa a ter um desenvolvimento puramente causal. Tal independência também se dá, de igual modo, na totalidade das relações sociais; de tal maneira que a legalidade imanente ao mundo dos homens se caracteriza por uma **causalidade posta**.

Não deve restar dúvidas, a esta altura, do caráter preponderante da **unitariedade última do ser** na obra de LUKÁCS, por isso, quando se refere à uma **segunda natureza**, se refere também à transformação, pelo trabalho, da primeira. Sem que, assim procedendo, seja prejudicada a distinção ontológica entre as três esferas conhecidas. Como leciona LESSA:

*“ Pelo contrário, com a gênese e o desenvolvimento da vida e do ser social, a unidade é mantida num patamar mais elevado, ganha novos matizes e se torna mais rica e articulada. Essa unidade última se evidencia, por exemplo, tanto no fato de a reprodução social requerer uma permanente troca orgânica com o mundo natural, como pelo fato de que, sem natureza, não pode haver ser social. ”*³⁰

Cabe, por último, lembrar que o **pôr teleológico** na ontologia luckácsiana consiste na diferenciação do mundo da natureza do mundo dos homens. Como assinala TERTULIAN, esta categoria é o “fenômeno originário” da vida social, e cuja proliferação, confere a vida dos homens o seu caráter dinâmico ao contrário da “causalidade espontânea” que rege o mundo natural.³¹

exercem pouca ou nenhuma influência.” LESSA, S. *A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács*. p. 37. (grifamos).

³⁰ LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*. op. cit. p. 19.

³¹ TERTULIAN, N. *Uma apresentação à Ontologia do Ser Social, de Lukács*. op. cit. p. 63.

1. 2 O trabalho e a totalidade das relações sociais.

O trabalho é, para LUKÁCS, a categoria fundante do ser social. Logo, sem esta categoria não se poderia dar o salto ontológico para a esfera do ser social. Tampouco se dariam, sem ela, os demais desdobramentos inerentes ao desenvolvimento do processo de sociabilização. Não se deve pensar, todavia, que os demais complexos sociais possam ser reduzidos ao trabalho por força de seu caráter fundante. Nem que, analogamente, ao se considerar o trabalho como ponto de partida no processo de humanização do homem (ou seja, na gênese e especificidade do ser social), se permita pensá-lo como uma categoria totalizante e una, mas antes como uma categoria primeira e central.

Precipuamente, cabe reafirmar, no que tange à categoria Trabalho individualmente considerada, o processo de **generalização**³² que lhe é peculiar, o que se observa, inclusive, no processo de **objetivação**.³³ Afinal, para LUKÁCS, “ *a categoria do trabalho, por conter esta dimensão genérica, funda a distinção ontológica entre o ser social e a natureza.* ”³⁴

Em segundo lugar, é importante frisar, ainda no que respeita à singularidade da categoria trabalho, o ineliminável caráter de **alternativa** de que este ato se reveste. Neste aspecto, o ato de trabalho é a mera atualização de uma possibilidade dentre

³² . “ *Portanto, mesmo no seu momento mais singular, a categoria do trabalho já opera um processo de generalização. Como vimos, em dois momentos: 1) ao generalizar em pergunta a situação concreta; 2) ao constituir idealmente uma resposta alternativa com base no confronto entre o passado, presente e o futuro.* ” LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*. p. 61-62.

³³ . “ *Toda objetivação, já vimos, implica alguma transformação do ambiente em que se realiza. Por isso, todo objeto que vem a ser pela objetivação é imediatamente inserido na malha de relações e conexões existentes e que, de alguma forma, ele alterou.* ” LESSA, S. *Ibidem*.

³⁴ . LUKÁCS, G. *Per l'ontologia ...* vol. II*, p. 183. *Apud*. LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*. p. 63.

outras; mas, neste processo, nem todas as possibilidades serão transformadas em ato.³⁵ O que de forma alguma elimina ou obscurece o caráter da radical historicidade do ser; neste mister, a recorrência de LUKÁCS à afirmação marxiana dos *18 Brumário*: “ ‘ Os homens fazem sua história’, diz Marx, ‘ mas não em circunstâncias por eles escolhidas’ ”.³⁶

E, em um terceiro aspecto, a categoria Trabalho destaca o homem da natureza mas numa processualidade em que a **predominância** das categorias sociais é crescente, ocorrendo assim, um afastamento das barreiras naturais pela posição privilegiada, nesta nova esfera ontológica, de categorias e complexos eminentemente sociais.

Três aspectos que são fundamentais, tanto para uma correta compreensão do advento e desenvolvimento da sociabilidade, como para se perceber, de um outro ponto de vista, as relações do trabalho com os demais complexos sociais num “sistema de capital”.

Feitas as ressalvas, se observa que perpassa pela essência desta processualidade, o caráter de alternativa de que se revestem as posições teleológicas dos indivíduos as quais, na generalidade se consubstanciam em “complexos mediadores crescentemente sociabilizados”: “ *Tais mediações compõem a substância concreta, particular, tanto de cada individualidade, como de cada formação social como totalidade.* ”³⁷

³⁵ “ A potência em Lukács, neste caso, tal como em Aristóteles, é a potência do ser e do não-ser: todo ato de trabalho exhibe, de modo ineliminável, um caráter de alternativa. Ele é sempre a atualização de uma possibilidade e a não atualização de outras igualmente possíveis.” LESSA, S. *Op. cit. A Centralidade do Trabalho em Lukács.* p. 72.

A partir da página 67 do mesmo livro, Lessa traça um interessante e meticoloso estudo da **alternativa** enquanto categoria mediadora no processo de objetivação da teleologia em causalidade posta.

³⁶ . LUKÁCS, G. *Op. cit. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.* p. 14.

³⁷ . LESSA, S. *Op. Cit. Sociabilidade e Individuação.* p. 7, (grifamos).

O impulso à generalização do trabalho, singularmente considerado, também se desdobra na relação deste com os demais complexos sociais. Mas, o como e o porquê de cada objetivação que efetivamente se realize têm como “momento predominante” a **reprodução**. “*Sendo breve: a categoria da reprodução é a processualidade concreta, o campo real de mediações, sempre particular, que faz de cada momento da história humana um momento único, inigualável.*”³⁸

Assim, numa esfera ontológica crescentemente sociabilizada, que tem no trabalho seu momento fundante, se contempla o surgimento de complexos outros (moral, costumes, ética, direito...) que mediatizam a relação trabalho/totalidade social tendo, como **momento predominante**, a categoria da **reprodução**.

Nesta relação, nos lembra o autor alagoano, há entre a **reprodução** e o **trabalho** uma “insuperável conexão” pois, apesar das diferenças insuperáveis entre as duas categorias referidas, somente no interior da reprodução o trabalho encontra existência efetiva.

Examinemos com mais vagar o **momento predominante (*übergreifend Moment*)**, na ontologia lukácsiana. Segundo este pensador, Hegel, com acerto apontou o caráter de **contraditoriedade** presente em todo processo.³⁹ Avança LUKÁCS, neste aspecto, ao demonstrar que a mera contradição se mostra insuficiente para que se possibilite uma evolução no processo; neste caso, a contradição em si resultaria em uma estacionária relação entre os elementos do processo. Para o autor de *A Ontologia do Ser Social*, a predominância de um dos elementos é que confere,

³⁸ . LESSA, S. *Sociabilidade e Individuação*. p. 7. “*Pelas determinações lukácsianas, a reprodução social é o complexo formado pelos processos concretos, sempre contraditórios, através dos quais o homem se constrói enquanto ser social, ontologicamente distinto da natureza.*” LESSA, S. *Op. cit. Sociabilidade e Individuação*. p. 7.

³⁹ . “*Faz parte de Per una Ontologia dell'Essere Sociale um capítulo dedicado inteiramente a Hegel. É um dos únicos trechos desta obra que recebeu sua redação definitiva e, por isso, goza de um acabamento e de uma articulação interna de que a obra, no seu todo, carece. A tese central de Lukács acerca do filósofo alemão aponta a existência de duas ontologias cuja contraditoriedade e simultânea articulação dariam conta da tensão que perpassa o pensamento hegeliano. A primeira ontologia – denominada por Lukács de verdadeira – é aquela que tem a contraditoriedade do real como nóculo central. A segunda ontologia – a falsa – é a que se articula pela identidade sujeito-objeto.*” LESSA, S. *Op. cit. A Ontologia de Lukács* p. 18, nota 8.

dinamicamente, uma direção ao processo. Neste sentido, “ /.../ a simples interação conduz a um arranjo estacionário, definitivamente estático; se queremos dar uma expressão conceitual à dinâmica viva do ser, ao seu desenvolvimento, devemos elucidar qual seria, na interação da qual se trata, o momento predominante.”⁴⁰

No que diz respeito ao **momento predominante** e à **reprodução social**, algumas considerações se fazem necessárias para que, na sua apreciação, o horizonte teórico até aqui desenvolvido não resulte prejudicado; nem que, tampouco, se infira dos apontamentos a seguir, alguma desconsideração de tais categorias nos estreitos limites de que uma moldura teórica introdutória dispõe. Um estudo mais aprofundado das mesmas resultaria, também, no comprometimento do caráter didático deste trabalho; risco que preferimos não correr.

Na sua *A Ontologia de Lukács*, LESSA, logo após a citação da passagem anteriormente transcrita, vê, no **salto ontológico**⁴¹ da esfera inorgânica para a biológica, uma processualidade em que o **momento predominante** se faz presente, concedendo a dinâmica ao processo que anteriormente fizemos referência. Em outras palavras, o **momento predominante** da esfera orgânica consiste na **reprodução do mesmo** em função do **tornar-se outro** da esfera mineral ou inorgânica.

Em outra passagem argumenta LESSA que um salto análogo se deu na passagem da esfera biológica para a social. Para, em seguida, identificar, neste caso, o **momento predominante** com a transformação conscientemente orientada do real, ou seja, transformação via atos de trabalho.⁴²

Mais adiante retoma seus estudos sobre o **momento predominante**, na análise de outros dois complexos sociais (fala e direito), momento em que identifica alguns dos “traços universais” dos complexos sociais na ontologia lukácsiana: a

⁴⁰ . LUKÁCS, G. *Op. cit. Per l'ontologia... II**, p. 229. *Apud* LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*. p. 19.

⁴¹ . *Vide* nota 4 deste trabalho.

⁴² . Estes apontamentos de Lessa se encontram nas páginas 18 a 20 da sua *A Ontologia de Lukács*, no capítulo I: *Problemas Ontológicos Gerais*, ou seja, numa parte ainda inicial deste seu trabalho.

contraditoriedade interna e a legalidade específica de cada complexo singularmente considerado. O que lhes configura uma “relativa autonomia” frente à totalidade social, embora esta ainda se constitua no “momento predominante” (mediação concreta), na evolução de cada complexo.⁴³

Desta forma, o **momento predominante** é tratado pelo autor alagoano sob dois níveis de determinação. No primeiro, “mais genérico”, segundo LESSA, o trabalho se constitui no momento predominante no salto ontológico do homem da animalidade para a esfera social. Já no segundo, a “totalidade social” prepondera e determina as formas concretas do “devir-humano” dos homens constituindo-se na mediação entre o trabalho e evolução concreta das formações sociais historicamente estabelecida.⁴⁴

Não é nossa pretensão, repetimos, um estudo aprofundado sobre a categoria da **reprodução**. Um estudo desta monta já foi feito com a lucidez e objetividade que lhe são peculiares, por Sérgio Lessa em *Sociabilidade e Individuação*; razão pela qual, mais uma vez, nos alicerçamos na ponderada opinião deste autor nas considerações que seguem.

Como anteriormente referido a respeito da categoria **reprodução**, vimos que, com o passar do tempo, somente no interior desta o **trabalho** pode se efetivar enquanto tal. Vimos também que entre o **trabalho**, fundamento ontológico do ser social, e a **reprodução**, processualidade concreta e campo real de mediações, se articula uma insuperável conexão.

Sejamos sucintos, para LESSA, ao final do capítulo reservado aos *Problemas Gerais da Reprodução*, o que caracteriza a reprodução social na ótica lukácsiana é a “produção de novos e superiores patamares de sociabilidade” ao contrário da “eterna reprodução do mesmo” característica das processualidades naturais.⁴⁵

⁴³ LESSA, S. *Op. cit. A Ontologia de Lukács*. p. 85. (grifamos).

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ LESSA, S. *Sociabilidade e Individuação*. p. 36.

Noutro ponto da mesma obra LESSA demonstra um dos mais ricos pontos da teoria de Lukács ao focar com propriedade o papel ontológico do **momento predominante na reprodução social**. Nesta etapa de seu estudo se vislumbra de maneira mais lúcida como se dão, no interior da **reprodução social**, os nexos operantes entre os vários **complexos sociais mediadores**.

Deve ser considerado inicialmente que na relação entre tais complexos, como se verá, de modo algum é desprezada a legalidade interna e a heterogeneidade de cada complexo individualmente considerado, o que impossibilitaria a exata compreensão de sua essência. Por outro lado, a especificidade de cada **complexo parcial** se demonstra, sobretudo, pelo seu lugar e função na totalidade. Observa-se, em LUKÁCS, o predomínio metodológico do todo em relação às partes, o que corresponde ao entendimento de que o ser social é um “complexo de complexos”, sendo que cada um dos “complexos parciais” possui “especificidade própria”, fundamental para uma exata compreensão de sua essência:

*“ Alerta Lukács que ‘ a prioridade do todo sobre as partes, do complexo total sobre os complexos singulares que o formam, deve ser considerada absolutamente estabelecida porque, de outro modo – quer se queira, quer não – chegar-se-á a extrapolar e a tornar autônomas forças que, na realidade, simplesmente determinam a particularidade de um complexo parcial no interior da totalidade’ ”.*⁴⁶

O anteriormente enfatizado, impulso à generalização (inerente à categoria Trabalho), é para o pensador húngaro o responsável pelo desdobramento de um novo complexo no interior do ser social, a **Economia**. Tal complexo se distingue dos demais pelo fato de que nele: *“ a auto-reprodução da vida humana e a natureza. (orgânica e inorgânica) se encontram mutuamente em uma indissolúvel inter-relação na qual, por este trâmite, ao homem é dada a possibilidade não só de experimentar a*

⁴⁶ . LESSA, S. . *Sociabilidade e Individuação*. p. 88. Neste aspecto, Lessa faz referência à citações de Lukács constantes da página 284 de *Per una Ontologia*, vol. II.*

legalidade da natureza como seu objeto, mas também de a conhecer, e mediante este conhecimento, de torná-la elemento, veículo de sua vida."⁴⁷

Desse modo, o Trabalho, fundamento primeiro do ser, no interior da totalidade social que dá origem, é marcadamente afetado por **complexos sociais mediadores** dentre os quais se destaca a **Economia**. O que não deve levar a crer que tanto o Trabalho como a Economia possam ser considerados a simples soma de legalidades naturais e sociais, tendo em vista a distinção ontológica entre ambas as legalidades.⁴⁸

Da mesma maneira, mesmo quando se trata da **prioridade ontológica** da **Economia** frente aos demais complexos, há que se ter o devido cuidado para que não se incorram em oposições mecanicistas ou "posturas niveladoras ideais" já que, as proposições teóricas não devem velar o fato de que o desenvolvimento das interações e predominâncias dos complexos sociais também se subsumem ao desenvolvimento desigual no que devem ser respeitadas as particularidades locais e temporais das interações que porventura venham a ser examinadas.⁴⁹

Entretanto, nem por isso se pode inferir que este mesmo complexo não seja, em última análise, produto das decisões alternativas dos indivíduos e, portanto, subsumido a estas na sua individualidade ontológica. Por intermédio do trabalho, vêm a surgir uma variada gama de mediações que elevam a humanidade a patamares sempre crescentes de sociabilidade. "*Todavia*", como bem destaca LESSA, "*o reconhecimento desta tendência à crescente predominância da totalidade social, no desdobramento objetivo do mundo dos homens, não deve velar o fato de que essa*

⁴⁷ . LESSA, S. *Idem*, p. 59. Em referência às páginas 234 e 250 de *Per una Ontologia*, vol. II*. De interesse a continuação de Lessa: " ' todo processo de trabalho é determinado tanto pelas leis da natureza como por aquelas da economia' (251) e, por isso, a heterogeneidade das leis operantes nesse complexo social é imediatamente evidente. Todavia, é preciso ressaltar que ' a troca orgânica entre sociedade e natureza [...] coloca imediatamente em formas especificamente sociais tudo o que entra nesse processo, em formas de legalidade que - em si - não têm qualquer relação com as leis naturais, que são totalmente heterogêneas em relação a estas.' (251)." (os números entre parênteses se referem ao número da página da edição italiana de *A Ontologia*.).

⁴⁸ . LESSA, S. *Sociabilidade e individuação*. p. 49.

⁴⁹ . LESSA, S. *Idem*, p. 64.

mesma tendência tem na esfera da economia o momento predominante do seu desenvolvimento.”⁵⁰

Nosso intento nesta etapa do estudo é, sobretudo, destacar o **momento predominante da economia** frente aos demais complexos no processo reprodutivo global. Nesse mister, são abundantes as considerações de Lessa no mesmo sentido.⁵¹

Somos também sabedores que a ausência de confronto teórico entre a **economia** e os demais complexos como a fala e, principalmente, o direito, por certo dificultam a apreensão destes delineamentos teóricos na abrangência de que se necessita. Não passa ainda despercebido o fato de que seria também necessária uma análise mais pormenorizada da **determinação dos níveis ontológicos** no estudo do **momento predominante**, tal como feito pelo mesmo autor em *Sociabilidade e Individuação* (p. 58).

Todavia, tais dificuldades não se constituem em impedimentos para que se reconheça, no contexto da ontologia lukácsiana, a **prioridade ontológica** do complexo social mediador da **economia** no desenvolvimento reprodutivo total. O que permite, por conseguinte, “ *determinar ‘que conseqüências teria o desenvolvimento das forças produtivas na estrutura e dinâmica da sociedade’*”.⁵²

Aqui nos apoiamos em TERTULIAN na sua *Introdução dos Prolegômenos à ontologia do ser social, de Lukács*, ao expressar que, em última análise, os diversos tipos de pôr teleológico diferenciam-se entre os que contam com uma margem de escolha e decisão “mais livre” e os realizados sob algum tipo de coação, “especialmente a econômica”.⁵³

⁵⁰ . LESSA, S. *Idem*, p. 66. (grifamos).

⁵¹ . Veja-se, *ad exemplum*, as páginas 63, 64, 66, 67, 88 e 90 de *Sociabilidade e Individuação*. “ *A economia, dessa forma, é o nóculo articulador, ao nível da processualidade real, das mais diversas atividades humanas, é ela, em última análise, o fundamento ontológico da unitariedade do ser social.*” LESSA, S. *Op. cit.* p. 67.

⁵² . LESSA, S. *Op. cit.* *Sociabilidade e Individuação* p. 90. (Grifei a parte da transcrição de Lukács constante da página 291 de *Per una Ontologia.*).

⁵³ . TERTULIAN, N. *Uma apresentação à Ontologia do Ser Social, de Lukács.* p. 64-65.

Em resumo, no caráter puramente social do mundo dos homens dentre as posições teleológicas dos indivíduos até mesmo e principalmente o Trabalho — categoria primeira e fundante da sociabilidade — resulta não apenas afetado mas subsumido à Economia — mediação de segunda ordem e originária no próprio trabalho — no desenvolvimento daquilo que Lukács apropriadamente nominou “devir-humano” dos homens.

Em rápidas palavras esta é a moldura teórica inicial a partir da qual visualizaremos nosso capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

O TRABALHO E O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEO

Nas páginas anteriores vimos primeiramente como, para Lukács, na esteira de Marx, o trabalho possibilita ao homem o salto ontológico da animalidade para a esfera do ser social. Vimos ainda que a peculiaridade da tensão dialética entre teleologia e causalidade no seu interior, eleva o trabalho à condição de categoria fundante, protoforma do ser social. Também foi observado que o caráter puramente social do mundo dos homens e a radical historicidade do ser, constituem-se no ponto de partida para a análise desse filósofo. Não menos importante é a ausência de identidade sujeito-objeto na ontologia lukácsiana onde deitam suas raízes as observações sobre a diferença no plano do ser do sujeito ponente e de seu objeto; e ainda às considerações acerca da fundação de uma nova objetividade pelo trabalho.

De igual maneira restou descrito que, diversamente da natureza, é a causalidade posta pelos homens, mas nem por isso menos causal, que caracteriza a nova esfera ontológica. Esta, por sua vez, se apresenta para o homem como segunda natureza cujo curso, assim como o da primeira, se move independentemente de sua consciência; e cuja resultante ultrapassa, necessariamente, as intenções individuais. Noutro aspecto, percebemos que com o advento da sociabilidade há um afastamento das barreiras naturais que repercute na preponderância de complexos mediadores crescentemente sociabilizados, intrinsecamente contraditórios, com legalidades próprias que compõem a substância concreta da formação social enquanto totalidade. Vimos, por fim, que dentre os complexos mediadores tem prioridade ontológica a economia na processualidade social em seu conjunto.

É a partir dessa **moldura teórica** inicial que tentaremos visualizar, na esteira de ANTUNES, as “*profundas tranformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política.*”⁵⁴, que a década de 1980 nos apresentou.

No entanto, posto que têm-se de um lado, a moldura teórica anterior como ponto de partida para as observações deste momento, e de outro, a crítica do Direito de Trabalho que se pretende efetuar; é que optamos por nos apoiar nas considerações de István Mészáros a fim de que nossas observações não resultem distorcidas ou excessivamente genéricas em função do quão sucintas pretendemos que sejam.

Para Mészáros o sistema de capital comporta três dimensões (**CAPITAL, TRABALHO e ESTADO**), em outras palavras, três aspectos de um todo indissolúvel. Considera ainda, na mesma esteira, como **irreconciliável a oposição** das classes sociais sob o Capital.⁵⁵ Tomando-se estas duas premissas como eixo norteador provisório, acreditamos tornar menos vaga e superficial a análise das “metamorfoses no mundo do trabalho” de que nos fala o sociólogo paulista.

Saliente-se que trataremos neste capítulo de diferentes planos ou momentos de análise das modificações da categoria Trabalho operadas neste final de século, no que devem ser respeitadas as individualidades temáticas de cada subcapítulo. A superação de tais individualidades se dá, primeiramente, na internalidade da moldura teórica anteriormente traçada e, secundariamente, pelo direcionamento dado pela adoção das duas premissas acima elencadas.

⁵⁴ . ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?*, p. 15.

⁵⁵ . MÉSZÁROS, I. *A Ordem de reprodução social metabólica do capital*. p. 2 e 12. A questão das três dimensões do sistema de capital, aqui apenas provisoriamente indicada, será tratada com mais vagar no capítulo II deste trabalho.

2.1 Do fordismo às formas de produção flexíveis.

Já no início de *Adeus ao Trabalho?*, ANTUNES nos dá um indicativo do vasto leque de questões e posicionamentos suscitados pelo salto tecnológico, automação, robótica etc., e conseqüentemente, dos seus efeitos no universo fabril, relações de trabalho e de reprodução do capital.⁵⁶ A grande variedade de enfoques e conclusões a respeito permite uma igualmente variada gama de acepções que, se por um lado tornam a discussão evidentemente mais rica, de outro não amenizam a dificuldade de se focar em um único momento autores distintos como, Ricardo Antunes, István Mészáros, Jean Lojkine, François Chesnais, Benjamin Coriat, entre outros tantos.

Em linhas mais gerais a maioria dos autores invariavelmente toma como ponto de apoio o *fordismo* para as considerações a respeito das modificações observadas na última metade deste século. Mas nem mesmo neste termo comum os tratamentos dispensados se revelam menos heterogêneos. Contudo, ainda não nos convencemos de que se trate de um “falso problema” como tenta demonstrar LOJKINE.⁵⁷ Cremos, ao contrário, que o estudo da produção de uma maneira geral nunca perdeu importância e considerar o fordismo um falso problema não

⁵⁶ ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* p. 15 e seguintes.

⁵⁷ LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. p. 80. Neste livro o autor francês encerra o capítulo II (*Uma abordagem sistêmica da revolução informacional*) com uma abordagem de apenas 5 (cinco) páginas do que ele denominou *O falso problema do fordismo*. A abundância de estudos a respeito e até mesmo a divergência de tratamento em relação ao termo nos fazem discordar da arriscada opinião do ilustre autor francês de que se trata de um “falso problema”.

esconde a realidade problemática que um modo ou tipo de produção pode desencadear na totalidade social.

Para MARX: “ *A conclusão a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca e o consumo sejam idênticos, mas que são os elementos de uma totalidade, distinções dentro de uma unidade. A produção predomina não somente sobre si mesma, na definição antitética de produção, mas também sobre os outros momentos. O processo sempre retorna à produção para começar outra vez.*”⁵⁸

Segundo ANTUNES, fundamentalmente, o FORDISMO pode ser entendido como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho se consolidaram ao longo do século. Seus elementos constitutivos básicos compreendem:

*“/.../ produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril entre outras dimensões.”*⁵⁹

No mesmo sentido, com ligeiras variações, caminham Robert Kurz e David Harvey.⁶⁰ Por outro lado, a mesma linearidade de pensamento em relação ao “fordismo” já não se demonstra no que respeita às “novas relações produtivas” (das quais se destaca o *TOYOTISMO*), que se operaram ao final deste século. Como

⁵⁸ . MARX, K. *Grundrisse*. p. 96. Citado por Mészáros em *O poder da ideologia*, p. 469.

⁵⁹ . ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* p. 17. Nesta citação encontramos um erro na passagem em que atribui a produção em série a Taylor e o cronômetro a Ford. Na realidade é o inverso e uma leitura do restante da obra desfaz as dúvidas no que tange à esta atribuição equivocada que não desvaloriza a totalidade da afirmação, razão pela qual mantivemos a originalidade do texto.

⁶⁰ . KURZ, R. *O Colapso da Modernização*. p. 236. HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. p. 121.

observa o professor ANTUNES, na contraposição ao FORDISMO se demonstram as variadas maneiras de se encarar estas novas relações de trabalho. De uma maneira ampla se destacam duas opiniões diversas em relação ao binômio FORDISMO-TOYOTISMO tendo, de um lado, os que sustentam a prevalência do FORDISMO em relação ao TOYOTISMO de maneira que o último seria apenas uma modificação superficial de uma base ainda eminentemente fordista; e de outro, os que querem fazer prevalecer a idéia de que efetivamente houve uma ruptura do padrão fordista de produção.

Apropriada e oportuna, neste aspecto, a observação de HARVEY quando alerta para os perigos de um exagero nas tendências de flexibilidade e mobilidade “geográfica”. Destaca porém, que é igualmente perigoso fingir que nada mudou.⁶¹

Segundo este mesmo autor o traço distintivo do FORDISMO no seu limite em relação às FORMAS DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEIS e na sua transição em relação às últimas, se resume em uma só palavra: **rigidez**.⁶² Logo, o seu contraposto, em oposição à rigidez característica do FORDISMO, se funda e apóia na **flexibilidade** que se observa tanto nos processos e mercados de trabalho como nos produtos e padrões de consumo. Para o autor de *A Condição Pós-Moderna* além disto, caracteriza-se pela inovação em termos de setores de produção, fornecimento de serviços financeiros, mercados e taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional:

“ A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como em regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado ‘setor de serviços’, bem

⁶¹ HARVEY, D. *A Condição pós-moderna*. p. 178-179.

⁶² . Ao se referir ao período entre 1965 e 1973 Harvey sustenta que: “ *Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de grande escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972.*” HARVEY, D. *Idem*, p. 135.

*como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a 'Terceira Itália', Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).*⁶³

De outra banda François Chesnais, no seu excelente *A Mundialização do Capital*, entende que à acumulação fordista correspondiam três séries de formas institucionais que tiveram a capacidade de assegurar a estabilidade e expansão da acumulação capitalista no período entre os anos 50 e 75, no que destacamos a primeira: o trabalho assalariado como a forma **absolutamente predominante de inserção social e acesso à renda**.⁶⁴

Na seqüência o autor francês conclui pela destruição ou ao menos pelos sérios danos causados às três séries de relações e formas institucionais, enfatizando que em relação à primeira há uma conseqüente incapacidade do modo de produção dominante de gerir o trabalho assalariado nos moldes anteriores.⁶⁵

Num contexto social assim delineado se tornam mais nítidas as metamorfoses do mundo do trabalho de que nos fala o professor ANTUNES na sua oportuna referência à uma "múltipla e contraditória processualidade": "*.../ que, de um lado reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalhador precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.*"⁶⁶

Noutra parte, ao discorrer mais detidamente sobre a *subproletarização*, o sociólogo do trabalho de Campinas vincula os trabalhos de tipo precário, parcial, subcontratado etc., à economia informal. Alicerçado em Bihl salienta que estas diversas classes têm como ponto em comum: a precariedade do emprego e

⁶³ HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. p. 140.

⁶⁴ CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. p. 300.

⁶⁵ CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 300.

⁶⁶ ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* p. 41-42.

remuneração, desregulamentação das condições de trabalho (em relação as normas legais vigentes ou acordadas), conseqüente regressão dos direitos sociais, ausência de proteção e expressão sindicais. Resulta assim, uma tendência à individualização extrema da relação salarial.⁶⁷

As afirmações do autor são ainda respaldadas pela recorrência novamente a Bihr que destaca, com o exemplo da França, uma redução de 501 mil empregos por tempo completo, entre 1982 e 1988 sendo que, no mesmo período houve um aumento de 111 mil empregos em tempo parcial. A configuração desta tendência é feita por Bihr ao referir que, no período de 1982 a 1986, o número de assalariados em tempo parcial aumentou em 21,35%.

Se tomarmos a Europa inteira como exemplo veremos também, conforme Andrea STUPPINI, também citada por ANTUNES, que em 1988 o número de trabalhadores empregados em tempo parcial ou em trabalho temporário correspondia a 23,32% dos assalariados da Comunidade Econômica Européia.⁶⁸

Esta tendência foi muito bem apreendida por HARVEY que, com grande oportunidade, concebe uma estrutura do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível a partir das citações de *Flexible Patterns of Work* de 1986. Para este autor, os trabalhadores basicamente podem ser enquadrados em dois grupos principais: os “centrais” e os “periféricos”.

⁶⁷ . ANTUNES, R. *Idem*, p. 44.

⁶⁸ . ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* p. 44. Nos Estados Unidos a situação não é diferente: “ Nos últimos 15 anos, diz Mitchel Fromstein da Manpower, ‘ tem havido maior crescimento de trabalho contingencial... do que força de trabalho permanente’ Entre 1982 e 1990, o emprego de temporários cresceu dez vezes mais do que o emprego global. Em 1992, os empregos temporários correspondem a dois entre cada três novos empregos no setor privado. Trabalhadores temporários, por contratos e em meio período agora constituem mais de 25% da força de trabalho nos Estados Unidos. Esses números devem aumentar dramaticamente até o final desta década. Richard Belious, vice-presidente e economista chefe na Associação Nacional de Planejamento, prevê que mais de 35% da força de trabalho americana serão trabalhadores contingenciais até o ano 2000. O movimento pelo trabalho contingencial é parte de uma estratégia de longo prazo das empresas para reduzir salários e evitar os altos custos de benefícios tais como assistência médica, aposentadorias, licenças médicas pagas e férias. Ao todo, os encargos trabalhistas correspondem a quase 45% do total pago pelo tempo trabalhado por empregados fixos em período integral.” RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. p. 210-211, (grifamos).

Os primeiros se compõem de empregados em “tempo integral”, “condição permanente” e “posição essencial” dentro da organização à qual pertencem. Grupo que “diminui cada vez mais”, é o que goza de maior segurança no emprego, com boas perspectivas de promoção e reciclagem, além da obtenção de uma pensão ou outras vantagens indiretas, atende as expectativas de serem “flexíveis, adaptáveis e, se necessário, geograficamente móvel”. No entanto, em momentos de dificuldades até mesmo essas funções ditas essenciais ou de “alto nível” estão sujeitas à “subcontratação”, razão pela qual o grupo tende a se manter relativamente pequeno.

O segundo grupo principal, “periférico”, abrange dois subgrupos distintos:

- a) “empregados em tempo integral” com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho (pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e trabalho manual menos especializado). Este grupo tende a se caracterizar por uma “alta taxa de rotatividade”;
- b) “empregados em tempo parcial” (casuais, por tempo determinado, temporários, subcontratados, treinandos com subsídio público), caracterizam-se por uma flexibilidade numérica ainda maior, tendo menos segurança de emprego que o grupo periférico anterior. *“Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos.”*⁶⁹

Dando prosseguimento ao seu estudo o professor ANTUNES, com base nas considerações da *The New Agenda* de André Gorz, demonstra que nada menos que 35 a 50% da população de trabalhadores britânicos, franceses, alemães e norte-

⁶⁹ HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. p. 144. (grifamos). Vale a pena destacar uma passagem da mesma página que foi, em parte utilizada por Antunes no seu trabalho.

*“A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. Na Inglaterra, os ‘trabalhadores flexíveis’ aumentaram em 16 por cento, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6 por cento, ficando em 15, 6 milhões (*Financial Times*, 27 de fevereiro de 1987). Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria ‘temporário’ (*New York Times*, 17 de março de 1988).”* (grifamos).

americanos se encontra desempregado ou desenvolvendo trabalhos precários, parciais, que GORZ denominou **proletariado pós-industrial**.⁷⁰

Ao discorrer sobre o TOYOTISMO ou Ohnismo (em homenagem a Ohno, engenheiro chefe da Toyota, inventor e criador do *kan-ban*), ANTUNES, apoiado em Gounet e Coriat, resume, em oposição ao FORDISMO, os traços constitutivos básicos do novo modelo, cujo principal vetor reside na “produção voltada para o consumo ou demanda” diversamente da produção “em série e de massa” do fordismo.

A produção se baseia no “estoque mínimo”. O *just in time* assegura o melhor aproveitamento do tempo de produção, transporte e estoque. Por sua vez o *kanban* (placas utilizadas para a reposição das peças) instrumentaliza a inversão do processo, agora comandado pela demanda.⁷¹

⁷⁰ . Há que se ter a devida parcimônia para se referendar em um autor como André Gorz. As últimas aparições de Gorz em *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo* para citar o seu livro mais conhecido nem de longe lembram o crítico instigante de *Crítica da Divisão do Trabalho*, um de seus melhores momentos. A designação *proletariado pós-industrial* de *The New Agenda* é apenas uma pálida maquiagem a recobrir o absurdo teórico da *não-classe dos não-trabalhadores* de *Adeus ao Proletariado*. Para se ter uma idéia do impacto de que tal guinada teórica se revestiu basta a menção de que a partir de interpretações como essa que, juntamente com as não menos aviltantes proposições de Claus Offe sobre a pretensa perda de centralidade da categoria trabalho em *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da 'Sociedade do Trabalho'*, deram margem à ainda mais absurda tese de Habermas da substituição do trabalho pelo *agir comunicativo*. Não desejamos nos alongar mais no momento sobre a polêmica de uma tese que se funda e auto-apóia em um discurso ensimesmado cuja função ideológica foi corretamente apreendida por Mészáros em *O Poder da Ideologia* ao incluir o teórico do agir comunicativo no seletivo grupo dos *ideólogos não-ideológicos*. Não menos agudas são as críticas de autores como Ricardo Antunes e Sérgio Lessa a este respeito.

⁷¹ . ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* p. 26.

Segundo Coriat, cronologicamente, a concepção do sistema Toyota obedeceu à quatro fases e momentos-chave:

Fase 1: (1947-1950): Importação no setor automobilístico das inovações técnico-organizacionais herdadas da experiência têxtil;

Fase 2: O choque dos anos 1949 e 1950 e sua significação: aumentar a produção sem aumentar os efetivos;

Fase 3: (Os anos de 1950): A importação na fabricação automobilística de técnicas de gestão dos estoques dos supermercados norte-americanos — nascimento do *Kan-Ban*;

Fase 4: Extensão do método *Kan-Ban* aos sub-contratantes. (CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso* p. 37-39).

A ruptura⁷² com a concepção fordista de que, no extremo do consumo, a melhor escolha entre um “ford preto” é um “ford preto”, em função do atendimento das opções mais individualizadas do consumidor nos moldes a que se propunham os orientais (mais rápido e com mais qualidade), se refletiu, no outro extremo, com a flexibilização do processo e aparato produtivo. O que, por sua vez, exigia uma “polivalência” dos trabalhadores japoneses que rompia com a concepção um homem/uma máquina de Ford.

Segundo o sociólogo paulista esta “polivalência”, apesar de uma maior qualificação, demonstra ser mais a capacidade do trabalhador de operar com várias máquinas na combinação de várias tarefas simples.

*“ Do mesmo modo, o trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo-se com o caráter parcelar típico do fordismo(Gounet, 1992: 40). Uma equipe de trabalhadores opera frente a um sistema de máquinas automatizadas. Além da flexibilidade do aparato produtivo, é preciso também a flexibilização da organização do trabalho. Deve haver agilidade na adaptação do maquinário e dos instrumentos para que novos produtos sejam elaborados.”*⁷³

Para CORIAT, a doutrina de Ohno supera ainda, na materialização da ordem hierárquica de empresa, o modelo da pirâmide e a estrita separação funcional, pontos fixos na obra de Fayol: *“ Ohno tem o cuidado de questionar aquilo que lhe parece essencial na herança de Fayol: o sacrossanto princípio da autoridade da direção. É bem claro que Ohno não está entre aqueles para quem o capital, a propriedade e as prerrogativas dos administradores e funcionários delegados sejam passíveis de revisão.”*⁷⁴

⁷² . Segundo Coriat, *“A inteligência de Ohno terá sido a de separar o ‘alto volume’ do caráter ‘uniforme’ dos produtos fabricados. E de abrir assim a via de um conjunto de métodos que permitem a produção em alto volume mas de produtos diferenciados.”* CORIAT, B. p. 74.

⁷³ . ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* p. 26-27.

⁷⁴ . *Idem, ibid.* p. 75-76. (grifamos).

Outro ponto de interesse é o que diz respeito à “horizontalização” (extensão dos elementos básicos da produção às subcontratadas, terceiras ou fornecedores) japonesa contraposta à “verticalização” fordista. Para ANTUNES, “*Desse modo, kanban, just in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, ‘ gerência participativa’, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente.*”⁷⁵

No chão de fábrica é que se faz sentir de modo mais incisivo a “direção pelos olhos” própria do modelo japonês através do *Andon*, indicador luminoso que, segundo CORIAT, funciona da seguinte maneira: luz verde (situação normal), laranja (necessidade de ajuda pedida por operador referente à alguma regulação) e, luz vermelha (problemas que impliquem em necessidade de se interromper a produção). Para este autor, os funcionários são “encorajados a não hesitarem em parar a linha para a solução de um possível problema.”⁷⁶

Interpretação diversa tem Gounet, para quem o sistema de luzes supõe um aumento na exploração do trabalho. A alternância entre o verde e o laranja se dá de maneira a atingir um ritmo de trabalho e produção cada vez mais intensos.

*“ Este traço do toyotismo possibilita forte crítica de Gounet a Coriat: este, diz Gounet, reconhece que o sistema de luzes permite um melhor controle da direção sobre os operários, mas omite o principal: que este método serve para elevar continuamente a velocidade da cadeia produtiva. Ao permanecer oscilando entre o verde e o laranja, a direção pode descobrir os problemas antecipadamente e suprimi-los de modo a acelerar a cadência até que o próximo problema ou dificuldade apareçam (Gounet, 1992: 66). ”*⁷⁷

Mas dentre todos os pontos principais do toyotismo o que nos parece ocupar o lugar central, tendo em vista as suas conseqüências, é a noção de *fábrica mínima*, ou

⁷⁵ . ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?*. p. 27.

⁷⁶ . CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. p.72.

⁷⁷ . ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?*. p. 27-28.

seja, a fábrica reduzida as funções, equipamentos e pessoal não mais que os necessários, capaz de absorver com efeito reduzido as flutuações quantitativas ou qualitativas da demanda.⁷⁸

Como bem assegura ANTUNES: “ *O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras.* ”⁷⁹

Na sua contrapartida, o sistema de emprego japonês, segundo CORIAT, repousa sobre três traços principais: 1) o “emprego vitalício”; 2) o “salário por antigüidade” ou sistema *Nenko* (complementado pelas “ofensivas de primavera” ou *Shunto*, conduzidas pelos sindicatos); 3) o “sindicalismo de empresa” (essencialmente “cooperativo”).⁸⁰

1) No que diz respeito ao primeiro, dizem-nos CORIAT e ANTUNES que o “emprego vitalício” corresponde a 30% dos trabalhadores japoneses sendo adotada apenas pelas grandes empresas. O sociólogo de Campinas cita ainda um elucidativo depoimento de Watanabe no qual revela que a instituição do emprego vitalício estava estreitamente ligada, nos primórdios do toyotismo, à necessidade das empresas de garantir a permanência dos trabalhadores e que, uma vez atingida a idade para

⁷⁸ CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. p. 32-34.

⁷⁹ Na conclusão do comentário Antunes é ainda mais enfático: “ *Isto explica porque um operário da Toyota trabalha aproximadamente 2.300 horas, em média, por ano, enquanto, na Bélgica (Ford-Genk, General Motors-Anvers, Volkswagen-Forest, Renault-Vilvorde e Volvo -Gand), trabalha entre 1.550 e 1.650 horas por ano (dados da ABVV-LIMBURG, Bélgica, junho de 1990, citado por Gounet, 1991:41). Outra expressão do modelo japonês, está estampada nestes dados comparativos, calculados pelo Massachussets Institute of Tecnology, que, em 1987, estimou o número necessário de horas por homem, para fabricar um veículo: 19 horas no arquipélago; 26,5 horas em média nos EUA; 22,6 horas nas melhores fábricas européias e 35,6 horas em média na Europa, quase duas vezes mais que no Extremo Oriente’ (conforme Krafcik, J., citado por Gounet, 1991: 42 e 50).* ” ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* p. 28.

⁸⁰ CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. p. 84.

aposentadoria, aos 55 anos, o trabalhador era transferido para empresas de menor porte e prestígio.⁸¹

2) Quanto ao sistema *Nenko* pode-se dizer que compõe-se de: uma “parte fixa” (negociável e modulável), uma “parte variável” (bônus bianual — um terço do salário anual aproximadamente) e o equivalente a um “prêmio de aposentadoria” (mais ou menos quarenta meses de salário mensal).” Por sua vez o *Shunto* (processo social de **atualização de salário**), tem como objeto o entendimento luta e negociação para a fixação da taxa de aumento anual de salários.⁸²

3) Quanto ao “sindicalismo de empresa”, como o próprio nome revela, pressupõe uma delimitação local do âmbito de atuação sindical; também conhecido como sindicato “integrado” pois em muitos casos a passagem pelo sindicato é condição para ascender à funções dentro da própria empresa; ou ainda corporativo, cujas reivindicações incorporam em grande medida as dificuldades de lucro e rentabilidade da empresa; segundo CORIAT, “*mostrou-se historicamente em condições de assegurar contínuas e substanciais melhorias das condições de vida dos assalariados.*”⁸³

Tendo em vista as bases anteriormente expostas (sindicalismo de empresa, integrado e corporativo), não causa tanto espanto o fato de que o sindicato japonês seja tão “cooperativo” como faz pensar CORIAT. O que fica plenamente explicado pelo modo, nem tão particular ou singular em relação aos tradicionais países industrializados, pelo qual se estabeleceu o modelo sindical japonês.

No pós-guerra, o “sindicalismo de indústria” japonês se demonstrou extremamente combativo na oposição aos interesses patronais em meio à crise financeira que afetava sobremaneira o Japão na década de 1950. Após dois meses de greves e manifestações cerca de 1.600 empregados foram demitidos. Segundo

⁸¹ CORIAT, B. p. 88; ANTUNES, R. p. 30.

⁸² CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. p. 89 e 93.

⁸³ CORIAT, B. *Idem*, p. 85-87.

CORIAT, a luta estava apenas “adiada”, em 1952 uma nova onda de reivindicações salariais, além de lutas e manifestações contra a eficiência racionalizadora patronal, deflagrou um novo período de conflitos. Este resultou na derrota sindical com a conseqüente instituição do sindicato interno de indústria, seguidor das regras e procedimentos ditados pela direção da empresa, em outras palavras, seu interlocutor exclusivo. *“Em 1954, no entanto, este mesmo sindicato julgado insuficientemente cooperativo é absolvido, e substituído por um novo sindicato cujo estatuto e cujas estruturas foram revistas.”*⁸⁴

Vemos assim como, nas próprias avaliações de CORIAT, se descobre o porquê, da tão saudada essência cooperativa do sindicato de empresa japonês. cuja atuação, como não poderia deixar de ser, só poderia resultar em uma **relativa fraqueza dos compromissos contratuais explicitamente negociados** e em um **acesso negado às classes de decisão, negociando, em posição subordinada, sobre classes de decisão de segunda, terceira, ou quarta posição.**⁸⁵

Antes que se inicie a apreciação das outras críticas a este modelo e notadamente à CORIAT, seu defensor mais conhecido, vale a pena recordar o pouco já visto na interessante síntese de GOUNET, bem apreendida por ANTUNES:

*“ ‘ O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a satisfação da equipe que está na seqüência da linha’. E conclui, não sem um toque de ironia: ‘ Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultra-simples, desmotivante, embrutecedor. Finalmente, estamos na fase do enriquecimento das tarefas, da satisfação do consumidor, do controle de qualidade’ (Gounet, 1991: 43).”*⁸⁶

⁸⁴ . CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. p. 45-46. (grifamos).

⁸⁵ . *Vide* as páginas 147 e 150 de *Pensar pelo avesso*. Ver ainda, sobre o corporativismo as páginas 189 e 190 do mesmo livro.

⁸⁶ . ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* p. 28-29.

Em, *A Revolução Informacional*, LOJKINE faz uma interessante crítica a Naville que, respeitadas as devidas particularidades, sintetiza muito bem o núcleo essencial das críticas endereçadas a Coriat. Na visão de Lojkine a “automação” está muito longe de ter se tornado uma força social que, “pouco a pouco” reduza a “tripla alienação” do trabalhador (submissão a um instrumento estranho, a um produto separado e à uma classe social adversa) em face da máquina sob o “impulso de uma técnica que revive a cooperação inteligente” tal como enunciado por Naville.⁸⁷

Como se pode observar, contrariando as previsões de Naville e as de Coriat, não se vislumbra o fim da tripla alienação ou estranhamento. Neste mesmo sentido são as seguintes observações de Lojkine, desta vez ao dirigir sua atenção à *horizontalização* do *kan-ban*, mais especificamente ao estender seus comentários à dita “hierarquia horizontal” que, segundo ele continua a obedecer os dois padrões comuns a toda hierarquia organizacional:

— cada unidade que compõe um sistema hierárquico está ligada a uma unidade superior, de que depende diretamente, e a uma unidade inferior que dela depende;

*— uma só unidade (a central) não depende de nenhuma e comanda todas as outras.”*⁸⁸

Na mesma direção aponta ANTUNES ao denunciar a “aparência” da eliminação do “fosso” existente entre “elaboração e execução” no processo de trabalho sob o TOYOTISMO. Posto que seu comando permanece atrelado à lógica do sistema produtor de mercadorias, o resultado do trabalho permanece estranho e alheio ao produtor. “ Por isso pensamos que se possa dizer que, no universo da empresa da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite. Neste preciso sentido é um estranhamento pós-fordista.”⁸⁹

⁸⁷ LOJKINE, J. *A revolução informacional*. p. 42.

⁸⁸ LOJKINE, J. *Idem*, p. 253-254. (grifamos).

⁸⁹ ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?*. p. 34.

Na esteira do sociólogo paulista podemos com segurança tomar como descabida a afirmação de CORIAT de que: “ *A firma japonesa não é, pois, uma firma movida pela busca do lucro máximo, mas pela conciliação, a melhor possível, dos componentes que a constituem.* ”⁹⁰ Passagem esta em que o autor pensa às avessas as noções de “fábrica mínima” e “prerrogativas dos administradores” que ele mesmo expôs anteriormente, posto que as empresas japonesas ainda permanecem sob o comando da lógica do sistema produtor de mercadorias, a qual tem no lucro máximo a encarnação de suas metas e princípios.

Mas e se assim não o fosse? E se por um acaso o bom capitalista japonês não objetivasse o lucro máximo? Como se explicariam de fato a competitividade e a conseqüente lucratividade de que desfrutam as empresas japonesas? Com certeza se explicariam menos pelos dotes da “mão invisível” do mercado e mais pela extenuante carga de trabalho a que se submetem os trabalhadores japoneses.

Neste sentido a crítica de CHESNAIS: “ *Todas as virtudes atribuídas ao ‘toyotismo’ estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical.* ”⁹¹

Consideramos ainda muito cedo para se estabelecer de maneira incontestada se as modificações operadas no mundo do trabalho são definitivas ou passageiras. A extrema ênfase demonstrada pelos defensores do novo modelo tampouco permite, de uma maneira clara, a determinação da perenidade ou fugacidade destas metamorfoses na esfera do ser do trabalho. Mas como bem enfatizou HARVEY, é igualmente perigoso fingir que nada mudou; as transformações que se operam perante nossos olhos impedem, por mais que se queira, a demonstração do contrário. Como bem

⁹⁰ CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. p. 144.

⁹¹ CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 17. Vide ainda p. 301 da mesma obra.

ressalta o professor ANTUNES na retomada de seus comentários da qualificação/desqualificação presentes no mundo do trabalho.⁹²

Consideramos, no mesmo raciocínio, que é ainda mais perigoso que, como fez Coriat, se pense pelo avesso uma transformação que, de acordo com as críticas anteriores, é tão ou mais nefasta que o próprio fordismo. O “consenso” próprio do toyotismo, tão aplaudido por Coriat, é acentuado de uma maneira tal em relação às suas nada consensuais origens que, por alguns momentos, se chega até mesmo a se duvidar da realidade cruel e por duas vezes imposta com que se defrontaram os trabalhadores japoneses por volta da metade do século.

Por outro lado, a expressão *pensar pelo avesso* sugere, inicialmente, se pensarmos a conflituosidade imanente da relação Capital-Trabalho, que se pense em um modelo que deitasse suas raízes no trabalho, o que de maneira alguma restou demonstrado. O que se observa nas opiniões deste autor e nas de outros que defendem as benesses das formas de produção flexíveis em detrimento dos seus efeitos nefastos, dos quais o *karoshi* é o mais evidente, é a indisfarçável *inversão*, isto sim, da prioridade ontológica do trabalho sobre o capital.

Maior correspondência com a realidade guardam as tendências que demonstram que os “trabalhadores centrais”, para utilizarmos a oportuna expressão de HARVEY, diminuem em relação aos periféricos (subcontratados, precários, terceirizados, em tempo parcial, etc.), que só fazem aumentar juntamente com a precariedade do vínculo e remuneração.

Os empregos vitalícios que, segundo CORIAT, se constituem num dos eixos da relação de emprego japonesa, só à uma parcela das grandes empresas atingem e, tal como os trabalhadores ditos centrais, tende a diminuir a julgar pelo modo com que se implementam a noção de fábrica mínima e da produção sem gorduras de pessoal. Em outras palavras, o emprego vitalício em relação ao conjunto das relações de produção

⁹² . ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* p. 54.

flexíveis demonstra ser uma particularidade anômala frente ao todo que tende a ser eliminada ou pelo menos ainda mais diminuída. Também não causa maior espanto o fato de os trabalhadores centrais corresponderem em sua maior parte às parcelas mais altas da hierarquia de empresa que, frisamos, ainda persiste.

Por sua vez os salários de antigüidade e as ofensivas de primavera se revelam um tanto tênues se considerarmos a relativa fraqueza dos compromissos contratuais estabelecidos por um sindicalismo integrado que, subordinadamente, só participa de esferas de decisão de terceira, quarta ou quinta grandezas. O que é pior, a face corporativa e cooperativa do novo modelo sindical consiste, basicamente, na tentativa inovadora de fazer com que pese sobre os salários dos trabalhadores o fiel da balança dos riscos da atividade econômica. E o que é ainda mais nefasto: se tenta passar com ares de normalidade a vileza desta situação com base na “anuência” de um sindicato de empresas que, desde a origem, é diretamente subordinado aos ditames da, ainda intocada, hierarquia de empresa.

Como se pode observar, nem mesmo na ponta do modo de produção capitalista transparece a perspectiva de solução de um conflito que, sob o jugo do capital, nunca encontrará a plenitude de sua satisfação. Os “benefícios” dos modos flexíveis de produção, poucos em relação ao todo, nem de longe obscurecem o fosso que divide os “estáveis”, na concepção Antuniana, dos precariamente incluídos na prioridade da ordem de produção capitalista. Fosso que, indiferente aos anseios da classe trabalhadora precariamente incluída ou não, se amplia na mesma proporção em que vicejam os discursos laudatórios dos modernos modos de produção capitalista; e que, com a mesma indiferença, ameaça tragar a classe-que-vive-do-trabalho para o abismo sem fim do desemprego estrutural, numa amostra de que a irreconciliável oposição das classes sob o capital ainda está muito longe de se exaurir.

2. 2 Trabalho, cientificismo e tecnologia.

Em um momento como o atual, em que volta e meia somos rodeados por automóveis com computador a bordo, terminais de saque, telefones celulares, nos emaranhamos em fibras óticas e contemplamos maravilhados a *internet*; somos prontamente impelidos a constatar os benefícios que a ciência e tecnologia nos puderam propiciar. Por outro lado, um ambiente como o acima descrito também constitui um solo fecundo para que os ideólogos do cientificismo venham propalar a falácia da solução tecnológica para os problemas sociais, como muito bem denunciou MÉSZÁROS em *O Poder da Ideologia*.

Primeiramente, antes que se aprofunde demasiadamente a discussão destas categorias, cumpre lembrar que, para o filósofo húngaro, na apreciação da subordinação das mediações essenciais de primeira ordem ou grandeza sob o capital: *“A ciência, tanto quanto qualquer outra forma de atividade produtiva, inevitavelmente sofre as conseqüências negativas de estar sujeita aos imperativos sociais, institucionais e materiais reificados destas mediações institucionalizadas de segunda ordem.”*⁹³

⁹³ MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 270, nota 38. (grifamos).

Neste livro o autor torna patente que, para a devida compreensão dos temas ideológicos dominantes dos vários climas intelectuais, é necessário situá-los no quadro de três conjuntos fundamentais de determinações:

1. *Os parâmetros sócio econômicos de uma determinada fase histórica.*
2. *Os principais movimentos políticos e suas necessidades ideológico-intelectuais.*
3. *As teorias e práticas científicas importantes, assim como as várias filosofias e as auto-reflexões da ciência relacionadas à função reguladora dela mesma no complexo geral das atividades humanas.”* Idem, p. 84-85.

No exame dos parâmetros sócio-econômicos e, mais especificamente, na apreciação da expansão do pós-guerra e do que denominou pós-ideologia⁹⁴ que o acompanhou, MÉSZÁROS encontra em Taylor o ancestral ideológico de tudo isto. Para TAYLOR, sob o “gerenciamento científico” capitalista a grande mudança de atitude consiste no fato de que: “*Ambos compreendem que quando substituem o antagonismo e a disputa pela cooperação amigável e ajuda mútua, em conjunto são capazes de tornar este excedente tão incrivelmente maior do que era no passado, que há amplo espaço para um grande aumento nos salários dos trabalhadores e um aumento igualmente grande nos lucros do fabricante.*”⁹⁵

Mais adiante, ao discorrer sobre a teorização prematura do fim da escassez, o autor de *Beyond Capital*, numa crítica primeiramente ao posicionamento de Lucien Goldmann e Macpherson, para, na seqüência polemizar com Galbraith e Rostow, na argumentação da *falácia das soluções tecnológicas para os problemas sociais* conclui que, “em sintonia com a forte tendência expansionista”, reforçada ainda pela eclosão de uma série de “milagres econômicos” foram apresentadas infinitas “asserções descritivas” de cunho invariavelmente otimista. Estas comodamente substituíram os sistemas sociais “socialista” e “capitalista” por obscuros “novos estados industriais” ou “sistemas industriais modernos” e a correspondente “nova classe trabalhadora”.

*“E, o que talvez seja mais impressionante, o velho mal social do desemprego em massa tinha sido imaginariamente superado, graças a alguns postulados ideais que eram, mais uma vez, caracteristicamente apresentados como irrefutáveis.”*⁹⁶

⁹⁴ “ Não é muito difícil perceber que, durante um tempo considerável após a Segunda Guerra Mundial, o predomínio das ideologias antiideológicas teria sido absolutamente impossível sem ter a contínua fase expansionista dos desenvolvimentos capitalistas, no mesmo período, como sua base material. Muitas teses - hoje em dias risíveis, mas na época pregadas com segurança - de nossos ideólogos antiideológicos (desde suas opiniões sobre o significado de ‘ esquerda’ e ‘ direita’, mencionadas na nota 126 da seção anterior, até o fato de considerar os conceitos de ‘ classe’ e de ‘ conflito de classes’ como ‘ anacronismos do século XIX ’) adquiriram sua plausibilidade no contexto da espetacular expansão econômica do pós-guerra e da promessa de melhorias materiais abrangentes e progresso social sem obstáculos no futuro.” MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia.* p. 87.

⁹⁵ TAYLOR, F. W. *Scientific Management.* p. 29. Apud. MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia.* p. 87.

⁹⁶ MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia.* p. 94.

Para a seguir, no encerramento deste sub-capítulo questionar, em nova referência a Galbraith, num primeiro momento a “harmonia” entre empregador e empregado e, em um segundo, a “ampla absorção” do movimento trabalhista (também amplamente identificado) pelo “novo sistema industrial” preconizadas pelo autor sob exame.⁹⁷

Não menos relevante é o alerta expresso no sub-capítulo: “*A cura do subdesenvolvimento pela modernização.*” Neste aspecto merecem destaques as considerações acerca da “transferência de tecnologia” para os países do “terceiro mundo”. Em bom argumento expressa que a mera transferência de “indústrias poluentes” para o terceiro mundo não torna o sistema capitalista “menos industrial”.⁹⁸

Dando prosseguimento István Mészáros, ao analisar o posicionamento de Adorno e Habermas⁹⁹, numa crítica a este último, argumenta que a principal preocupação teórica do teórico do agir comunicativo consiste em demonstrar que as sociedades “modernas”, de “capitalismo organizado”, “avançado”, resolveram seus problemas através de uma crescente “interdependência” da pesquisa e tecnologia, que transformou as ciências na “principal” força produtiva. Para Habermas, numa situação deste tipo, estariam eliminadas as “condições necessárias” para a aplicação da economia política marxista (corretamente formulada por Marx, segundo ele) em relação ao capitalismo liberal.¹⁰⁰

Segundo Mészáros, o abandono da economia marxista em uma situação que não correspondesse ao “capitalismo liberal” levou, primeiramente, ao abandono do

⁹⁷ . MÉSZÁROS, I. *Idem*, p. 109. As críticas de Mészáros se referem às páginas 258 e 274 de *O Novo Estado Industrial*. (vide notas 47 e 48 da mesma página).

⁹⁸ . *Idem*, p. 111.

⁹⁹ . No capítulo 3 *Política e Ideologia*, sub-capítulo 3.4 *A Teoria Crítica de Adorno e Habermas.*, o marxista húngaro, faz uma excelente análise da perspectiva weberiana da *Escola de Frankfurt*, da qual merecem destaque as passagens em que aborda: as atitudes determinantes dos rumos teóricos desta Escola, por seus membros, quando do retorno à Alemanha Ocidental em 1949 (p. 139) e, o renascimento do pensamento weberiano no pós-guerra (p. 198).

¹⁰⁰ . “*Desse modo, cumprimentando Marx com a mão esquerda e dando-lhe um tapinha nas costas que simultaneamente o relegava à era irrevogavelmente passada do ‘capitalismo liberal’*,”

valor-trabalho, em função da transformação da ciência e tecnologia na principal força produtiva. Para na seqüência, se formular a percepção de uma “cientifização da tecnologia” quando, contrariamente, o que se demonstra é uma “tecnologização da ciência” com conseqüências potencialmente perigosas para o próprio “progresso científico”.¹⁰¹

Como corolário das críticas à concepção habermasiana, o autor de *O Poder da Ideologia*, nos fornece duas importantes observações: a primeira quando se refere à “gênese” da ciência e tecnologia no seio de uma específica objetivação do trabalho, contraposta ao seu suposto “auto-desenvolvimento”; a segunda, diz respeito à avaliação da tendência em relação ao trabalho vivo num “contexto global”, não restrito aos exemplos singulares das ditas “sociedades industriais avançadas”.¹⁰²

No capítulo 4: *A Ciência como Legitimadora de Interesses Ideológicos.*, em seu sub-capítulo 4.2: *A tendência ideológica central do cientificismo.*, Mészáros, aduz corretamente que:

*“ Talvez o modo mais eficaz pelo qual os compromissos de valor são apresentados com a pretensão de neutralidade e objetividade incontestável seja o apelo à autoridade da ciência, em cujo nome a adoção de certas medidas e cursos de ação é recomendada. Isto se tornou particularmente pronunciado no século XX, embora suas raízes remontem a um passado muito mais distante. Mais precisamente, remontam pelo menos à ascensão do positivismo na primeira metade do século XIX, e talvez até mais longe.”*¹⁰³

Como bem enfatizou o teórico húngaro, o apelo às pretensas noções de objetividade e neutralidade axiológica da ciência, não somente faz com que, em seu nome, sejam invocadas medidas e cursos de ação que de neutros nada têm, como

Habermas procedeu, em nome da 'atualização' do marxismo, ao alijamento de todos os princípios fundamentais de Marx.” MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. p. 179.

¹⁰¹ *Idem*, p. 180.

¹⁰² MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. p. 182.

¹⁰³ *Idem*, p. 240. (grifamos).

também, por outro lado, conferem à tais medidas e cursos um grau de **infallibilidade** tal, em que a discordância sobre um único procedimento, mesmo os econômicos, tem o condão de ser transformada em um atentado à autoridade da ciência tal qual à conhecemos.

Tendo como ponto de partida a “incontestabilidade” do apelo à “autoridade” da ciência para legitimar praticamente tudo, não causa maior espanto a maneira “distorcida”, que alguns consideram absolutamente natural e perfeitamente entrosada, como se deu a “integração” da ciência à produção de mercadorias. Daí, a se categorizar como “progressista” a produção de mercadorias é apenas um passo, como se pode perceber no posicionamento defendido por Aron:

*“ Uma sociedade não é realmente industrializada até que as ações dos homens e a operação das instituições estejam em harmonia com o espírito da indústria. Em caráter provisório, chamamos científico ao espírito da economia moderna. Fundamentalmente, as sociedades industrializadas podem ser chamadas de científicas na medida em que tanto a mecanização quanto a produtividade são frutos do espírito científico e as causas primeiras tanto da industrialização quanto da natureza progressista da economia.”*¹⁰⁴

Quando nos deparamos com uma declaração deste calibre, em que, uma visão invertida da relação e prioridade ontológica do trabalho sobre o capital, resulta na concepção de que a mecanização e, principalmente, a produção, são frutos do espírito científico, ficamos certamente temerosos do que possa acontecer com a produção mundial de mercadorias quando o espírito científico, se veja ameaçado de perder seu posto pelas imposições da *fábrica sem gorduras de pessoal* que hodiernamente se tornou um modelo a ser seguido.

É claro que a produção não é fruto do *espírito científico*, nem tampouco dos detentores dos meios de produção. A produção é, em primeiríssima análise, fruto,

principalmente, dos esforços da classe-que-vive-do-trabalho. Tampouco se pode exacerbar o caráter capitalista da mecanização a ponto de ser velado o fato de que atrás de cada máquina que compõe o universo do que se chama mecanização, há trabalho humano, seja para lhe atribuir a existência, seja para lhe conferir a dinâmica de funcionamento. A ignorância, não acidental, destes fatos é que se constitui numa das causas de se atribuir a condição de espírito ao que deveria ser exclusivamente científico e que, efetivamente, não é.

Não há como se negar a importância da “relativa” autonomia do desenvolvimento científico, porém, seria ir demasiado longe se, em nome desta “autonomia”, passássemos ao largo de todas as determinações sócio-históricas que invariavelmente conferem ao desenvolvimento científico um matiz extremamente diferenciado de uma pretensa “absolutização” desta já referida autonomia. Como bem lembra MÉSZÁROS:

*“A absolutização da imanência do desenvolvimento científico e de seu impacto sobre os desenvolvimentos sociais só pode servir aos propósitos da apologia social. E é na verdade o que encontramos no caso do próprio Aron, que postulava a ação soberana do ‘espírito científico’ como a ‘causa primeira’ dos desenvolvimentos sócio-econômicos, para ser capaz de ao mesmo tempo declarar e legitimar, em nome do ‘progresso científico’, a pouco clara ‘natureza progressista da economia’ de sua ‘sociedade industrial moderna’, que ele dizia estar em completa ‘harmonia com o espírito da indústria’.”*¹⁰⁵

A problemática levantada pela análise da ideologia do cientificismo não se resume tão somente ao inconveniente apelo estampado nas concepções que preconizam uma origem científica da manutenção ou implementação de um dado modelo econômico que, certamente, se revela o aspecto mais importante da análise de

¹⁰⁴ . ARON, R. *The Industrial Society*. p. 57. Apud. MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. p. 249-250.

¹⁰⁵ . MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. p. 250.

MÉSZÁROS. Porém, sem muito esforço se pode perceber que, o apelo à autoridade científica, abrange uma superfície ainda maior para a implementação de outras práticas manipuladoras¹⁰⁶ tão nefastas quanto o aspecto meramente econômico que anteriormente mencionamos.

Evidentemente, não podemos tomar como força motriz de nossos pensamentos a respeito da Ciência e Tecnologia aquilo que se lhes atribui a tão discutida “ideologia do cientificismo” a ponto de negarmos o seu desenvolvimento relativamente autônomo algo que, tampouco, resultaria benéfico ou construtivo. Da mesma maneira, não há como identificar na natureza tanto da ciência quanto da tecnologia, a sua subordinação ao valor de troca. “*Sem querer negar a dialética das interações recíprocas e a inevitável realimentação, o fato é que, no relacionamento entre ciência e a tecnologia, por um lado, e os determinantes sócioeconômicos - como o papel estruturalmente dominante do valor de troca -, por outro, o ‘übergreifends Moment’ são estes últimos.*”¹⁰⁷

A partir de tais premissas se torna um pouco mais segura a discussão sobre o impacto causado, sobre o trabalho, pela implementação de tecnologia em consonância e “harmonia” com o modo de produção dominante, no que desponta, de formas mais nítidas, o chamado *desemprego estrutural*.

¹⁰⁶ . Prossegue o autor: “*Com efeito, a ideologia do cientificismo - não apenas por si mesma, decerto, mas em grande parte graças a seus vínculos inerentes com as práticas produtivas dominantes - era tão poderosa que penetrou não apenas nas fortalezas do conhecimento, mas também em praticamente todas as facetas da vida cotidiana. Suas manifestações variavam do ‘sublime ao ridículo’, desde que pudessem ser quantificadas ou transformadas em modelos, formulas e ‘paradigmas’. Para um raro exemplo do ‘sublime’, podemos pensar no engenhoso sistema dos ‘tipos ideais isentos de valor’ de Max Weber. Quanto ao abuso ridículo e freqüentemente grotesco da ciência a serviço da manipulação, os exemplos são inúmeros: desde os departamentos de ‘Ciência Mortuária’ (leia-se serviço funerário lucrativo) e ‘Ciência Apiária’ (isto é: criação de abelhas) de algumas universidades norte-americanas até a ‘tecnologia do campo unificado’ do Maharishi Mahesh Yogi e seus meditativos seguidores, com sua grotesca mistificação ‘cientificamente quantificável’ que gira em torno da ‘raiz quadrada da população do mundo.’ Idem, ibid. p. 254.*

¹⁰⁷ . MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. p. 269, (grifamos).

Para alguns como MANDEL¹⁰⁸, numa alusão aos *Grundrisse*, diga-se de passagem, do século XIX, a substituição massiva do trabalho “vivo” pelo trabalho “morto” tal como se dá, resulta, indiscutivelmente, na questão da sobrevivência, extremamente ameaçada, da economia capitalista de mercado. Para outros como RIFKIN¹⁰⁹, diversamente, trata-se de uma nova tendência.

Concordamos com MANDEL, a tendência de eliminação do trabalho “vivo” se desdobra já, para não irmos muito longe, no período que sucedeu à revolução industrial, logo, o que novamente se manifesta, é uma antiga tendência, imanente, ao capitalismo, cuja variante mais provável é o desenvolvimento de uma “automação parcial” e uma “robotização marginal”, acompanhadas de uma “superprodução de mercadorias”, desemprego em larga escala e crescente exploração dos trabalhadores produtivos. *“Isto equivalerá a um aumento de pressão pela superexploração da classe trabalhadora (ao fazer baixar os salários reais e os prêmios da Previdência Social), ao enfraquecer ou destruir o movimento operário organizado e ao corroer as liberdades democráticas e os direitos do Homem.”*¹¹⁰

¹⁰⁸ . “ Este dilema se resume de modo simplificado, pelo diálogo já consagrado entre o patrão e o sindicalista: — O que vai acontecer com a força do sindicato de vocês quando os trabalhadores forem substituídos por robôs? — E com seus lucros, o que vai acontecer neste caso? — Eles se realizam com a venda de seus produtos, e infelizmente para vocês capitalistas, os robôs não compram nada!.” MANDEL, E. *Marx, a Crise Atual e o Futuro do Trabalho Humano*. p. 14. A citação de Marx corresponde à edição alemã de 1953, p. 592, dos *Grundrisse*.

¹⁰⁹ . “ Agora, pela primeira vez, o trabalho humano está sendo sistematicamente eliminado do processo de produção. Em menos de um século, o trabalho ‘ em massa ’ no setor do mercado será provavelmente eliminado em todas as nações industrializadas do mundo. Uma nova geração de tecnologias de informação e de comunicação está sendo introduzida aceleradamente nas mais diversas situações de trabalho. Máquinas inteligentes estão substituindo seres humanos em incontáveis tarefas, forçando milhões de trabalhadores de escritório e operários para as filas do desemprego ou, pior, para as filas do auxílio-desemprego.” RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos* p. 3, (grifamos).

¹¹⁰ . MANDEL, E. *Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano*. p. 16. (grifamos). Prossegue o autor: “ Nos *Grundrisse*, Marx não somente aponta a tendência fundamental da tecnologia capitalista do proceder à expulsão progressiva do trabalho humano no processo de produção. Ele também salienta a contradição fundamental que esta tendência produz sob o capitalismo:

— Superprodução massiva ou, o que dá no mesmo, subemprego massivo da capacidade produtiva. Referente à última recessão, de 1980-1982, mais de 35% da capacidade produtiva dos EUA ficou inutilizada. Se ainda for deduzida a produção de armamentos - inútil do ponto de vista da produção -, se chega ao resultado espantoso de que 50% da capacidade produtiva americana não é mais utilizada para fins produtivos.

— Desemprego massivo.” *Idem*, p. 17. (grifamos).

No mesmo sentido discorre LOJKINE que, embasado em estudos da *Harvard Business School* e do MIT, denuncia, de um lado, a vontade patronal de “centralizar” e “monopolizar” as informações, e, de outro, a subsunção destas à “lógica econômica sempre dominante”, como determinantes das adesões às “máquinas inteligentes”, que tanto exalta RIFKIN. Além de apropriadamente demonstrar os limites da eficácia da automação,¹¹¹ explicita também o modo como se comporta a “hierarquia” de empresa no que respeita à partilha de informações:

*“ As pesquisas sociológicas sublinham as reações hostis de um bom número de quadros superiores e de dirigentes a partir do momento em que a Tecnologia da Informação põe em causa o sistema hierárquico — assim, uma experiência de Tele-Conferência (Dialog) por computador, aberta ao conjunto de um departamento de pesquisa de uma grande empresa, foi abortada quando se tentou passar do diálogo entre os grupos de iguais (os engenheiros do projeto) à comunicação vertical com a hierarquia, que se sentiu ameaçada. ”*¹¹²

Nestes termos, não se trata de ignorar a “relativa” autonomia de que certamente desfruta a ciência nem, tampouco, de conferir um caráter essencialmente negativo às tecnologias passando ao largo de seu potencial emancipador o que em momento algum pretendemos negar. Porém, não podemos igualmente negar o “momento predominante” exercido pelos determinantes sócioeconômicos na sua oposição à autonomia relativa da ciência.

A partir de fatores tais como a inquestionabilidade e, por conseqüência, incontestabilidade da lógica econômica, que em sua essência é destrutiva como bem o demonstra MÉSZÁROS em *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, aliados à centralização e monopólio de informações pela elite dirigente em detrimento dos demais e não menos importantes componentes do universo produtivo, muito provavelmente nunca nos defrontaremos com uma solução “científica”, objetiva,

¹¹¹ . LOJKINE, J. *A revolução informacional*. p. 245.

¹¹² . LOJKINE, J. *Idem*, p. 247. (grifamos).

axiologicamente neutra, capaz de resolver com truques *keynesianos* uma conflituosidade que é imanente ao modo de produção capitalista.

Sem querer nos deter nos absurdos que a apologia do cientificismo pode nos legar, bem evidenciados por MÉSZÁROS, podemos afirmar, e não sem razões, que a sacralização da Ciência, de modo que à vejam isolada e independentemente considerada, em relação à sua evidenciada subordinação ao modo de produção dominante, só poderá levar à conjecturas do tipo que estabelece que a produção é obra e graça de um não menos sacro *espírito científico*.

Assim, quando já nos primórdios da década de 1980, nos deparamos com o alerta da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de que: *A Tecnologia Empobrece o Terceiro Mundo*¹¹³, notamos, sem detrimento da importância do conteúdo do alerta que, na realidade, a tecnologia empobrece o terceiro mundo *na medida em que se subordina e sustenta o modo de produção capitalista*¹¹⁴, em função dos sempre preservados, *lucro e poder estratégico*.

Não se trata apenas da redução do valor da força de trabalho propiciada pelas novas tecnologias, mas na redução do poder de resistência dos trabalhadores numa fábrica, ramo industrial ou na sociedade como um todo, como bem o demonstra MANDEL, em referência à MARX, na página 27 de seu estudo.

Por outro lado, não se pretende também menosprezar o imenso poder de que se revestem a pesquisa e desenvolvimento na contemporaneidade, nem, de igual

¹¹³ Vide, KURZ, R. *O Colapso da Modernização*. p. 168-169.

¹¹⁴ “ Não é o caso de se afirmar que são as únicas tecnologias existentes no momento de sua escolha. Pelo contrário: outras soluções técnicas são possíveis. As escolhas não se fazem por puras razões ‘ científicas’ ou ‘ técnicas’. Elas são feitas por razões de lucratividade pelos ramos específicos da indústria, ou melhor ainda, pelas empresas líderes daqueles ramos. Aquelas escolhas dependem portanto das relações de poder no seio da classe capitalista e da sociedade em seu conjunto. Nenhum determinismo tecnológico decidiu o destino da humanidade. O que está em jogo é um determinismo sócioeconômico, no qual, os interesses materiais de classes sociais ou de importantes frações de classe acabam adquirindo o poder de impor suas vontades (guiadas por aqueles interesses) ao conjunto da sociedade.” MANDEL, E. *Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano*. p. 26. (grifamos).

maneira, ver como diminuídos aspectos sumamente importantes da tecnologia como a coalizão Estado-Grupos. Para não falar das múltiplas dimensões da internacionalização da tecnologia, além da correspondente função dos laboratórios no exterior em relação à tendência de deslocalização de pesquisa, pontos bem enfocados por Chesnais nos capítulos 6 e 7 de sua *A Mundialização do Capital*.

Neste mister se destaca uma passagem em que o autor francês argumenta que na introdução da automatização baseada nos microprocessadores foi oportunamente utilizada na destruição das formas de relações contratuais e de resistência dos trabalhadores.

“ O efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego, foi proporcionar aos grupos americanos e europeus a possibilidade de constituir, com a ajuda dos seus Estados, zonas de baixos salários e de reduzida proteção social, bem perto de suas bases principais dentro dos pólos ‘ triádicos’. Evidentemente, os salários no México são superiores aos da maioria dos países do Sudeste Asiático, mas, com a produção flexível e a automatização, os grandes grupos industriais americanos podem ‘ suportar’ esse sobrecusto, tendo em contrapartida a imensa vantagem de poderem redirecionar suas operações de terceirização e produção na América do Norte. Na Europa, a situação não é diferente.” ¹¹⁵

Na discussão em torno da negatividade dos efeitos, não meramente potenciais como se pode perceber, da aplicação de uma tecnologia desenvolvida sob e para o capital, sobre a esfera do ser do trabalho, além do anterior, outras opiniões também são complementares. Uma delas encontramos na revista americana *Foreign Affairs*, publicação do *Council on Foreign Relations* de Nova Iorque, que propiciou um interessante debate protagonizado pelo artigo *Os trabalhadores e a Economia Mundial* de Ethan B. Kapstein, diretor de estudos daquele conselho, tendo como debatedores Paul Krugman, Robert Lawrence, Thomas Donahue, entre outros.

No que concerne ao tema em questão KAPSTEIN, após formular a hipótese de que se, por um acaso, a Alemanha passasse a importar mercadorias polonesas produzidas por mão-de-obra não especializada e as regulações ou outras medidas impedissem a queda dos salários alemães ao patamar dos poloneses, o desemprego entre os trabalhadores não-especializados alemães aumentaria caso não se criassem outros postos de trabalho. Posicionamento diverso assumem KRUGMAN e LAWRENCE.

Segundo KAPSTEIN, estes economistas americanos observam que o comércio exterior ainda representa uma parcela significativamente pequena da atividade econômica para que possa ser responsabilizado por fenômenos tão extensos como o desemprego e a desigualdade de renda. Para estes autores, só a tecnologia se consubstanciaria em explicação suficiente para fenômenos desta ordem. Assim, a introdução de novas tecnologias resultaria em um excedente de mão-de-obra não-especializada. Neste ínterim, surgiria uma demanda por trabalhadores especializados que resultaria na elevação dos seus salários. Justifica-se, assim, a desigualdade de renda crescente na lei de oferta e procura.

Na opinião de KAPSTEIN os economistas erram ao tratar o comércio exterior e a tecnologia como explicações concorrentes.¹¹⁶ “ *Como explicação geral, a tecnologia não é satisfatória. Ela nunca chega a ser claramente diferenciada de outras formas de capital e não existe motivo para que sua introdução deva, em princípio, reduzir os salários dos trabalhadores não-qualificados. Para os economistas, a tecnologia é o resíduo que explica tudo o que suas teorias não conseguem explicar.* ”¹¹⁷

Nesta disputa não tencionamos tomar partido de uma ou outra posição quando podemos nos apoiar em ambas. Como explicação geral, desconectada do modo de produção dominante do qual faz parte, certamente a tecnologia não é satisfatória, ao

¹¹⁵ . CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 35-36, (grifamos).

¹¹⁶ . KAPSTEIN, E. B. *Os Trabalhadores e a Economia Mundial*. p. 6.

¹¹⁷ . KAPSTEIN, E. B, *Os trabalhadores e a economia mundial*. p. 6, (grifamos).

passo que, analogamente, tanto faz que a implementação de novas tecnologias seja decorrente de pressões internacionais ou da concorrência interna dos países. O fato é que, desde há muito tempo, a implementação de tecnologia se dá em detrimento do trabalho “vivo”. E se por um acaso se efetivar, o que não julgamos suficientemente provável, um aumento de salários nos setores especializados, este dar-se-á às custas tanto do setor qualificado como do não, já que o desemprego ou, na melhor das hipóteses, a precarização do trabalho de todas as suas maneiras, de que também é causa a tecnologia, não fazem diferença alguma entre os setores qualificados ou desqualificados.

Preferimos nos reportar ao que ambos os lados concordam. Para KRUGMAN, Kapstein tem “toda a razão” ao afirmar que a tecnologia não precisa “em princípio” reduzir os salários dos não-especializados, sendo este apenas um efeito do viés da mudança tecnológica:

*“Mas a alegação de muitos economistas de que a mudança tecnológica é um fator importante nas recentes tendências salariais não se baseia em nenhum raciocínio ‘a priori’; é uma proposição empírica baseada em fatos. Quase todos os setores (mesmo aqueles que não estão expostos à competição internacional) vêm aumentando o nível médio de especialização de seu quadro de pessoal com a contratação de trabalhadores relativamente mais especializados, apesar da queda dos salários dos não-especializados, o que indica que a mudança tecnológica recente foi fortemente razoável aos especializados.”*¹¹⁸

Ao menos ficamos sabendo, em meio à apologia tecnológica que nos cerca, que pelo menos na, nem por isso menos aviltante, baixa dos salários do setor não-qualificado, a tecnologia não é, a princípio, justificativa possível. Mas se não é “a princípio”, por que ao final acaba sendo?

¹¹⁸ KRUGMAN, P. *Primeiro, não cause danos*. p. 12, (grifamos).

Simplesmente porque o viés tecnológico, “fortemente razoável”, em direção ao setor não-qualificado do Sr. Paul KRUGMAN não se implementa, e nas atuais circunstâncias não há motivos para se acreditar que seja implementado, e, mesmo ocorrendo, muito seguramente não vá deixar de observar a tendência de economia do trabalho “vivo”, que Marx denunciava já no século XIX. De maneira que, empiricamente, os fatos demonstram, que há uma baixa salarial, que configura uma tendência, que é empiricamente visível e que, por sua vez baixa os ganhos salariais de maneira a demonstrar ser uma tendência e que, ao fim e ao cabo, a tecnologia em si tem que ter uma parcela de culpa nisso tudo.

E se ao final, para os economistas, a tecnologia é realmente culpada pelos cada vez mais crescentes, desemprego e desigualdade de renda, porque seria menos culpada para os trabalhadores? Assim, quando hordas de furiosos desempregados se precipitarem para nossas fábricas e centros de desenvolvimento tecnológico destruindo tudo o que se assemelhe a um computador, certamente estas mesmas pessoas torcerão seus narizes civilizados para as atitudes de “bárbaros neo-ludditas” que, inexplicavelmente, se voltam contra o inegável potencial emancipatório de uma tecnologia que só pode ser benéfica, afinal de contas, além de tudo, ela ainda nos proporciona trabalhadores qualificados.

Mas o que realmente causa preocupação, e neste aspecto KAPSTEIN sintetiza inegavelmente bem as preocupações de toda a classe trabalhadora em sua tréplica; é a questão concernente ao uso ou não de tais tecnologias tendo em vista, não somente a sua concepção ou desenvolvimento, mas de maneira mais detida, em função de sua urgência, o impacto avassalador de que a sua implementação se reveste sobre os níveis de emprego: “ *Se a mudança tecnológica está prejudicando os trabalhadores, por que iríamos incentivar tais investimentos? No entanto, é exatamente o que fazemos. A política tributária favorece o investimento em* ”

*capital' (incluindo a tecnologia) mas não na mão-de-obra. Será que acertamos no equilíbrio? ”*¹¹⁹

Não se trata de nenhum juízo moral referente à automação, ciência ou tecnologia em si, mas das suas inevitáveis implicações práticas em qualquer tipo de sociedade como bem nos lembra MÉSZÁROS. Todavia, como referiu o mesmo autor, a concepção da Ciência como “mero controle da matéria”, só pode levar à “ilusão desastrosa” de que esta, em si, possua o “absoluto” controle de tudo, a despeito do modo de produção vigente. Mais desastroso ainda seria, nas atuais circunstâncias, depositar sobre os ombros das máquinas ou tecnologias a culpa de uma miséria causada por um modo de produção em particular.

¹¹⁹ . KAPSTEIN, E. B. *A Política Econômica deve levar em conta as pessoas*. p. 22, (grifamos).

2.3 O Complexo Militar-Industrial

Extremamente conexa com a tecnologia é a discussão que gira em torno do Complexo Militar-Industrial (CMI). A adoção terminológica do termo “Complexo Militar Industrial”, pode ser atribuída, primeiramente, ao general EISENHOWER que, em 1961, já expressava preocupação com a crescente influência do que denominou, segundo MÉSZÁROS, apropriadamente: *Complexo Militar Industrial*. O qual, segundo reconheceu o ex-comandante das forças aliadas, era “*inseparável*” de uma “*elite científico-tecnológica*”, vinculada aos interesses autônomos do CMI. Para EISENHOWER o caráter potencialmente perigoso de tal complexo se resumia na possibilidade de que a política como um todo se tornasse prisioneira da, igualmente perniciosa, influência do CMI.¹²⁰

Deve ser esclarecido que, quanto à origem e consolidação do CMI nos países de capitalismo avançado, não se pode falar em uniformidade. Em um primeiro momento porque, também os CMI, surgem sob os auspícios da lei do desenvolvimento desigual e, em um segundo, porque condições extra-econômicas foram impostas à alguns destes países, mais especificamente Alemanha e Japão, no que respeita à sua capacidade de rearmamento como se pode vislumbrar dos acordos que sucederam à última grande guerra. Nesta situação destacou-se, desde o início, o CMI norte-americano, seguido pelos da Grã Bretanha, França e Itália, respectivamente. O que está longe de querer dizer que a Alemanha e Japão não tenham tido nenhuma responsabilidade para com o surgimento e consolidação dos CMI em uma escala mundial apenas se trata de enfatizar a preponderância do CMI norte-americano neste processo mundialmente considerado.

Em o *Fim dos Empregos*, RIFKIN, após discorrer sobre o que chamou: “sucesso parcial do *New Deal*”, remete à II Guerra Mundial o papel de fator determinante da, “salvação”, da economia americana. Segundo o mesmo autor, a economia de guerra não se encerrou em Hiroshima, pelo contrário, veio a resultar em um vasto complexo industrial-militar, um “labirinto de empreendimentos financiados pelo Pentágono”, para nos valermos das palavras do autor em exame, que veio a dominar a economia americana.

“Ao final da década de 1980, mais de 20 mil das principais empresas contratadas pelo setor de defesa e 100 mil subcontratadas trabalhavam em projetos do Pentágono. A participação militar no consumo total de bens foi de mais de 10% nas administrações Reagan-Bush. O complexo militar-industrial havia inchado a proporções tão monumentais que, se fosse uma nação separada, seria a décima terceira potência do ranking mundial. Na década de 1980, os Estados Unidos gastaram mais de US\$ 2,3 trilhões em segurança militar. Aproximadamente US\$ 46 de cada US\$ 100 em novos capitais foram para a economia militar.”¹²¹

Na sua relação mais íntima com a tecnologia o CMI é controlador de mais de 70% da pesquisa científica americana enquanto que, no seu correspondente britânico, o mínimo beira a 50%, numa proporção crescente em ambos os casos.¹²²

Dentre os nomes que mais se destacaram na luta contra a militarização da ciência no pós-guerra assume singular importância a figura de Albert EINSTEIN. De certa maneira se pode afirmar que a incontestabilidade de sua genialidade como físico era apenas contrastada por uma atribuída irreverência que se cristalizou no mundialmente famoso retrato que hoje se estampa em capas de caderno e camisetas. Esta dupla atribuição de genialidade/irreverência em torno da figura de EINSTEIN só poderia resultar na atribuição do adjetivo irreverente, ou na melhor das hipóteses, na

¹²⁰ Vide “O Poder da Ideologia” p. 287.

¹²¹ RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. p. 33-34, (grifamos).

¹²² Vide *O Poder da Ideologia* p. 291, e *Produção Destrutiva e Estado Capitalista* p. 136,

desconsideração, de suas não menos sérias considerações sobre política, economia¹²³ ou militarização da ciência, que em nada ficam a dever ao brilhantismo de seu pensamento “puramente científico”, se é que se pode cogitar uma tal hipótese.

A luta de EINSTEIN contra a militarização da ciência se demonstra já na mensagem rascunhada por ele para ser lida em um congresso nacional de cientistas que seria realizado em 1946, cujos principais pontos foram bem destacados por MÉSZÁROS:

“É terrível perceber que o veneno do militarismo e do imperialismo ameaça operar mudanças indesejáveis na atitude política dos Estados Unidos, no exato momento em que este país deve assumir uma posição de liderança no estabelecimento da segurança internacional. /.../ O que vemos aqui em ação não é uma expressão dos sentimentos do povo norte-americano; reflete, antes de tudo, o desejo de uma minoria poderosa que utiliza seu poder para controlar os órgãos da vida política. /.../ Se o governo prosseguir no seu curso fatídico, nós cientistas, devemos nos recusar a nos submeter às suas exigências imorais, ainda que elas contem com o apoio da máquina legislativa. Existe uma lei não escrita, aquela da nossa própria consciência, que é muito mais vinculante que qualquer projeto de lei a ser criado em Washington. E existem, é claro, mesmo para

¹²³ . Em um artigo intitulado *Why socialism?*, escrito para a edição inaugural da revista *Monthly Review*, em 1949, Einstein declarava que: “ ‘A anarquia econômica da sociedade capitalista tal como ela existe hoje é, em minha opinião, a verdadeira fonte do mal . /.../ O resultado desta sucessão de acontecimentos é uma oligarquia do capital privado, cujo enorme poder não pode ser eficazmente controlado nem mesmo por uma sociedade democraticamente organizada /.../. Além disso, nas condições atuais, os capitalistas privados inevitavelmente controlam, direta ou indiretamente, as principais fontes de informação (imprensa, rádio, educação). Por isso é extremamente difícil, em muitos casos, absolutamente impossível, que o cidadão individual chegue a conclusões objetivas e faça um uso inteligente de seus direitos políticos. /.../ Estou convencido de que só há uma maneira de eliminar estes graves males, a saber, através do estabelecimento de uma economia socialista, acompanhada de um sistema educacional que seja orientado para objetivos sociais. /.../ Uma economia planejada, que ajuste a produção às necessidades da comunidade, distribuiria o trabalho a ser realizado entre todos aqueles capazes de trabalhar e garantiria um sustento a todo homem, mulher e criança. A educação do indivíduo, além de promover suas próprias capacidades inatas, tentaria desenvolver nele um senso de responsabilidade por seus semelhantes em lugar da exaltação do poder e do sucesso em nossa atual sociedade.’ ” Apud. MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 281, nota 7; (grifamos).

nós, as armas fundamentais: a não-cooperação e a greve. ”¹²⁴

Lamentavelmente, de maneira frustrada, o congresso nacional de cientistas jamais veio a se realizar e, como se verá, as expectativas em relação à uma greve ou não-cooperação dos cientistas também resultariam frustradas. O que, por certo, não invalida as corretamente formuladas, respeitados os devidos limites e contradições de suas concepções de razão e militarismo, críticas ao CMI que naquela época já causava uma justificada preocupação. Por exemplo, a sua declaração em um programa de televisão apresentado pela Sra. Eleanor Roosevelt, numa época em que, a propósito, se desdobrava o esforço do presidente Truman no sentido do desenvolvimento da bomba de hidrogênio.¹²⁵

Por outro lado a não-cooperação e a greve resultariam inócuas, segundo MÉSZÁROS, pelas próprias condições de produção do conhecimento na organização e na divisão capitalista do trabalho, como formas de contraposição ao poder do CMI e às suas pretensões. Neste mister, o marxista húngaro tece três importantes considerações referentes a este relacionamento:

- “ 1. *A parcialidade e a fragmentação da produção intelectual individual.*
2. *As diferenças de talento e motivação, assim como uma tendência à competição a elas associada.*
3. *Um antagonismo social historicamente específico, articulado em uma rede de complexos sociais hierárquicos que integram em seu arcabouço, as tendências - em si e por si ainda indefinidas - dos dois primeiros, dando-lhes um sentido de acordo com suas próprias determinações e imperativos estruturais.* ”¹²⁶

Na relação conjunta destes três aspectos tanto a parcialidade e fragmentação, quanto as diferenças de talento e motivação, são decorrentes de uma condição social historicamente estabelecida que afeta não só a produção científica de que tratamos no

¹²⁴ . *Apud.* MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia.* p. 278-279, (grifamos).

¹²⁵ . *Idem.*

¹²⁶ . MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia.* p. 298.

momento, mas também, a relação de trabalho de um modo geral, numa realidade que impede que se fale em ciência como força absolutamente autônoma ou campo material de auto-sustentação. De um modo ou de outro, a não-cooperação e a greve, nos moldes propugnados por EINSTEIN só teriam eficácia real se fosse posto em xeque o modo de produção capitalista *in totum*. Ao passo que, e nisto nos referimos também ao trabalho de uma maneira geral, as ações isoladas de indivíduos ou classes não poderiam ter outro objetivo que não a modificação, de maneira limitada, das condições de trabalho e pagamento.

Por sua vez, a própria denominação Complexo Militar-Industrial, pode ensejar um sem fim de proposições e interrogações se por acaso for ignorada a importância, segundo MÉSZÁROS vital, da específica articulação *industrial* do capital em seu atual desenvolvimento histórico, ensejando um superdimensionamento do *militar* em detrimento do *industrial*. O que não quer dizer que ignoremos aspectos sumamente importantes como, por exemplo, a *militarização da indústria*, tal como restou muito bem enfocada por PIGNON e QUERZOLA¹²⁷. Apenas deve ser mencionado que: “ *Tal articulação consiste em um relacionamento ‘ simbiótico’ único, cujo principal objetivo é assegurar continuamente e em escala sempre maior os recursos necessários para projetos militar-industriais altamente lucrativos, e não o exercício de um controle político-militar direto sobre o corpo social.* ”¹²⁸

Por outro lado, como visto, não se quer dizer que a parcela *militar* deste relacionamento simbiótico não nos tenha trazido nenhuma novidade, pelo contrário, a principal inovação deste complexo consiste na “equivalência funcional” entre “consumo” e “destruição” do ponto de vista do “processo de realização do capital”, questão decidida pela melhor adequação de uma ou outra das opções em circunstâncias mutáveis.¹²⁹

¹²⁷ PIGNON, D., QUERZOLA, J. *Ditadura e Democracia na Produção*. p. 113.

¹²⁸ MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 303, (grifamos).

¹²⁹ MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. p. 305.

Conexa e complementar à esta discussão é a questão referente à “taxa de uso decrescente”, inseparável da tendência para a superprodução e crises à ela associadas, que cumpre um papel essencial no processo de reprodução e expansão do capital, cujo objetivo essencial passa a ser a “expansão máxima” com base na “mínima taxa de uso”.¹³⁰ Mais adiante, na mesma página, nos explica o autor de *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, que coube ao CMI, no pós-guerra, o papel de agente capaz de combinar as duas tendências anteriormente elencadas. Entretanto, a combinação destas duas tendências traz à tona uma dupla problemática: a “limitação de recursos” da sociedade de um lado, e as “limitações do apetite de consumo” (naturais, sócio-econômicas e culturais) de outro.¹³¹

Não iremos nos deter demasiadamente no primeiro dos problemas pois a discussão da evidência de um processo de alocação de bilhões de dólares em recursos para fins produtivos praticamente inexistentes em detrimento de outros tantos carentes de recurso de todo tipo em nome da defesa de interesses nacionais, que o segredo militar se incumbe de ocultar, já é de toda inútil. Causa maior preocupação o segundo, e a maneira pela qual o CMI, consegue eliminar a necessidade de consumo real:

*“Em outras palavras, destina uma porção maciça e sempre maior dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e autoconsumidora que está tão radicalmente divorciada das - e, na verdade, oposta às - necessidades humanas reais do correspondente consumo, que pode considerar como sua própria justificativa racional e objetivo último nada menos autocontraditório e desumano que a destruição total da humanidade.”*¹³²

¹³⁰ MÉSZÁROS, I. *Idem*, p. 304.

¹³¹ MÉSZÁROS, I. *Idem*, p. 305.

¹³² MÉSZÁROS, I. *Ibidem*, (grifamos). Neste aspecto é elucidativo o relatório da Comissão das Mudanças Econômicas Recentes do presidente Herbert Hoover que, já em 1929, era concluído num tom que hoje pareceria eminentemente profético: “ ‘ A pesquisa provou de forma conclusiva que o que teoricamente há muito já se sabia ser verdadeiro, que desejos são insaciáveis; que um desejo satisfeito dá lugar a outro. A conclusão é que economicamente temos um campo sem fronteiras diante de nós; que existem novos desejos que abrirão caminhos intermináveis para novos desejos tão rapidamente quanto são satisfeitos... Com a propaganda e outros dispositivos promocionais... criou-se um impulso mensurável na produção... quer nos parecer que podemos prosseguir com atividade crescente... nossa situação é favorável, nosso momento é extraordinário. ’ ” *Apud*. RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. p. 24, (grifamos).

Mesmo que pudéssemos abstrair o fato de que o CMI controla 70% da pesquisa científica nos Estados Unidos e centrássemos nossa atenção nos outros 30%, dificilmente poderíamos afirmar que os primeiros estivessem menos insertos no sistema de produção de mercadorias. Por outro lado, na medida em que o sigilo militar permite, precariamente divisamos a possibilidade de que um tal aporte científico, teórico e tecnológico, do qual o CMI evidentemente se apropria, seja destinado a fins produtivos.

Não que, na mesma medida, nos seja impossível vislumbrar a possibilidade de que, em meio a esses consideráveis 70%, se permita, por exemplo, uma pesquisa que trate da elaboração de um composto nutritivo pequeno, barato e extremamente eficaz no combate à fome. Mas mesmo se tratando de uma pesquisa com intenções tão nobres, que em momento algum podemos duvidar da existência, no simples fato de encontrar-se subsumida aos ditames e finalidades do CMI, muito provavelmente o seu produto, ao final, tenha como destino os alforjes dos soldados em detrimento de bocas famintas da África, por exemplo.

Podemos em outro enfoque, sem ferir a riqueza da interação simbiótica do CMI, dar especial ênfase à dimensão industrial do referido complexo ou, mais especificamente, dar a devida atenção à particularidade de que se reveste a produção industrial de artigos militares. Não se trata somente de um processo de industrialização desprovido de sentido produtivo mas, a *contra sensu* de um processo de industrialização que, na sua essencialidade, se reveste de uma forma eminentemente destrutiva. Mas que, nem por isso, se demonstra estar menos inserido nas esferas de produção, circulação e consumo de mercadorias. Pelo contrário, no que evidencia o seu inalcançável potencial científico, é o que da mostras de ser o mais fortalecido neste processo. Não vamos nem nos referir à indiscutível liderança que o CMI desempenha em relação ao restante do universo de produção de mercadorias.

O que se torna patente neste enfoque, frisamos, na medida em que o segredo militar assim permite, é que do mesmo modo que se produz, põe em circulação e se

compra, ou melhor, se “consome”, para utilizarmos uma expressão “mais adequada”, um sabonete por exemplo, no mesmo processo incorre a produção industrial de artigos militares. É claro que em momento algum deixamos de vislumbrar a produção de armamentos para consumo próprio ou interno no que se poderia chamar de “produção militar de subsistência”.

Porém, e em relação ao excedente e encomendas? Invariavelmente, em consonância com o modo de produção capitalista, há que se achar comprador para o excesso de “mercadorias” que a superprodução propicia. Assim ocorreu, por exemplo, na festejada venda de carros de guerra brasileiros ao Iraque, outras vezes, esta situação se demonstra de maneira não tão festiva, como no escândalo Irã-Contras que abalou os Estados Unidos recentemente.

Numa situação análoga à do sabonete por certo também se encontram estes outros produtos, de modo que a influência da “qualidade” do material, além de outros aspectos determinantes, também repercute no preço final deste produto o qual, como todos os demais, prima pela satisfação da necessidade de seu consumidor, resultando numa hedionda quantificação de seu “pseudo-valor de uso”.

Resta a interrogação sobre como se comportaria este singular modo de produção, frente às exigências de um mercado consumidor cada vez mais flexível, “exigente” e concorrido, causando extremada preocupação o fato de que, em caso de superprodução, venha a ser extremamente diminuído o valor de mercado de tais produtos. Por certo não restariam absurdas em tais condições, possibilidades de liquidações ou queima de estoque nos moldes dos *Shopping Centers* da atualidade, uma vez que é no ato da compra que o capital efetivamente se realiza, pouco importando o destino que o consumidor final dê a seu produto. Muito provavelmente esta situação não esteja, de fato, muito aquém das possibilidades que se cogitam a respeito das pesquisas militares em engenharia genética, às quais apontam para duas possibilidades fatais segundo Mészáros. A primeira, mais remota, aponta na direção de uma conflagração global com o contributo das armas biológicas.

*“ A segunda, dizem, está muito mais à mão: realizável praticamente amanhã. Consistiria na combinação da disseminação clandestina de alguns agentes biológicos de destruição, já disponíveis e muitos virulentos, com a debilidade intrínseca - chegando, em alguns casos, a inexistência prática - de uma infraestrutura de saúde e higiene nos países do ‘terceiro mundo’. E isto representaria a ‘solução final’ para o problema da chamada ‘explosão populacional’, com a qual o complexo militar-industrial parece tão profundamente preocupado.”*¹³³

Ao final merece destaque a lição, mesmo que inversamente demonstrada, de Albert Einstein. No momento em que conflava o corpo de cientistas à greve e não-cooperação Einstein só fez demonstrar o que é de todos sabido: que atrás de cada pesquisa científica, mesmo que insistam em tentar demonstrar o contrário, coroando o avanço tecnológico como fruto do espírito científico, se vislumbra um dispêndio de força física e/ou intelectual produtiva¹³⁴ que comumente chamamos trabalho. A única diferença é que, em vez de se referir ao trabalho, Einstein se referiu aos seus instrumentos de pressão em antagonística relação com o CMI quando, em última análise, deveria ter se referido à contradição Capital-Trabalho que, naquela relação em particular, se revelava perigosamente estranhada. Não que se especule a possibilidade de uma relação menos estranhada apesar do CMI. A subjacência do conflito sob o modo de produção capitalista nos dá mostras suficientes do contrário, mas, sobretudo, da demonstração da *periculosidade* injustificada de uma relação singular que, de modo algum, restou atenuada.

¹³³ . MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. Op. cit. p. 294, (grifamos).

¹³⁴ . Neste sentido reputamos atividade produtiva ao ato de realizar ou fazer qualquer coisa.

2.4 A mundialização do capital.

Há muito tempo que não vinha à baila, no cenário internacional, um assunto tão palpitante e polêmico como a globalização, o que não é de espantar devido à sua abrangência. Esta última se reflete, sobretudo, na vastidão teórica que o seu estudo evidencia já, de *per si*, na falta de nitidez conceitual dos termos “global” e “globalização” bem denunciada por François CHESNAIS em *A Mundialização do Capital*, na sua crítica da neutralidade axiológica¹³⁵ dos mesmos. Com efeito, “ *A palavra ‘ mundial ’ permite introduzir, com muito mais força do que o termo ‘ global ’, a idéia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento.*”¹³⁶

Consideramos suficientemente fortes os argumentos de CHESNAIS no que tange à adoção preferencial do termo *mundialização do capital* em vez do consagrado *globalização* o que, não obstante, nem de longe pretende tornar menos válida a opção terminológica de autores outros que, habilmente, tratam do tema de maneira não menos séria nos seus mais diversos aspectos que vão desde a globalização cultural à econômica. O fator que nos inclina a adotar a posição defendida pelo autor francês se refere, sobremaneira, à melhor adequação de seu enfoque nos termos da tripla dimensão (Estado, Capital e Trabalho) e oposição das classes sob o sistema de capital, que anteriormente fizemos referência. Não seria pois, uma questão terminológica que admitimos tem sua razão de ser, que mais fortemente respaldaria esta nossa opção, mas sim o seu conteúdo que nos interessaria mesmo que se intitulasse globalização ou planetarização do capital.

¹³⁵ CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. p. 24.

¹³⁶ CHESNAIS, F. *Idem*, p. 24-25. (grifamos).

Dentre os aspectos mais importantes da “mundialização do capital” elencados por ele, os mais importantes, na sua síntese ¹³⁷, podem ser agrupados nos seguintes tópicos:

- 1) O “IED” (Investimento Externo Direto), constitui-se no “principal vetor” na internacionalização do capital tendo suplantado o comércio exterior neste processo. Caracteriza-se ainda por um alto grau de concentração nos países de economia avançada — especialmente nos pertencentes à Triade (Estados Unidos, Europa e Japão)—, sendo um dos principais fatores no processo de integração das bases industriais nacionais;
- 2) O “Comércio Exterior” é caracterizado por um alto grau de regionalização nos três pólos da Triade, sob a forma de intercâmbios intra-setoriais;
- 3) A ascensão de um capital altamente concentrado sob a forma “monetária”, proporcionador de grandes lucros, favorecendo a “globalização financeira”, acentuando os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimindo uma “lógica financeira” ao capital investido em manufaturas e serviços;
- 4) A reorganização dos grupos industriais (“empresas-rede”), cujas novas formas de gerenciamento e controle facilitam a “descentralização” de operações e “centralização” do capital em relação às possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias. Merece destaque o crescente número de “oligopólios mundiais” embasados pelo aumento da interpenetração de capital de diferentes nacionalidades.

Todos os aspectos acima evidenciam que o processo de mundialização é “excludente”:

“Com exceção de uns poucos ‘ novos países industrializados’, que haviam ultrapassado antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido

¹³⁷ . CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 33.

movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento.

*Esse movimento caracterizou-se, na década de 80, por um claro recuo dos IEDs e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento, bem como por um começo de exclusão de vários países produtores de produtos de base, em relação ao sistema de intercâmbio.*¹³⁸

Noutro ponto, ao discorrer sobre OMAN, cujo posicionamento se sustentava na concepção de que o determinante essencial da globalização repousa na transformação, em profundidade, do modo predominante de organização do trabalho. Nesse aspecto, a “liberalização” e a “desregulamentação” combinadas com as “novas tecnologias de comunicação”, potencializaram a “propensão de mobilidade” do capital. Termos em que está aberta a possibilidade de pôr em concorrência forças de trabalho de diferentes países ou mesmo de regiões, em função de seu preço, tanto pela via do investimento como pela da terceirização.¹³⁹

De acordo com David HARVEY o capitalismo está longe de ter se desorganizado, e atribui esse fato a dois “desenvolvimentos paralelos da maior importância”, o primeiro se refere ao impulso, poder e controle proporcionado pelo desenvolvimento das novas tecnologias da informação. O segundo desenvolvimento, para HARVEY de maior importância que o primeiro, corresponde à “reorganização do sistema financeiro global” e a emergência de poderes imensamente ampliados de “coordenação financeira”.

*“ Mais uma vez, houve um movimento dual; de um lado, para a formação de conglomerados e corretores de extraordinário poder global; e, do outro, uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos.”*¹⁴⁰

¹³⁸ CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 33.

¹³⁹ CHESNAIS, F. *Idem*, p. 28, (grifamos).

¹⁴⁰ HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. p. 152.

No que respeita aos IEDs, em um primeiro momento e, em um segundo, na sua obra como um todo, CHESNAIS parte, na sua análise, das contribuições de Michalet no tocante à modalidade das três dimensões de internacionalização do capital: o intercâmbio comercial, o investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital monetário, ou capital financeiro. Para CHESNAIS, a contribuição fundamental de Michalet consiste na inserção do capital produtivo no processo de mundialização do capital, aliás, na sua inserção no centro do processo de mundialização do capital geral. O que repercute, na ótica de *A Mundialização do Capital*, em uma opção de estudo a partir do modelo das três dimensões isoladamente consideradas.¹⁴¹

Uma importante consideração deve ser feita aprioristicamente no que respeita aos IEDs, a exatidão das conclusões esbarra em pelo menos dois obstáculos: o caráter insatisfatório dos dados disponíveis, qualitativamente inferiores às do comércio exterior e a ausência de um patamar comum no tratamento dado aos investimentos estrangeiros, cujos problemas mais importantes resultam, segundo lista da OCDE, de fatos que só permitem tratar os dados numéricos como “indicadores de nível e tendência”¹⁴².

Não obstante a precariedade e superficialidade dos dados, não se pode inferir destes a inespecificidade dos IEDs, nem tampouco, a inexistência de sua correlação com a globalização financeira (*vide* as páginas 54 e 58 e capítulos 10 e 11 de *A Mundialização*). Neste mister, toma importância o fato de que, na década de 80, decresceu substancialmente o nível de investimentos diretos mundiais nos países em desenvolvimento. Acompanham esta tendência o intercâmbio comercial e os fluxos de

¹⁴¹ . “ De nossa parte, situamo-nos exclusivamente na segunda hipótese. É a única que permite dar conta de certas dimensões essenciais da realidade atual. O mesmo vale para a importância do capital concentrado na grande distribuição, procurando reafirmar a pretensa autonomia do capital mercantil, o que permite compreender melhor as rivalidades agudas que ocorrem entre as companhias industriais e as de distribuição. Vale sobretudo para o movimento do capital monetário, que se ergue como força plenamente autônoma diante do capital industrial, deixando a este uma única alternativa: ou acentuar o movimento no sentido de uma profunda interpenetração com o capital monetário, ou submeter-se às exigências deste.” CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital* p. 52-53, (grifamos).

¹⁴² . CHESNAIS, F. *Idem*, p. 57-58.

tecnologia , numa direção que prioriza a centralização destes nos países da Triáde e que resulta na marginalização dos demais.¹⁴³

Os rumos da discussão passam a ficar mais significativos a partir do momento em que se enfoca a estratégia *tecno-financeira* (mais próxima do “novo estilo” adotado pelas multinacionais) o que, segundo MICHALET, faz com que as multinacionais tendam a sair de seu setor de origem numa diversificação de modalidades estampada na sua capacidade de montar “operações complexas”. Estas terão entre seus operadores: empresas industriais, firmas de engenharia, bancos, entre outros. Acompanhando a variedade de setores compreendidos está a questão do estatuto que, na combinação, abrangem elementos locais, estrangeiros e internacionais.¹⁴⁴

Neste aspecto multifacetário das “operações complexas” se vislumbra uma particular associação posteriormente aprofundada por CHESNAIS, qual seja, a **interpenetração entre indústrias e finanças**. Uma boa apreensão da complexidade que passou a afetar a esfera financeira de modo mais incisivo neste final de século nos é apresentada por HARVEY. Para este autor, as fronteiras e funções distintivas de instituições como bancos, corretoras, serviços financeiros etc., se tornaram cada vez mais “porosas”:

*“ Esse ‘espantoso’ mundo das altas finanças envolve uma variedade igualmente espantosa de atividades entrelaçadas, em que os bancos tomam maciços empréstimos de curto prazo uns dos outros, as companhias de seguro e fundos de pensão reúnem tal quantidade de fundos de investimento que terminam por funcionar como ‘formadores de mercado’ dominantes, enquanto o capital industrial, mercantil e imobiliário se integram de tal maneira às estruturas e formações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses estritamente financeiros. ”*¹⁴⁵

¹⁴³ Vide gráficos à página 65 e seguintes de *A Mundialização do Capital*.

¹⁴⁴ MICHALET. *Apud.* CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 77, (grifamos).

¹⁴⁵ HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. p. 154, (grifamos).

Há que se notar que a “complexidade” de que nos falam Chesnais e mais explicitamente Harvey, se demonstra não apenas na interpenetração dos vários componentes da esfera financeira, propriamente dita mas, ao extremo, se manifestam inclusive na interpenetração de atividades e capitais de todas as esferas como enfatizado ao final da última citação do autor de *A Condição Pós-Moderna*. A discussão deste processo passa ainda pela discussão das **finanças concebidas como indústria**, ou seja, como campo de valorização do capital objetivando lucro. Nesse caso, “ *O problema, de ordem macroeconômica e também de ordem ético-social, é que, devido às características próprias da moeda, tais lucros formam-se sucessivamente a transferências provenientes da esfera da produção, onde são criados o valor e os rendimentos fundamentais (salários e lucros)*.”¹⁴⁶

Deve ser enfatizado que a passagem supramencionada está inserida no capítulo que trata do *Movimento próprio da mundialização financeira* em um ponto anterior à uma interessante passagem do capítulo em que é abordada a questão da preponderância da esfera financeira no processo de mundialização. Momento em que é enfatizada a agudeza com que se manifesta, na esfera financeira, o processo de mundialização em relação às demais; neste mister vale a lembrança das três dimensões de MICHALET anteriormente mencionadas. A essa altura se confirma o fato de que, para CHESNAIS, na apreciação das três dimensões de internacionalização do capital isoladamente consideradas, a esfera financeira está vários passos adiante das demais.

Estas considerações apenas reforçam a **hipertrofia da esfera financeira**, designação terminológica apropriadamente utilizada tendo em vista a desproporção observada em relação ao processo de mundialização das atividades produtivas. Nesse mister, CHESNAIS traça um comparativo entre o crescimento do intercâmbio comercial, fluxos de IEDs e transações dos mercados de câmbio.

¹⁴⁶ CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. p. 241.

Estes últimos, segundo o autor, foram os que registraram o maior crescimento na década de 80. É importante ressaltar que o papel principal deste segmento do mercado seria o de facilitar os acertos do intercâmbio comercial.

*“ Ora, estima-se que o montante das transações vinculadas ao comércio internacional de mercadorias representaria apenas 3% do montante das transações diárias nos mercados de câmbio, que em 1992 (por ocasião do último levantamento realizado pelo BSI) já ultrapassavam 1 trilhão de dólares por dia (1,5 trilhão em 1995). ”*¹⁴⁷

As considerações acima se referem à primeira de uma série de mecanismos que têm como função a transferência de riqueza para a esfera financeira. A segunda corresponde a processos de crescimento de ativos cujo valor, “largamente fictício”, pode “desmoronar” com a mesma facilidade com que é constituído. *“Embora seja atualmente impossível quantificar proporcionalmente esses dois tipos de mecanismos na criação dos ativos financeiros, é necessário tentar distingui-los no plano analítico.”*¹⁴⁸

A “distinção analítica”, neste íterim, remonta à distinção entre capital empreendedor e capital rentista formulada por Oman¹⁴⁹ e, no que respeita ao segundo

¹⁴⁷ CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 243-244, (grifamos). Os dados que consubstanciam a análise de Chesnais podem ser encontrados às páginas 244 (tabela 21) e 245 (gráficos 14-a e 14-b). “ Outra maneira de apreender a hipertrofia da esfera financeira e sua ‘ relativa autonomia ’ relativa é comparar as taxas de crescimento dos ativos financeiros com as do investimento real, ou do PIB. Entre 1980 e 1992, o crescimento dos ativos financeiros acumulados foi mais de duas vezes e meia mais rápido do que o da formação do capital fixo (Gráfico 14 a), de forma que, em 1992, os ativos acumulados eram o dobro do que o PNB acumulado de todos os países da OCDE juntos, e treze vezes mais do que suas exportações totais; no ano 2000, esses múltiplos podem chegar, respectivamente, a 3 e a 17 (Gráfico 14 b). ” Ibidem.

¹⁴⁸ CHESNAIS, F. *Idem*, p. 245.

¹⁴⁹ “ Oman desenvolve essa idéia explicando: ‘ O investidor empreendedor prefere sem dúvidas as NFIs aos IEDs clássicos, porque elas lhe permitem se desligar de uma parte maior dos riscos e/ou dos custos, que recaem sobre o país receptor ou os outros participantes, mas ele, muitas vezes, intervém ativamente ao longo de toda a duração do projeto, para que este tenha sucesso como investimento. Ao contrário, o investidor rentista sente-se muito menos comprometido com o sucesso da operação [!!], ele assume pouco ou nenhum risco ou responsabilidade de execução, ou seja, não se preocupa em contribuir ativamente para a capacidade do projeto gerar ganho. (...) Em especial, é bem menor a probabilidade de que ele assuma riscos, comprometa recursos de vulto, para ajudar a

dos aspectos, o enfoque é direcionado para o papel desempenhado pelos serviços da dívida pública e correspondentes títulos, que proporcionaram o surgimento de uma “nova classe rentista”, cujos “... *títulos públicos representam a espinha dorsal dos mercados de obrigações mundiais. Seu volume de transações supera, de longe, qualquer outro segmento dos mercados financeiros, com exceção dos mercados de câmbio*’ (FMI, 1994, p. 34).”¹⁵⁰

Em hipótese alguma nos permitimos questionar a bem feita e necessária distinção analítica operada por CHESNAIS. Todavia, julgamos oportuno ressaltar que a “anterior”, *impossibilidade de quantificar*, proporcionalmente, o âmbito de influência de cada um dos mecanismos de criação de ativos financeiros, só “potencial” e “tendencialmente” gera uma vaga expectativa da iminência ou não de uma ciranda financeira nos moldes, por exemplo, da Albânia onde as forças produtivas, já precárias, evidentemente pararam apostando todos os seus investimentos nas famosas pirâmides financeiras que, tão rápido como se ergueram, se viram destruir pelo súbito desinteresse dos investidores internacionais, tal qual a esfera financeira em si, hipertrofiada, que se sustentava sobre uma esfera produtiva praticamente inexistente.

Por sua vez, contrariando a orientação *keynesiana* que preconizava a “eutanásia” do capital “rentista”, o que se observa é o ressurgimento extremamente fortalecido desta nefasta modalidade de investimento que, entre seus principais aspectos, resulta num enfraquecimento da rentabilidade do capital investido na indústria.

Particular interesse despertam as expectativas geradas ao redor da consolidação dos “grupos financeiros de predominância industrial”, forma em que passaram à se constituir, de maneira hodiernamente mais acentuada, os grupos industriais. O aspecto determinante desta “migração” dos grupos industriais em

resolver certos problemas de exploração imprevistos, ou para proporcionar novas técnicas ao projeto.

” OMAN. *Apud* CHESNAIS, F. *Idem*. p. 79, nota 4, (grifamos).

¹⁵⁰. CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 248.

direção às finanças, é a supremacia estabelecida em favor da esfera financeira observável tanto no poder de mando exercido pelo mercado financeiro “interno” de grupo, como no comando exercido pela direção financeira da *holding*.¹⁵¹

No entanto, mesmo nesta relação singular, em momento algum se observa o enfraquecimento ou abalo da “distinção essencial” entre capital produtivo e monetário, cuja persistência intensifica os “conflitos” e “tensões” entre os defensores de profissões financeiras e industriais que a mera “interpenetração” de capitais de origens efetivamente distintas não consegue eliminar.¹⁵²

Deve ser esclarecido que a “interpenetração” entre indústrias e finanças não se deu de modo uniforme em relação aos países onde a mesma restou consolidada. Deste modo, a maior competitividade de grupos industriais alemães e principalmente japoneses pode estar associada, segundo alguns economistas, às peculiaridades das formas de “interpenetração” observáveis em ambos os países.

Porém, segundo estudos do BIS, MIT e da equipe de M. E. PORTER (1992) na Harvard Business School, a globalização financeira está levando a um “progressivo alinhamento” de todos os sistemas às modalidades “americanas” de interpenetração. Estas se caracterizam pela detenção de grandes pacotes de ações por instituições financeiras (principalmente os fundos de pensão), transformando-se nas mais antagônicas às necessidades do capital produtivo e condições de vida dos assalariados.

*“Essas instituições buscam rendimentos financeiros que sejam, ao mesmo tempo, elevados e com liquidez a curto prazo. Colocam-se exclusivamente numa lógica de investimentos de carteira. Seus critérios são os do capital monetário mais parasitário, cujas exigências fazem recair com força sobre as companhias industriais, arbitrando, ‘de facto’, os conflitos internos nas diretorias, em favor dos ‘financeiros’.”*¹⁵³

¹⁵¹ . CHESNAIS, F. *Idem*, p. 275.

¹⁵² . CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 275-276.

¹⁵³ . *Ibidem*, (grifamos).

Nesta leitura, mesmo que extremamente resumida, da mundialização do capital, três pontos em especial merecem destaque na obra de François CHESNAIS:

O primeiro se refere à consideração, repetida várias vezes ao longo do livro, da prioridade da esfera produtiva em relação à esfera financeira. Embora a repartição e destinação social da riqueza esteja sob o comando desta última, sua autonomia será sempre “relativa” pois os capitais que nesta esfera se valorizam são originários do setor produtivo, criados pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de diferentes níveis de qualificação. Esta esfera, “*Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde. Usando a expressão de P. Salama e J. Valier (1991): ‘o milagre da multiplicação dos pães não passa de miragem’.*”¹⁵⁴

O segundo, que se refere mais propriamente ao movimento de globalização ou mundialização do capital, corresponde às apropriadas observações de S. AMIN (1990), no que respeita à expansão do sistema capitalista baseado na integração dos três mercados: o das mercadorias, capital e tecnologia e o do trabalho. Para este autor o sistema mundial começa a se integrar em relação às mercadorias, a mesma tendência se observa no que respeita ao capital e tecnologias no entanto, “*‘não está integrado quanto ao trabalho’.*” CHESNAIS opina que melhor seria dizer “não-integrado” quanto ao “*preço de venda da força de trabalho.*” Esta característica, além de permitir e facilitar a exploração das diferenças de remuneração do trabalho entre nações ou até mesmo entre continentes, representa para as legislações trabalhistas e convenções salariais nacionais um bombástico prejuízo, cuja tendência é o “alinhamento” nas condições mais desfavoráveis aos assalariados.¹⁵⁵

O terceiro ponto, que na sua singularidade retrata muito bem a irracionalidade desmedida que transpassa o sistema capitalista contemporaneamente, se relaciona ao

¹⁵⁴ . CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 241, (grifamos). Ver ainda nas páginas 15 e 309 declarações do mesmo teor.

¹⁵⁵ . CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 39-40, (grifamos).

papel desempenhado pelos fundos de pensão neste processo de mundialização financeira que se destaca, sobremaneira, das demais esferas de mundialização do capital.

Em uma perspectiva mais abrangente, o primeiro dos pontos destacados de *A Mundialização do Capital*, já tem a grande vantagem de elucidar que não é “apenas” na esfera da produção que se dá o processo de valorização do capital. Por outro lado, a insurgência do setor financeiro de uma esfera subalterna e, de certa maneira, controlada, para nos últimos 15 anos assumir a ponta do processo de mundialização do capital como um todo, certamente não se constitui em fato passível de ser ignorado. Vale a pena lembrar uma das três formas de institucionalização que tiveram a capacidade de assegurar a expansão capitalista durante os anos 50-75: “*Os segundos são os que criaram, a nível monetário e financeiro, um ambiente monetário internacional estável. Este era baseado em taxas de câmbio fixas entre moedas soberanas em seu mercado interno, mas estava marcado também por instituições e mecanismos que criavam um grau significativo de subordinação das finanças às necessidades da indústria.*”¹⁵⁶

A resultante de uma distanciada mundialização financeira só vêm a demonstrar, em um panorama internacionalizado e por isto potencialmente de forma mais devastadora, os efeitos que, singularmente, se observam no processo de financeirização da indústria na medida em que, inversamente ao que se testemunhava até então, a conflituosidade interna do capital, nem por este processo menos atenuada, resta agora decidida pró-finanças em desfavor da dimensão industrial que ainda permanece e sustenta a “pseudo-autonomia” da esfera financeira.

Fato que se for levado em consideração o impacto proporcionado pela implementação da automação flexível, resultará em redobrados esforços para que a classe trabalhadora absorva os ônus resultantes de um tal estado de coisas, seja sob a forma de desemprego estrutural, seja pelo rebaixamento de seus salários, ou ainda pela

precarização do vínculo. Até mesmo porque (apesar da conflituosidade entre indústrias e finanças estas constituem uma unicidade do ponto de vista da relação Capital-Trabalho), os eventuais prejuízos decorrentes da mobilidade do capital não deverão abalar os lucros, ainda essenciais, proporcionados pela exploração do trabalho. Não é acidental portanto, que para HARVEY, a “potencialidade”, nas atuais circunstâncias, “previsibilidade”, da iminência de crises patrocinadas pelo setor financeiro seja muito mais palpável na atualidade: “ *Boa parte da fluidez, da instabilidade e do frenesi pode ser atribuída diretamente ao aumento dessa capacidade de dirigir os fluxos de capital para lá e para cá de maneiras que quase parecem desprezar as restrições de tempo e de espaço que costumam ter efeito sobre as atividades materiais de produção e consumo.*” ¹⁵⁷

O segundo ponto em destaque traz à tona o perfil extremamente nefasto de uma mundialização extremamente aperfeiçoada no que respeita à integração de capital, mercadorias e tecnologia em detrimento da “oportuna” falta de integração do trabalho. Da maneira como se dá a mundialização do capital, ou seja, priorizando a integração de capitais, mercadorias e tecnologia, não necessariamente nessa ordem, mas sempre e irremediavelmente, relegando para o último plano a integração do trabalho (desnecessária do ponto de vista do capital), não há maiores dificuldades em perceber que, num processo assim realizado, seja dada por natural a “adaptação”, como única opção do trabalho.

A despeito do caráter residual, que invariavelmente se explicita em processos deste gênero, se antecipa o fato de que o tratamento dispensado ao trabalho nem de longe encontra mostras de paridade com o capital já que, ao menos teoricamente se cria a expectativa de uma “igual importância” na esfera produtiva entre capital e trabalho. Não que de alguma forma reste abalada a convicção da prioridade ontológica

¹⁵⁶ CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. p. 300.

¹⁵⁷ HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. p. 155. “*Estou, portanto, tentado a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da*

do trabalho sobre o capital. Mas sobretudo deve ser destacado que a já desigual relação Capital-Trabalho no chão de fábrica é potencializada ao extremo pela ascensão do capital financeiro ao comando do processo de mundialização do capital seja na sua versão industrializada, seja na sua versão eminentemente rentista. De qualquer forma, financeiro ou não, qualquer processo de mundialização do capital restaria antagônico aos interesses do trabalho sem que, no mínimo, fossem tratadas em pé de igualdade as esferas do trabalho e do capital no processo produtivo, abstraindo-se é claro, a dimensão financeira, que de *per si*, hipertrofiada, dá conta de tornar ainda mais exacerbado o já acalorado conflito nos moldes anteriores.

A potencialidade negativa de uma mundialização do capital a reboque da esfera financeira se demonstra também na singularidade do terceiro ponto, ou seja, no âmbito de atuação dos fundos de pensão após sua transferência para o “circuito fechado” das relações “especificamente financeiras”, onde ocorrem “*vários processos de valorização, em boa parte fictícios, que inflam ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros./.../ Atualmente, os maiores ninhos de acumulação de lucros financeiros são os grandes fundos (fundos de pensão e fundos mútuos).*”¹⁵⁸

Só para se ter uma idéia do enorme poderio de que se revestem os “fundos de pensão”, basta mencionar que, em 1991, os fundos de pensão americanos detinham uma carteira de 125 bilhões de dólares em títulos estrangeiros que, na verdade, correspondem a míseros 4,6% do total de seus ativos. Segundo CHESNAIS, estima-se que, nesta década essa grandeza aumente para 12%.¹⁵⁹ Na mesma direção vai RIFKIN ao apontar que:

produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos.” HARVEY, D. *Idem*, p. 181, (grifamos).

¹⁵⁸ CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. p. 246, (grifamos). “*As medidas decididas, conjuntamente, pelos governos americano e britânico deram à luz o sistema contemporâneo de finanças, liberalizadas e mundializadas. Neste sistema, as instituições dominantes não são mais os bancos, e sim os mercados financeiros e as organizações financeiras que neles atuam. Pelo contrário, os bancos passaram a sofrer, na esfera financeira, a concorrência dessas formas recentes de centralização e concentração capitalistas — os fundos de pensão e os fundos mútuos —, ao lado das quais até os maiores bancos parecem anões.*” CHESNAIS, F. *Idem*, p. 258, (grifamos).

¹⁵⁹ Vide página 289 de *A Mundialização*.

*“ Os fundos de pensão correspondem a 74% das economias individuais líquidas, mais de um terço de todo o patrimônio corporativo e quase 40% de todos os títulos corporativos. Os fundos de pensão possuem quase um terço dos ativos financeiros da economia americana. Só em 1993, esses fundos geraram novos investimentos entre US\$ 1 e US\$ 1,5 trilhão. Os ativos dos fundos de pensão superam atualmente os ativos dos bancos comerciais nos Estados Unidos, tornando-se um poderoso instrumento de investimento. ”*¹⁶⁰

A concordância dos dois autores no reconhecimento da robustez da influência dos fundos de pensão só é momentaneamente rompida pela diferença de enfoque de CHESNAIS que julgamos não ter se aprofundado satisfatoriamente na contextualização da categoria “fundos de pensão” no que respeita às suas funções originárias que, diversamente, restou melhor abordada por RIFKIN. O que, por outro lado, não desmerece as extremamente bem construídas considerações do autor francês a respeito que, se não se deteram em tais minúcias, foram plenamente exitosas na análise da mundialização do capital em toda a sua abrangência. A diferença de enfoque de RIFKIN, no que respeita aos fundos de pensão, principia já na localização destes em seu discurso sobre o fim dos empregos, ou seja, na discussão das “Reivindicações dos Trabalhadores sobre a Produtividade”. Em uma passagem exatamente anterior às suas palavras acima transcritas o economista americano opina que a reversão, para os investidores, dos ganhos de produtividade na criação de novas tecnologias, ganha contornos perigosos nas mãos dos trabalhadores.

*“Porque, no fundo, os investidores são os próprios trabalhadores. São as economias compulsórias de milhões de trabalhadores americanos que estão sendo investidas nas novas tecnologias da informação. Os fundos de pensão, atualmente, são o maior pool de investimento de capital na economia americana. Esses fundos, que atualmente somam mais de US\$ 4 trilhões, representam as economias de milhões de trabalhadores americanos. ”*¹⁶¹

¹⁶⁰ . RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 251, (grifamos).

¹⁶¹ . RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 251, (grifamos).

Não duvidamos que em uma interpretação canhestra destas afirmações exsurjam posicionamentos do tipo em que os próprios trabalhadores são os culpados de sua própria miséria quando, na verdade, o que se demonstra é a constatação do evidente prejuízo causado pela submissão do trabalho aos auspícios e ditames do capital. Neste sentido a sua declaração de que os trabalhadores não têm muita “voz ativa” sobre o fato de que as suas próprias economias são investidas na produção de “novas tecnologias” economizadoras de trabalho vivo.

Paliativamente o governo americano ampliou o conceito do “princípio da administração prudente” ao incluir investimentos promotores do bem-estar econômicos dos beneficiários, providência de pouco impacto sobre a eliminação em massa dos empregos. Neste processo de aumento de produtividade a participação dos trabalhadores como investidores não tem correspondente na sua participação como empregados, mesmo quando se trate de investimentos feitos às custas de suas economias: “*Apesar da justa reivindicação do trabalhador americano à uma fatia do bolo da produtividade, a comunidade empresarial tem sido sistematicamente inflexível contra as tentativas de reduzir a semana de trabalho e de aumentar os salários para acomodar os dramáticos ganhos em produtividade.*”¹⁶²

Já no epílogo de nossa sucinta abordagem da mundialização do capital pouco nos resta a dizer sem que incorramos em uma redundância improdutiva, o que de modo algum elimina as carências de uma abordagem extremamente limitada como foi a nossa. Entretanto, alguns reparos se fazem necessários antes que passemos aos demais tópicos. No que respeita às últimas considerações de RIFKIN, cremos que a afirmação inicial de que: os trabalhadores não têm “muita voz ativa” em relação ao que é feito de suas economias, se resume a um mero sussurro se levarmos em conta o caráter “compulsório”, ineliminável, de tais economias, que em último plano se demonstra na exterioridade da relação financeira apesar da vontade dos beneficiários.

¹⁶². RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 251. (grifamos).

É também merecedora de cuidados a ênfase potencialmente contida na verificação de que são os trabalhadores os novos investidores. Ora, ao passo em que os investimentos financeiros se encontram subsumidos à grotesca “prudência” das administradoras de carteira, não é o fato de que, em última análise, deitem estas economias suas raízes no trabalho árduo da grande maioria que fará com que os mesmos tenham tratamento e expectativas diversas das dispensadas aos investimentos que não resultem da apropriação compulsória de economias como *in casu*. Em outras palavras, a origem do capital em nada interfere no processo de valorização característico da esfera financeira.

Por sua vez, extremamente acertada é a sua colocação na denúncia da “parcialidade” da resposta do governo americano ao proporcionar um bem-estar econômico aos beneficiários, numa vã tentativa de ampliar uma inexistente prudência, supostamente atribuída ao capital. Ao nos depararmos com tão inofensivos paliativos para um problema de tão grandes implicações vemos que, cada vez mais, temos que dar razões a BOURGUINAT e a sua idéia de que, fosse o mercado financeiro “*um despota perfeitamente esclarecido, só poderíamos aplaudir.*”¹⁶³ Aliás, diga-se de passagem, os investimentos que porventura promovam o bem-estar econômico dos beneficiários, apenas têm o dom de, indiretamente, tentar atenuar os possíveis e até prováveis prejuízos decorrentes de uma tendência que prioriza o capital em detrimento do trabalho. O que por sua vez, em momento algum, resulta em modificação essencial da tendência de eliminação do trabalho vivo presente na implementação de novas tecnologias.

Até bem pouco tempo, ao que se sabe, no processo de valorização do capital a esfera produtiva ocupava lugar de destaque em relação às demais formas valorização como, por exemplo, a financeira, à qual conferia ao processo de valorização do capital produtivo um caráter eminentemente acessório. No mesmo compasso a esfera produtiva, bem ou mal, conseguiu, durante um bom tempo,

¹⁶³ BOURGUINAT. *Apud.* CHESNAIS, F. *A Mundialização*. p. 30.

conciliar uma inexorável tendência à expansão com uma razoável absorção de força de trabalho.

Deve ser deixado claro que não estamos nos reportando à destinação dada ao lucro resultante da exploração do trabalho por parte dos detentores dos meios de produção. O mínimo que se espera de uma sociedade capitalista é que a propriedade e destinos de suas rendas, por parte dos demais investidores, que não os trabalhadores, seja respeitada. Mas ainda que momentaneamente esqueçamos dos efeitos de uma financeirização da indústria e da hipertrofia da esfera financeira em relação às demais no processo de internacionalização do capital, não podemos fechar os olhos para o destino, previamente traçado pela esfera financeira, que aguarda ansioso o momento em que o grosso dos investimentos de fundos de pensão dê o ar de sua graça. Nunca devemos nos esquecer de que só escassamente a hipertrófica preponderância do capital financeiro perderia a sua nocividade em relação ao trabalho se o nomadismo predatório dos investimentos atingisse tão somente os capitais resultantes de uma, ainda superexplorada, relação de trabalho. Mas a partir do momento em que “economias compulsórias” dos trabalhadores se inserem nesta ciranda alavancando, em última análise, a destruição de postos de trabalho, ultrapassamos, e em muito, os limites da suportabilidade.

A versão mundializada da preponderância do capital financeiro sobre a esfera produtiva, ao que se contempla, só veio a demonstrar de forma mais incisiva, a imanência do conflito Capital-Trabalho que não restou atenuado pelos “milagres” do mercado na mesma medida em que se sucedem as suas tragédias. Ao passo que, positivamente, deu cores mais vivas à universalidade, mundialização ou globalidade de uma conflituosa relação que ainda persiste, apesar das fronteiras dos Estados, que outrora continham e agora se curvam à força totalizante do capital mais densamente financeiro. Numa peça a muito em cartaz, modificam-se os cenários, sofisticam-se a produção, sucedem-se novas gerações de atores mas o enredo pouco se modifica. Termos em que a “irreversibilidade” de uma tal situação só encontra equivalente na,

incongruente e inexorável, “necessidade de adaptação” ao atual sistema de produção de mercadorias.

2.5 O setor de serviços.

Não poderíamos nos furtar da apreciação, ainda que sucinta, do “setor de serviços”, a qual se justifica não só pela insistência com que o assunto é tratado nas diversas abordagens até aqui contempladas, como também pela relevância acentuada do assunto na singularidade de cada uma das leituras isoladamente consideradas.

Uma tal apreciação já encontra de início uma obstaculizante insuficiência teórica que resulta inclusive, e principalmente, na delimitação do campo dos serviços nos moldes vigentes, como bem o demonstra CHESNAIS na sua visão dos impasses do enfoque residual:

“ As atividades de serviços, quaisquer que sejam suas características ou o lugar que ocupam em relação à produção ou ao consumo doméstico, são agrupadas numa categoria ‘ tampão’. Todas elas são classificadas como pertencentes ao setor ‘ terciário’, cujas fronteiras são simplesmente definidas por exclusão. Toda atividade que não puder ser classificada, nem no setor manufatureiro ou de construção civil, nem na agricultura ou na extração mineral, fica pertencendo ao terciário. ”¹⁶⁴

O mínimo que se espera, partindo-se de uma tal impossibilidade teórica, é que não se contemple na análise subsequente, uma investigação acerca do setor terciário ou de serviços a partir de suas características ou funções internas. Por sua vez, não poderemos deixar de reconhecer a importância adquirida por tal setor, mesmo numa apreciação sintética como a nossa, na medida em que podemos testemunhar o

¹⁶⁴ . CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital* p. 187-189, (grifamos).

seu exponencial crescimento¹⁶⁵ de cem anos para cá. ANTUNES observa como variante do múltiplo quadro das metamorfoses do mundo do trabalho,

*“um intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrentes da expansão do setor de serviços. Vimos que, no caso dos EUA, a expansão do setor de serviços — no sentido amplo em que é definido pelo censo realizado pelo Departamento de Comércio daquele país — foi de 97,8% no período de 1980/1986, sendo responsável por mais de 60% de todas as ocupações (não incluído o setor governamental) (Anunziato, 1989: 107).”*¹⁶⁶

Segundo o sociólogo de Campinas, esses dados permitem indicar, como fizeram Offe e Berger, que as atuais tendências de desenvolvimento caracterizariam a sociedade atual como uma “sociedade de serviços”. O que por sua vez não quer dizer que se devam aceitar teses como as das “sociedades pós-industriais” ou “pós-capitalistas”, para nos referirmos ao correto comentário de Antunes ao finalizar as suas impressões acerca da expansão do setor terciário e das opiniões daqueles dois autores.¹⁶⁷

Como dito, a análise do setor terciário ou de serviços não se pode dar a partir de traços individuais internos característicos deste setor. Dessa maneira, a única possibilidade que nos resta é, na sua análise, a apreciação desta esfera na sua inevitável relação com o setor produtivo.

¹⁶⁵ “É impossível estimar com qualquer grau de exatidão o número de ‘prestadores de serviços’ no início do século XIX, mas em 1870 havia aproximadamente três milhões nas várias categorias e, por volta de 1990, cerca de 90 milhões.” HEILBRONER, R. L. Prefácio de *O Fim dos Empregos*. p. XIV. O autor se reporta à realidade norte-americana.

¹⁶⁶ ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* p. 46, (grifamos). “Na Itália, ‘contemporaneamente cresce a ocupação no setor de serviços, que hoje ultrapassa 60% do total das ocupações’ (Stuppini, 1991: 50). Sabe-se que essa tendência atinge praticamente todos os países centrais.” *Ibidem*, p. 46-47, (grifamos).

¹⁶⁷ Vide página 47 de *Adeus ao Trabalho?*

Numa de suas críticas da sociedade pós-industrial LOJKINE, com acerto, expõe não só a inevitabilidade da relação entre os dois setores como também explicita a preponderância da esfera produtiva sobre a dos serviços:

“ Não há crescimento de atividades de serviço (informacionais) sem crescimento de atividades industriais. A contrario, o declínio de atividades industriais provoca o declínio das atividades de serviço./.../

*A parte crescente de atividades informacionais nas atividades de produção e nos circuitos dos produtos é, tão somente, uma face do processo de interpenetração entre serviços e produção material.”*¹⁶⁸

No mesmo sentido é a assertiva de KURZ, inserta nos comentários ao que denominou, *A última corrida deslumbrada do princípio da rentabilidade*. Nas suas considerações o autor argumenta que somente em economias nacionais “vencedoras” é que regiões “perdedoras”, no que respeita ao seu êxito no excludente processo de desindustrialização à que são submetidos os vencidos na disputa do sistema mundial de produção de mercadorias, poderiam ter seus problemas amenizados ou aparentemente solucionados. Merece destaque a sua anotação da “dependência” do setor de serviços da “capacidade de acumulação das indústrias” nos mercados mundiais. Assim, com exceção de Estados muito pequenos ou Estados-cidade, são inimagináveis Estados nacionais inteiros limitados à prestação de serviços. *“ Por isso, em todas as economias nacionais cuja indústria perdeu a capacidade de concorrer no mercado mundial, tem que quebrar também o setor de serviços, porque foi cortado o afluxo de dinheiro.”*¹⁶⁹

Noutro enfoque é de se notar um aspecto muito interessante desta relação entre setor produtivo e terciário, qual seja, o da interpenetração entre a produção material e os serviços que, mais profundamente, encontra nascedouro nas suas

¹⁶⁸ . LOJKINE, J. *A revolução informacional*. p. 242. (grifamos).

¹⁶⁹ . KURZ, R. *O colapso da modernização*. p. 209, nota de rodapé, (grifamos). A primeira parte desta citação é também utilizada por Antunes à página 47 de *Adeus ao Trabalho?*, ao contrapor a

apropriadas considerações sobre a interpenetração entre os setores produtivo e improdutivo. Este posicionamento de LOJKINE se origina e é de certa forma amparado na sua crítica à rigidez e oposição mecanicista da divisão dos setores primário, secundário e terciário no que denominou *fracasso da teoria dos três setores*, momento em que argumenta que, ao contrário do que pensava D. BELL, não se vislumbra a redução do operariado fabril ao percentual observado nos trabalhadores do setor agricultor (5% nos Estados Unidos).¹⁷⁰

Na continuidade de seu discurso sobre os serviços LOJKINE faz ainda duas distinções extremamente complementares às argumentações de HARVEY e ANTUNES no que respeita à determinação do conteúdo dos “empregos nos serviços”. A primeira se refere ao que denomina “empregos da crise” (vigias de imóveis, empregados de bares e outros novos domésticos, empregos provisórios), que o autor contrapõe aos empregos vinculados aos serviços públicos. A segunda, conexa e derivada da primeira, se refere à oposição entre o terciário público e o terciário “móvel”: *“Ademais, há que se questionar a dicotomia entre um terciário público ‘protegido’ e um terciário móvel, quando se sabe do enorme desenvolvimento de diferentes formas de empregos precários no terciário público.”*¹⁷¹

Noutro momento o mesmo autor argumenta que, além de um crescimento das “atividades informacionais” ou de serviço em todos os setores econômicos, há também uma “interpenetração” entre “produção e serviços”.¹⁷² Estes consideráveis argumentos acerca da interpenetração entre serviços e indústria, na verdade, são a manifestação remota de uma discussão mais profunda remanescente às considerações marxianas sobre trabalho produtivo. Esta discussão passa primeiramente, na ótica do autor

validade da ênfase desmensurada do setor de serviços na abordagem das teses sobre as *sociedades pós-industriais* ou *pós-capitalistas*.

¹⁷⁰ LOJKINE, J. *A revolução informacional*. p. 260.

¹⁷¹ LOJKINE, J. *Idem*, p. 265. (grifamos).

¹⁷² LOJKINE, J. *A revolução informacional* p. 264. No mesmo sentido a afirmação de Chesnais: *“A contraposição entre o setor industrial e os serviços está sendo, então, fortemente abalada, tanto pelos serviços ‘invadindo’ o setor manufatureiro, como pela indústria, cujas companhias, por sua vez, estão se diversificando no sentido dos serviços. Segundo F. F. Clairmonte e J. Cavanagh (1984), esses transnational integral conglomerates seriam a própria encarnação do capitalismo moderno.”* CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. p. 188, (grifamos).

francês, pela separação entre propriedade do capital e o trabalho de direção e gestão. Tal alusão se revela ademais oportuna se considerarmos que o desenvolvimento da indústria capitalista é marcado por duas tendências contraditórias: a primeira de dividir o trabalho para o aumento da produção (com menos trabalho), reduzindo o preço das mercadorias e aumentando a acumulação de capital; a segunda corresponde ao favorecimento da fluidez de funções (trabalho variado) e mobilização universal do trabalhador.¹⁷³

O autor considera particularmente complexo o estabelecimento concreto do desenvolvimento destas duas forças antagônicas que, segundo ele, não encontra solução nem na difícil superação determinismo/indeterminismo tecnológico, nem no que chamou *lirismo messiânico* das *derrapagens unilaterais* de Marx que, ora enfatizava a “completa separação entre o cientista e o trabalhador”, ora a “completa separação entre trabalho de “direção-gestão” e a “propriedade capitalista”. No que respeita à última, considera que ocorreu a transformação de uma “pequena elite” numa “vasta categoria social multiforme” em grande expansão há 30 anos. Argumenta ainda que a partir deste duplo processo se possam esboçar duas “aproximações tendenciais” que subvertem a oposição entre classe dirigente e operária:

“ — os ‘ *produtivos improditivos*’: trata-se, em primeiro lugar, para além de uma simples recomposição do trabalho operatório, do desenvolvimento de funções informacionais no trabalho produtivo, com a emergência dessas categorias híbridas que chamamos de ‘ *produtivos improditivos*’;

— os ‘ *improdutivos produtivos*’: trata-se, em segundo lugar, do movimento inverso, que subverte as profissões de serviços nas suas relações de trabalho (tentativas de industrialização do trabalho intelectual) e nos seus modos de vida — os assalariados ditos ‘ *improdutivos*’ perdem todas as suas antigas referências identitárias (estatuto, mobilidade social). ”¹⁷⁴

¹⁷³ . LOJKINE, J. *Idem*, p. 271-272. As citações de Lojkine se referem à edição francesa de 1973 de *O Capital*.

¹⁷⁴ . LOJKINE, J. *A revolução informacional*. p. 272-273.

Não devemos nunca deixar de dar a devida importância às posições de LOJKINE, aliás, diga-se de passagem, bem embasada em Marx¹⁷⁵. Nem, tampouco, deixar de perceber com atenção as suas conseqüentes conclusões nos respectivos aprofundamentos das duas categorias acima expostas. Contudo, não obstante a relevância dessa digressão teórica nos termos em que foi exposta, como bem menciona o autor, trata-se apenas de uma “aproximação tendencial”, no que, obviamente, devem ser respeitados os seus limites.

Todavia, da mesma forma, as categorias supramencionadas não devem numa “tendenciosa aproximação”, ser elevadas à uma superioridade e centralidade tais, de modo que se vislumbrem nas mesmas uma inexorável tendência totalizante e unificadora. Realmente, não há como se negar que o setor terciário ou de serviços adquiriu uma importância incomparavelmente exacerbada neste último quartel de século, o mesmo se pode dizer da oportuna intervenção do autor no que respeita à dualidade da precarização nos serviços que abrange, até mesmo, os serviços públicos. Mais importante ainda, julgamos, a oportunidade de sua intervenção no que tange à prioridade da esfera produtiva em detrimento do setor de serviços. Para não nos referirmos, também, ao propósito alcançado na sua denúncia da nefasta concentração de informações em completa desconsideração dos trabalhadores. Porém, até mesmo pela preponderância incontestada da esfera produtiva cremos que o que se observa na realidade é o avanço, mais do que nunca, do mercantil nos serviços, em que pese a intenção presente no título do capítulo 7 de *A Revolução Informacional*.

¹⁷⁵ “ De fato, muitos pesquisadores marxistas fundaram, e fundam, sua definição de trabalho produtivo sobre uma parte (poder-se-ia dizer: a metade) do célebre texto no qual Marx determinava mais-valia absoluta e mais-valia relativa: ‘ A partir do momento, contudo, em que o produto individual é transformado em um produto social, em produto de um trabalhador coletivo cujos diferentes membros participam mais de perto ou mais de longe, ou alguns até não participam, da manipulação da matéria, as determinações de ‘ trabalho produtivo’ e de ‘ trabalhador produtivo’ se alargam necessariamente. Para ser produtivo, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser um órgão do trabalhador coletivo ou executar qualquer uma de suas funções’ (K. Marx, 1973, 1, 183). Porém, Marx acrescenta — e esta passagem é, em geral, pouco citada —: ‘ A determinação original de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade; mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomamos isoladamente’.” Idem. p. 274-275.

Temos claro no que respeita ao processo de interpenetração indústrias e serviços que a industrialização dos serviços por certo é relevante. Por isso mesmo mantemos a convicção de que, neste processo, permanecem os improditivos-subsumidos aos impérios da rentabilidade e competitividade inerentes ao sistema capitalista. Estão sujeitos, portanto, como os trabalhadores de outros setores, à lógica da economia de trabalho vivo já denunciada por Marx no século XIX. Neste sentido resultam frustradas as expectativas de que o setor de serviços continuasse a absorver os desempregados do setor secundário. Em fevereiro de 1994 o *The Wall Street Journal* estampava em suas manchetes a denúncia de uma “transição histórica”: a substituição “permanente” dos trabalhadores em serviços pelas novas tecnologias da informação.¹⁷⁶

Considerar a singularidade de uma relação única, como a elencada pelo autor de *A revolução informacional*, é uma condição nada desprezível para qualquer análise séria do assunto. *Idem*, no que se reporta à outras externalidades como, por exemplo, o “parentesco” na constituição de um reforço aos profundos vínculos que unem “gerentes” e proprietários; além da insuperada oposição entre trabalho produtivo e improditivo que o mesmo autor enfoca na página 274 de *A Revolução Informacional*.

Não obstante considerarmos correta a advertência do autor quanto ao uso do mesmo critério de produtividade para trabalhos efetivamente distintos, observamos que, pela maneira como se engrossam as filas de ex-trabalhadores em serviços, o critério de produzir mais com menos trabalhadores encontra também no terciário o reflexo da imagem vista no setor produtivo, em que pese as insanáveis dificuldades

¹⁷⁶ RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 153. “A AT&T anunciou que está substituindo mais de seis mil operadores de ligações a longa distância por tecnologia de reconhecimento de voz computadorizado. Além de eliminar um terço de seus operadores de longa distância, a empresa informou que poderia fechar 31 escritórios em 11 estados e cortar 400 cargos gerenciais.../ A AT&T espera substituir mais da metade de seus operadores de longa distância por tecnologia de reconhecimento de voz robotizado no decorrer dos próximos anos. Os novos operadores de silício são o que há de mais recente numa série de avanços tecnológicos que tem permitido à AT&T administrar um acréscimo de 50% nas ligações, com 40% a menos de funcionários, nos últimos anos. Entre 1950 e o início da década de 1980, a AT&T liderou o setor de prestação de serviços com a introdução de tecnologia substituidora do trabalho humano. Nesse período, a empresa eliminou mais de 140 mil operadores em todo o país. Muitos dos demais correm o risco de perder seus empregos até o final desta década.” *Ibidem*, (grifamos).

impostas por uma concepção residual que, de início, nos turva a vista do que efetivamente seja o setor de serviços. Analogamente, não devemos alimentar esperanças de que o surgimento de uma nova tipologia entre os trabalhos produtivo e improdutivo traga em si um potencial emancipatório que, como visto, só escassamente subverte o modo de produção vigente.

Nas páginas finais de *A Revolução Informacional* é que se evidenciam de maneira mais expressiva os contornos da contraditoriedade que matizam inclusive o setor de serviços. ‘*Irreversível*’, segundo o autor, é a tendência que, ‘*a longo prazo*’, abre as atividades de serviços às funções produtivas. Entretanto, “*trata-se de uma tendência ainda minoritária, sempre travada por fortes contra-tendências dirigidas à divisão, ao afunilamento e ao monopólio elitista.*”¹⁷⁷

Na continuidade de sua análise o autor francês retoma a discussão desta conflituosidade na constatação da *ambivalência* manifesta no conteúdo e organização do trabalho. Se por um lado há quem se beneficie da aproximação entre “produtivos” e “relacionais”,

*“ ao mesmo tempo, a lógica dominante permanece a da eliminação do trabalho vivo, da utilização privilegiada das novas tecnologias da informação para ‘economizar pessoal’ — com duas ponderáveis conseqüências sobre as categorias envolvidas: a intensificação do trabalho e as reduções maciças de pessoal (notadamente do pessoal mais antigo, depositário da experiência e da cultura da empresa) que bloqueiam as capacidades inovadoras e paralisam os esforços para melhorar a circulação da informação. assim como as permutas de saberes e experiência.”*¹⁷⁸

Ao final, e em síntese, podemos considerar provisoriamente que, em primeiro lugar, se observa uma inegável expansão do setor de serviços; em segundo, se desdobra uma efetiva (nesse sentido, também necessária), e não apenas conceitual,

¹⁷⁷ . LOJKINE, J. *Idem*, p. 289.

¹⁷⁸ . LOJKINE, J. *A revolução informacional*. p. 289-290, (grifamos).

relação entre os setores produtivo e de serviços; em terceiro, que nesta mesma relação, observamos uma preponderância da esfera produtiva sobre a terciária à qual existe na dependência da primeira (de maneira que as expectativas não concretizadas de BELL, acompanhadas das bem construídas ponderações de KURZ, só vêm em seu reforço); e em quarto lugar, a ainda insuperada distinção entre os setores produtivo e improdutivo não interfere na lógica de economia de trabalho vivo no que respeita à última categoria em especial.

As imbricações e interconexões entre os dois setores não implicam, portanto, em posicionamentos que, primeiramente, postulem uma perda de importância da esfera produtiva, o que em momento algum se observa, conservando-se esta ainda na base do processo de acumulação capitalista. Nem que, ao final, se reproduzam idéias que fomentem algum súbito abalo da tendência de economia de trabalho vivo capitulada por Marx e que persiste independentemente da distinção categórica entre ambos os setores. O que nas suas formas mais definidas se pode vislumbrar, já que de início nos deparamos com a pobreza de um enfoque residual, é a confirmação de que contemplamos uma tendência que repercute também no setor de serviços. Obviamente que quando falamos de “repercussão no setor de serviços”, já aceitamos, de plano, a preponderância da esfera produtiva sobre as demais. Em suma, não há bases para se afirmar até que ponto uma substancial modificação de condições na esfera produtiva irá repercutir em igual grandeza nas demais esferas mas que certamente se repercutirão é algo que em momento algum duvidamos. As potencialidades inerentes às novas tecnologias da informação se revelam meras potencialidades que não se constituem em obstáculos fortes o suficiente para fazer frente à lógica do capital. Por outro lado, somente o tempo dirá se a interpenetração entre os setores produtivo e improdutivo, se revelará ao final “irreversível” como conclui o autor francês. Quem sabe no futuro também se revele, caso as conclusões de Lojkin se demonstrem procedentes, o teor e a amplitude da “recomposição enriquecedora de atividades relacionais” que hodiernamente só à uma minoria atinge.

CAPÍTULO III

A TRIPLA DIMENSÃO DO SISTEMA DE CAPITAL¹⁷⁹

Na abertura do segundo capítulo de nosso trabalho adotamos como eixo norteador provisório de nossas análises as três dimensões do sistema de capital (Capital, Trabalho e Estado) e a inconciliável oposição das classes sob o capital em consonância com as considerações de MÉSZÁROS. Nas suas ponderações, o autor de *O Poder da Ideologia*, faz uso das categorias anteriormente elencadas de maneira a demonstrar, a nosso ver corretamente, que a passagem para uma transformação socialista só se daria na medida em que fossem englobadas todas as três dimensões do sistema herdado.¹⁸⁰ “*Isso acontece porque.../ — CAPITAL, TRABALHO e ESTADO — são materialmente constituídas e ligadas umas às outras, e não simplesmente numa base legal e política.*”¹⁸¹

As referências à tripla dimensão do sistema de capital, como visto, obedecem e dão suporte às observações de um contexto a ser abrangido por uma transformação socialista. No entanto, a riqueza e profundidade do tríplice dimensionamento tal como enunciado por MÉSZÁROS ensejam que, tangencialmente, no eixo destas categorias, avancemos mais detidamente em alguns pormenores das metamorfoses do mundo do trabalho no eixo da tríplice relação mencionada. Além disso,

¹⁷⁹ . Ao referir a um *sistema de capital*, Mézáros deixa patente que trata de sociedades regidas por este sistema. Assim, mesmo em sociedades como a soviética, em que não apareceram alguns elementos caracterizadores de uma *sociedade capitalista*, como a propriedade privada, por exemplo, a substância do capital ainda continuou a atuar como força motriz.

¹⁸⁰ . “*Assim, o conceito de irreversibilidade da transformação socialista é significativo, somente se ele se referir ao ponto sem retorno das dinâmicas internas de desenvolvimento, além de às determinações estruturais do capital como um todo de controle social metabólico, englobando todas as três dimensões do sistema herdado: CAPITAL, TRABALHO e o ESTADO.*” MÉSZÁROS, I. *A Ordem de reprodução social metabólica do capital*. p. 11.

¹⁸¹ . MÉSZÁROS, I. *Ibidem*, (grifamos).

pretendemos que sirvam de fundamento à uma futura crítica do Direito do Trabalho Contemporâneo e neste mister uma análise que não contemple uma significativa modificação do atual estado das coisas não é merecedora do adjetivo “crítica”.

A conseqüência da “constituição material” das Três Dimensões do sistema é que, dessa maneira,

*“ /.../ nem o capital, nem o trabalho, nem, na verdade o Estado, podem ser abolidos, nem mesmo pela intervenção jurídica mais radical./.../ Porque o trabalho pós-revolucionário, no seu modo de existência imediatamente viável, quer seja em países capitalistas previamente avançados ou em países subdesenvolvidos, continua amarrado à substância do capital, isto é, à existência material deste como a determinação estrutural progressiva do processo de trabalho, e, não à sua forma contingente de personificação jurídica./.../”*¹⁸²

Partindo-se de tais premissas, uma análise isolada de tais categorias certamente resultaria prejudicada caso almejasse tratar, ao mesmo tempo, das complexas relações e profundas interconexões que as três categorias apresentam no mesmo compasso em que efetuasse a análise de cada categoria singularmente considerada.

Não é o que pretendemos em nosso estudo, aqui nos basta uma visão panorâmica das relações mais significativas entre as categorias sob exame, na tentativa de suplantar a provisoriedade anteriormente proposta. A estreiteza dos laços e a natureza da relação Capital-Trabalho aconselham que se efetue a apreciação destas duas categorias em conjunto, sem que a apreciação da categoria Estado, na sua individualidade, venha a tomar uma abrangência ou grau de importância

¹⁸² MÉSZÁROS, I. *A Ordem de reprodução social metabólica do capital*. p. 11, (grifamos). A conclusão do parágrafo se revela ainda mais fundamental e decisiva no nosso proceder: “A única coisa que deve permanecer constante, no que diz respeito às personificações do capital, em todas as metamorfoses da equipe governante, através dos séculos, é que a identidade funcional destas

exageradamente acentuado ou diminuído em relação às demais dimensões do sistema de capital.

3.1 A relação Capital-Trabalho

Não por acaso optamos pela denominação Capital-Trabalho no exame da relação dessas duas categorias.¹⁸³ Nesse aspecto, a anterioridade do capital sobre o trabalho apenas reflete nominalmente uma subordinação que há muito se observa e que, contemporaneamente, não demonstra nenhum sinal de enfraquecimento. O que, em momento algum, implica em se conferir ao capital ou às suas mediações, uma grandeza diversa da segunda ordem que, afinal, lhe é apropriadamente atribuída.

Carece de melhor tratamento a questão da hierarquia de tais mediações que anteriormente introduzimos (nota de nº 25 de nosso primeiro capítulo). Naquela ocasião tivemos oportunidade, em reforço à discussão do atributo de produção do novo inerente à categoria trabalho, de fazer uso dos ensinamentos de MÉSZÁROS, em um momento em que já nos chamava a atenção o fato de que a espécie humana é a única “intervencionista” do mundo natural. Além disso, diversamente dos outros animais, o seu sobreviver como espécie “não depende de intercâmbios imediatos”, ao contrário, o que se observa é a crescente dependência no seu desenvolvimento, de funções primárias de mediação das quais o trabalho ainda é a mais importante e

¹⁸³ . Nas páginas 302 e 303 de *A Mundialização do Capital*, encontramos, de forma sucinta nas palavras de seu autor, alguns aspectos determinantes da opção do estudo em separado da relação Capital-Trabalho, os quais se revelam particularmente importantes no estudo das transformações no período pós-guerra. Para Chesnais: “/.../ esses elementos não podem ser considerados como simples somatória de fatos isolados. Exigem ser abordados como um todo, partindo-se da hipótese de que ‘formam um sistema’. De nossa parte, pensamos que todos eles remetem às modificações nas relações entre capital e trabalho — levando a formas de relação salarial sensivelmente diferentes das que prevaleceram entre 1950 e 1975 — bem como às mudanças na relação entre o capital produtivo de valor e o capital financeiro, que se deram no contexto da ‘mundialização do capital’ analisada neste livro.” (grifamos).

originária das demais.¹⁸⁴ Para o mesmo autor, no prosseguimento do seu raciocínio, as “formas essenciais” de mediações de primeira ordem incluem, entre outros aspectos,

*“ ** A regulamentação do processo de trabalho, através do qual o intercâmbio necessário de uma comunidade específica com a natureza possa produzir os bens necessários para a satisfação humana, assim como os instrumentos de trabalho apropriados, empreendimentos produtivos, e conhecimento, por meio do quais o próprio processo reprodutivo possa ser mantido e melhorado; ”*¹⁸⁵

É por certo lícita a tese de que, fosse a espécie humana afetada, ou melhor, subsumida, tão somente aos imperativos oriundos de tais mediações de primeira ordem ou grandeza, a resolução de problemas como, por exemplo, a “tirania da escassez”, no atual estágio de desenvolvimento social e tecnológico, restaria extremamente facilitada. No entanto, tais considerações preliminares, aliás, imperativos estruturais, são, paradoxalmente, “secundarizadas” por mediações de segunda ordem ou grandeza. Em outras palavras, as mediações de primeira ordem — das quais se destaca o Trabalho — são, a partir de dado momento histórico, “subordinadas”, por mediações de segunda grandeza — no que se destaca o Capital — de maneira que, inicialmente o necessário intercâmbio com o mundo natural é subordinado aos ditames destas mediações secundárias e ao final, apesar dos discursos laudatórios da ordem dominante, toda a problemática básica e primordial decorrente das condições objetivas de reprodução produtiva resta sem solução, e o que é pior, por força de “imperativos” secundários, resulta acentuada.¹⁸⁶

¹⁸⁴ “ Como resultado dessas condições e determinações ontológicas fundamentais, os indivíduos humanos devem sempre preencher os inevitáveis requisitos materiais e culturais para sua sobrevivência, através das necessárias funções primárias de mediação, entre si e com a natureza. Isso significa assegurar e proteger as condições objetivas para sua reprodução produtiva, em circunstâncias que mudam, inevitável e progressivamente, sob o impacto de sua própria intervenção através da atividade produtiva — a ontologia singularmente humana do trabalho — na ordem original da natureza. Somente é possível fazer isso, envolvendo cada faceta da reprodução humana produtiva — e, na verdade, auto-produtiva, através da complexa dialética entre trabalho e história.”
MÉSZÁROS, I. *A Ordem de Reprodução Social metabólica do capital*. p. 9, (grifamos).

¹⁸⁵ MÉSZÁROS, I. *A Ordem de Reprodução Social Metabólica do Capital*. p. 9.(grifamos).

¹⁸⁶ MÉSZÁROS, I. *Ibidem*.

Em outro momento, numa interessante passagem de *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*, observa que o “antagonismo estrutural” entre Capital e Trabalho é necessariamente “inerente” ao modo de produção capitalista já que o mesmo não pode funcionar sem a reprodução crescente do “valor de troca”. Desta maneira, o aumento no “preço do trabalho”, mantém estreita relação e subordinação ao “índice geral de acumulação”, numa demonstração de que as “relações estruturais” da sociedade permanecem fundamentalmente as mesmas:

*“Devido ao antagonismo estrutural entre capital e trabalho, qualquer discurso sobre a ‘integração’ ou o ‘aburguesamento’ do proletariado, em uma sociedade cujas relações produtivas permanecem essencialmente as mesmas, é uma contradição nos termos, não importa que tipo de intenção política possa estar por trás.”*¹⁸⁷

Aprofundemos um pouco mais o raciocínio. Na ótica do filósofo húngaro, essa relação entre as mediações de primeira e segunda ordens, é inicialmente caracterizada por uma subordinação das primeiras às últimas. Noutra obra, a relação entre as categorias Trabalho e Capital, é também caracterizada como estruturalmente antagonica, ou seja, de inconciliável oposição. Dessas esclarecedoras, e a nosso ver complementares, lições do professor de Sussex, é que podemos salientar, no estudo da relação Capital-Trabalho, uma “dupla caracterização” que, sem sombras de dúvida, confere, à essa relação em particular, os seus traços essenciais.

Em síntese, a relação Capital-Trabalho, é essencial e duplamente caracterizada, pela *subordinação* do trabalho ao capital e, pelo *antagonismo estrutural* ou oposição das duas categorias sob o sistema de capital, no que podemos chamar de “imperativos relacionais”.

¹⁸⁷ . MÉSZÁROS, I. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. p. 91-92, (grifamos). Numa passagem anterior da mesma obra, ao comentar a atribuição de “papel histórico” ao proletariado na formulação marxiana, enfatiza em seu “segundo ponto” que, a distinção entre os dois pólos do antagonismo estrutural “em termos da consciência de classe”, “ *não depende simplesmente de um insight subjetivo, mas de fatores objetivos: por um lado, o caráter ‘inconsciente’ do capital, determinado por uma forma específica de desenvolvimento social que o força, ‘contra seu desejo’, a produzir o seu oposto; por outro lado, a necessidade, através de sua manifestação sob a forma de necessidade prática, que dá origem à autoconsciência.*” *Idem*, p. 85.

Evidentemente, inúmeros outros aspectos podem ser também citados como elementos caracterizadores dessa mesma relação, *idem* no que respeita às características peculiares de cada uma das categorias isoladamente consideradas. Encontraremos no prosseguir de nosso estudo outros elementos caracterizadores tanto da relação Capital-Trabalho, como das categorias singularmente, “em si”, examinadas. Todavia, em nenhum instante se vislumbra a hipótese de que, quer isoladamente, quer em seu conjunto, tais elementos venham a abalar a essencialidade da dupla caracterização anteriormente enunciada. Onde, aliás, muitos dos elementos a seguir contemplados encontram sua fonte ou origem.

Em uma das primeiras passagens de *O modo de reprodução social metabólica do capital*, o professor MÉSZÁROS, sinteticamente, traduz suas impressões sobre o Capital. Para o autor não se trata nem de uma “entidade material”, nem de um “mecanismo de mercado neutro”,

*“ /.../ mas um modo de controle social metabólico fundamentalmente incontrolável. A razão principal pela qual esse sistema necessariamente escapa a um grau significativo de controle humano é precisamente o fato de que ele mesmo emergiu, no curso da história, como uma estrutura de controle ‘totalizadora’ das mais poderosas — de fato, até o presente momento, a mais poderosa — dentro da qual tudo o mais, incluindo seres humanos, deve se enquadrar, e, assim, provar sua ‘viabilidade produtiva’, sob pena de ‘extinção’.”*¹⁸⁸

Ainda na mesma obra, é reforçada a idéia de tratar-se, o Capital, basicamente, de um mecanismo de controle restando ainda mais densamente divisada

¹⁸⁸ . MÉSZÁROS, I. *A Ordem de reprodução social metabólica do capital*. p. 1, (grifamos).
 “ Não se pode imaginar um sistema de controle mais ‘devorador’ (que atrai tudo para si) — e, nesse sentido, ‘totalitário’ — que o sistema capitalista globalmente dominante. Porque este, sutilmente, sujeita a saúde, não menos que o comércio, a educação, não menos que a agricultura, a arte, não menos que a indústria manufatureira, aos mesmos imperativos, cruelmente superimpondo a tudo seu próprio critério de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ aos mais gigantescos empreendimentos internacionais, e das relações pessoais mais íntimas aos mais complexos de tomada de decisões dos monopólios industriais, sempre favorecendo o forte contra o fraco. Ironicamente (e um tanto absurdamente), contudo, na opinião de seus propagandistas, esse sistema é

a sua abrangência. Para MÉSZÁROS, trata-se de “modo de controle” mesmo antes do Capital ser “controlado” pelos capitalistas privados ou, até mesmo por “oficiais” do tipo de Estado soviético. Isto ocorre “*Porque, enquanto um modo de controle social metabólico, o capital, necessariamente, sempre mantém sua primazia sobre o personnel através do qual sua personificação jurídica pode se manifestar em formas diferentes em épocas diferentes na história.*”¹⁸⁹

Lições igualmente importantes retratando a categoria em exame sob mesmo enfoque, também são encontradas nas páginas de *O Poder da Ideologia*. Numa de suas passagens mais interessantes, na abordagem denominada *Autoridade e autonomia: auto-atividade dos produtores associados*, MÉSZÁROS, inicia parágrafo declarando que: “*O único modo possível de controle do capital emana da sua determinação ontológica mais interna, como um mecanismo reificado de auto-expansão a que tudo na esfera da reprodução social deve estar subordinado.*”¹⁹⁰

Podem ser vislumbrados na leitura de MÉSZÁROS da questão “controle e capital”, dois ângulos, momentos ou perspectivas distintas, conforme se enfatize ou antecipe uma ou outra das categorias em destaque.

Na primeira perspectiva o capital, como visto, é retratado como um “modo de controle social metabólico fundamentalmente incontrolável”. Neste enfoque, portanto, as categorias anteriormente ressaltadas são tratadas com o objetivo de se conferir ao capital, num aparente isolamento teórico, uma busca de definição ou conceito em oposição, principalmente, às concepções dos defensores do “mecanismo de mercado ‘neutro’”, no tratamento do capital como “totalidade”.

Já no segundo, principalmente no que se refere à questão do “controle sobre os meios e processo de produção”, (formas cristalizadas da oposição Capital-

dito ser inerentemente democrático: de fato, a fundação paradigmática de toda e qualquer forma concebível de democracia.” *Ibidem*, (grifamos).

¹⁸⁹ . MÉSZÁROS, I. *Idem*, p. 2, (grifamos).

¹⁹⁰ . MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 575-576.

Trabalho), a categoria “capital” é vista, de maneira mais aprofundada, na relação com as demais dimensões dos sistema de capital.

A linha demarcatória da predominância de um ou outro momento nas ponderações desse filósofo é de difícil percepção, mas como dito, tratam-se de “momentos” diversos da percepção de um autor em particular ou ainda, em outras palavras, dois momentos de um mesmo conjunto. Dessa maneira, não podemos, em nenhuma hipótese, opor os dois momentos em nome de um rigor analítico que ofenda a complementaridade desse duplo raciocínio. Todavia, temos a partir de tais considerandos, bases mais que suficientes para discordar de Jean LOJKINE no que respeita a essa questão em particular. Aspecto que, na nossa leitura, se revela como uma “insanável” deficiência da abordagem do autor francês. Nas primeiras páginas de *A Revolução Informacional* o autor defende a seguinte idéia:

“ O controle do processo de trabalho — que, como veremos, não é o aspecto mais importante do problema — com efeito, não pode ser limitado às relações entre ‘ a fábrica e o cronômetro’, entre a fabricação e a concepção, quando a informática discute, atualmente, as antigas divisões entre todas as funções da empresa (do departamento de estudos aos serviços pós-venda), para não mencionar as relações entre empresa que empreita e sub-empiteiras, empresa industrial e empresa de serviços (laboratórios de pesquisa, bancos de dados integrados etc.).”

191

Aprofundemos um pouco mais a questão. Também consideramos extremamente danosa a limitação às relações de chão de fábrica. Por outro lado, é igualmente danoso antecipar à tais ponderações uma desimportância que não se observa até mesmo porque, se trata de uma questão irresolvida e insolúvel no sistema de capital. Aliás, conforme dissemos, se trata de controle ainda quando se enfoque o capital isoladamente. Assim, no que respeita à sua “determinação mais profunda” é caracterizado pelo “expansionismo” e “cumulatividade”. Características que o tornam

¹⁹¹ LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. p. 28, (grifamos).

“irresistível” enquanto possa extrair e acumular, com sucesso, trabalho excedente de uma sociedade no curso de sua “reprodução expandida”.¹⁹²

Como esclarece o autor essa determinação importa tanto num “dinamismo” considerável como, por outro lado, se revela uma importante “fonte de deficiência”. Dessas primeiras caracterizações, derivam outras como, por exemplo, a seguinte, decorrente da comparação entre os sistemas de controle social metabólico auto-suficientes (comunidades tribais primitivas, economia familiar das antigas sociedades escravistas, sistema feudal da idade média), em oposição ao de capital:

*“ Assim, o dinheiro, bem diferente da terra na sua relação fixa com o lorde feudal, não só não tem um mestre permanente, mas não pode ser confinado, mesmo em princípio, a limites artificiais, no que diz respeito à sua circulação potencial. Similarmente, o confinamento mercantil do capital a territórios limitados só pode ser aplicado temporária e artificialmente. Conseqüentemente ele está destinado a desaparecer mais cedo ou mais tarde.”*¹⁹³

No mesmo sentido as considerações de HARVEY no seu enfoque da transição do fordismo para a acumulação flexível, esta última obviamente considerada como forma de capitalismo. Para o autor de *A condição Pós-Moderna* o capitalismo mantém inclusive no que se refere as suas formas contemporâneas três características essenciais: 1) **É orientado para o crescimento;** 2) **O crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo na produção;** e 3) **O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico.**¹⁹⁴

Merece destaque em *O Colapso da Modernização*, na nossa leitura a principal colaboração de Robert Kurz, a inclusão das economias socialistas no mercado de produção de mercadorias, ponto aliás bem ressaltado por Schwarz às páginas 10 e 13 da sua apresentação da obra sob exame. Dentre os argumentos de KURZ salientamos a passagem em que declara que o “mercado planejado” do Leste não eliminou as

¹⁹² . MÉSZÁROS, I. *A ordem de reprodução social metabólica do capital*. p. 2.

¹⁹³ . MÉSZÁROS, I. *A ordem de reprodução social metabólica do capital*, p. 3, (grifamos).

categorias fundamentais do mercado: salário, preço e lucro; além do princípio básico do trabalho abstrato:

*“ Desde o princípio, o socialismo real não podia suprimir a sociedade capitalista da modernidade. Faz parte, ele próprio, do sistema produtor de mercadorias burguês e não substitui essa forma social histórica por outra, mas sim representa somente outra fase de desenvolvimento dentro da mesma formação de época. ”*¹⁹⁵

Em consonância com as concepções de que o sistema de capital é expansionista (orientado para o crescimento), irresistível (tecnológica e organizacionalmente dinâmico), fundado na exploração do trabalho, a ponto de serem abarcadas nessa apreciação até mesmo o que se convencionou chamar de “socialismo real”, a inclusão da abordagem de CHESNAIS da economia mundial como “sistema hierarquizado econômica e politicamente” se torna extremamente complementar das demais. Desse modo, *“a cada etapa, é a partir das ‘ economias nacionais dominantes’ que as tendências de funcionamento da economia capitalista vão atingir as ‘economias nacionais dominadas’. Estas conhecerão as conseqüências juntamente com os efeitos da dominação política à qual estão submetidas. ”*¹⁹⁶

Partindo-se de tais premissas, restam facilitadas e ao final justificadas outras considerações conexas, derivadas ou até mesmo complementares do leque de características anteriormente elencado. Exemplo de tal situação encontramos no *Parêntese sobre o conceito de capital*, formulado por CHESNAIS. Para este autor, uma das formas de captar a “extrema diversidade” das formas de atividade das “multinacionais” consiste em “abstrair” as suas “formas concretas” e voltar os olhos para o Capital enquanto “categoria econômica fundamental” definido como “valor”,

¹⁹⁴ HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. p. 164-169.

¹⁹⁵ KURZ, R. *O Colapso da Modernização*. p. 29, (grifamos). Para Antunes: *“ Apesar de seus traços internos anticapitalistas, como a eliminação da propriedade privada, do lucro e da mais-valia acumulados privadamente, a lógica mundializada do capital (e do mercado), acabaram por sufocar estes países pós-capitalistas que viveram (ou vivem) a partir de 1989, com a URSS à frente, um processo de regressão ao capitalismo. ”* ANTUNES, R. *Dimensões da crise contemporânea ou da nova (des) ordem internacional, ‘ in’ Adeus ao Trabalho?* p. 141.

¹⁹⁶ CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. p. 53-54, (grifamos).

com objetivo de “auto-valorização”, nas quais o ramo industrial ou valorização geográfica de comprometimento têm, em última análise, “caráter contingente”.

“Nessas condições, um dos atributos ‘ideais’ do capital, que é também, mais do que nunca, um dos objetivos concretos colocados pelos grupos, é a mobilidade, a recusa a se prender a determinadas modalidades de comprometimento setorial ou geográfico — qualquer que tenha sido sua importância na formação e crescimento do grupo —, bem como a capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir.”¹⁹⁷

No mesmo raciocínio é altamente ilustrativa a lição de CHESNAIS no que respeita à mobilidade do capital, em uma passagem onde debate a problemática da destruição dos fluxos de comércio ocasionadas por substituições de matérias-primas de base. Na nossa discussão se faz pertinente a menção do autor ao problema da “desconexão forçada”. Esta não se refere tão somente às questões decorrentes das exportações de “matérias-primas” mas incluem os “desinvestimentos” decididos em função de mudanças “tecnológicas” que possam afetar as “deslocalizações” para países com custos de mão-de-obra relativamente mais baixos. Nesse mister a crítica do autor atinge aqueles que preconizavam uma “dupla vantagem” para os países do Terceiro Mundo: a primeira se refere à existência, nestes países, de uma força de trabalho “abundante e barata”; a segunda, conexas à anterior, faz referência à “deslocalização duradoura” para esses mesmos países de segmentos “intensivos” em mão-de-obra.

¹⁹⁷ CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital* p. 81, (grifamos). Não menos interessante é o seu posicionamento sobre o que nominou “lógica de acumulação e concentração do capitalismo” no seu estudo sobre as multinacionais: “*Isolar as multinacionais para identificá-las, mesmo que só por um capítulo, não é isento de riscos. Quando se focaliza a atenção nas multinacionais, como fazem — e induzem outros a fazer — as obras das business schools, é fácil perder de vista as reações oligopolistas que ligam esses grupos, bem como suas características de valorização do capital, do qual não passam, afinal, de suporte organizacional. Talvez não seja suficiente dizer simplesmente, como M. Beaud, que ‘é na lógica de acumulação e concentração do capitalismo, lógica que atua num mundo parcelizado em Estados-nações, que deita raízes o florescimento das companhias e bancos multinacionais’ (1989, p. 58). Mas é nesse nível, sim, que se situa o ‘fio de prumo’ para qualquer análise séria.*” *Idem*, p. 71, (grifamos).

Em relação à primeira, argumenta o autor, que a confirmação da hipótese residiu na capacidade destes países em “importar” técnicas e formas de organização do trabalho similares as dos países de origem dos investimentos; prejudicada, em caso negativo, pela adoção das novas tecnologias às quais possibilitaram o “repatriamento” dos setores ditos “intensivos em mão-de-obra”.

*“As operações das multinacionais são caracterizadas pela elevada mobilidade dos investimentos, pela capacidade de redirecionar constantemente suas atividades e, no que diz respeito aos países do Terceiro Mundo, pela total ausência de enraizamento em dado país ou de compromisso com o mesmo. São características que explicam os numerosos retrocessos sofridos pelos países em desenvolvimento ‘ricos em mão-de-obra’. Correntes de exportação desapareceram tão depressa como haviam surgido; supostas ‘vantagens comparativas’ evaporaram. O IED mostrou a que ponto prevalecia sobre o comércio.”*¹⁹⁸

Outros aspectos na obra de CHESNAIS poderiam ser referidos como, por exemplo, o baixo grau de transparência caracterizador das políticas de competitividade como se constata nas páginas 232 e seguintes de *A Mundialização do Capital*. Outros autores, como HARVEY também dão inegável colaboração ao bem elencar as alternativas do capitalismo para lidar com o problema da “superacumulação”, tendência que “nunca” pode ser acabada sob o capitalismo, na visão do autor. No que são extremamente sérias suas considerações sobre o “capital fictício”.

¹⁹⁸ . CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital* p. 222-223, (grifamos). No final de sua abordagem sobre as várias formas de atuação das multinacionais no sistema de intercâmbio, Chesnais expressa que: “ Nos países avançados, o que predomina são os intercâmbios diretos entre filiais, atualmente bem mais vultosos do que o comércio com as matrizes. Isto reflete o processo de integração produtiva, em cada um dos pólos da Triade. Já nos países em desenvolvimento, predominam os fluxos provenientes da matriz e do país de origem desta, para as filiais. Isto é consequência direta da liberalização do comércio exterior. As consequências são bem conhecidas: aumento das importações e déficit comercial dos países em desenvolvimento, redução dos suprimentos locais, acarretando o fechamento de empresas e elevação do desemprego, e enfraquecimento do setor industrial, onde houvera algum desenvolvimento industrializante.” *Idem*, p. 228, (grifamos).

Em meio à tamanha variedade de enfoques se descobre que, apesar da diversidade inclusive terminológica dos autores, resulta mais que fortalecido o viés “expansionista” do capital, primeiramente embasado nas opiniões de MÉSZÁROS. Restam ainda considerações mais aprofundadas sobre o viés “cumulativo” do capital nesta ordem econômica expandida. A diversidade de enfoques neste outro aspecto também pode se revelar demasiado heterogênea, mas certamente, em tais análises, os índices de concentração de renda ainda se constituirão referencial obrigatório.

Em, *O Poder da Ideologia*, duas anotações se revelam particularmente importantes. Na primeira, alicerçado em Tawney, MÉSZÁROS descreve um quadro em que na Grã-Bretanha, entre 1951 e 1956, 1% da população possuía 42% e 5% possuíam 67,5%.¹⁹⁹ Na Índia, apesar da sua extrema miséria (300 milhões de pessoas abaixo da “pobreza absoluta”), a carga tributária tampouco vem a beneficiar os desfavorecidos.²⁰⁰

Situação semelhante observamos nos Estados Unidos:

“A concentração de riqueza nos Estados Unidos permaneceu razoavelmente estável entre 1963 e 1983. No entanto, as diferenças começaram a se acentuar dramaticamente na década de 1980. No final da década, os 0,5% de famílias mais ricas possuíam 30,3% do patrimônio líquido, um aumento de 4,1% desde 1983. Em 1989, 1% das famílias mais ricas ganhava 14,1% da renda

¹⁹⁹ “Mesmo estas proporções são subestimadas, pois os dados excluem os recursos e encargos de pensão (que cresceram enormemente nos últimos anos) e não levam em consideração a tendência cada vez maior dos grandes proprietários de terra de distribuir sua riqueza entre suas famílias, enviá-la para o estrangeiro e transformá-la de outras maneiras. /.../ Longos anos de depressão econômica, uma guerra civil, racionamento e ‘partilhas justas para todos’, os chamados ‘índices penais de tributação’ e imposto sobre a propriedade, e ‘O estado do bem estar’, tiveram pouca influência sobre a posse das grandes fortunas.” TAWNEY, R. H. *Equality*, 1964. Apud. MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 411.

²⁰⁰ “Os cortes no imposto de renda direto não trazem vantagem nenhuma aos 80% de pobres da população, que não pagam imposto de renda. Mas o pobre paga impostos indiretos na compra de alimentos e em algumas outras mercadorias essenciais que absorvem 75% a 85% de sua renda. Os impostos indiretos são a fonte do maior volume (80%) da receita de impostos do país, e têm crescido. Entre 1975-76 e 1984-85, quando os impostos diretos como uma proporção do PIB decresceram, os impostos indiretos aumentaram de 11,7% para 14%. Assim, como sempre, os pobres pagarão pelo aumento do consumo de ostentação da classe média e alta, e pelo aumento dos lucros do setor corporativo privado.” BHAGAVAN, M. R. p. 73. Apud MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia* p. 412.

total nos Estados Unidos e possuía 38,3% do patrimônio líquido total e 50,3% dos ativos financeiros do país./.../

Menos de meio por cento da população americana exerce um poder sem precedentes sobre a economia do país, afetando as vidas de 250 milhões de americanos. Essa pequena elite possui 37,4% de todos os títulos e ações de empresas e 56,2% de todos os ativos da iniciativa privada dos Estados Unidos.”²⁰¹

Antes que se adentre em mais alguns aspectos da caracterização do capital e, por conseqüência, do sistema de capital, deve ser esclarecido, como bem o fez MÉSZÁROS, que quando se fala em “leis econômicas” deve se ter sempre em mente que as mesmas são “leis tendenciais”, “*Ou seja: em sua natureza mais íntima, são qualitativamente diferentes da lei da gravidade, por exemplo. Pois esta última, como uma lei material do universo físico, não se estabelece tendencialmente, mas com uma finalidade e uma previsibilidade categóricas.*”²⁰²

A observação anterior é assaz pertinente até mesmo porque, na caracterização do Capital, a menção às suas tendências e respectivas contratendências se torna irremediavelmente necessária. Segundo MÉSZÁROS a tendência para o Monopólio é contrabalançada pela concorrência; assim como a centralização pela fragmentação; a internacionalização pelos particularismos nacionais e regionais; a economia pelo desperdício; a unificação pela estratificação; a socialização pela privatização; o equilíbrio pelo seu colapso; etc.²⁰³

²⁰¹ RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. p. 190-191.

²⁰² MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 389-390, (grifamos). “ *Toda tendência é de fato necessariamente neutralizada — em maior ou menor grau — por seu contrário no decurso dos desenvolvimentos capitalistas. Esta condição de interações tendenciais complexas, em geral aplicável à esfera social, é mais intensificada (e agravada em suas implicações para as estratégias socialistas a curto prazo) como resultado da natureza intrinsecamente contraditória do próprio capital.*” *Idem*, p. 390.

²⁰³ MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. p. 390-393 . As mesmas tendências e contratendências podem ser encontradas ainda, em *Produção destrutiva e Estado capitalista*, páginas 55 e seguintes, obra do mesmo autor.

No que respeita à primeira tendência citada (envolvendo monopólio e competição), o autor faz uma importante consideração no que respeita à prevalência ora de uma, ora de outra, das categorias. Inicialmente, alicerçado em ENGELS, o autor de *O Poder da Ideologia* argumenta pela “falsidade da antítese em questão”, uma vez que, para ENGELS, “ *A competição é baseada no interesse próprio, e o interesse próprio por sua vez alimenta o monopólio.*”²⁰⁴ Num segundo momento, juntamente com LÊNIN, considera que o imperialismo, acertadamente, pôde ser definido como “ *o estágio monopolista do capitalismo.*”²⁰⁵ A dimensão competitiva, por sua vez, não é posta de lado no que se refere às lições de Baran e Sweezy, além de Magdoff.

Mais interessante se demonstra, porém, a sua extensa anotação nos comentários à tendência (contratendência) motivada pelo equilíbrio e colapso do equilíbrio, quando retoma a discussão momentaneamente encerrada na sua última citação. Nesta nota assegura, em primeiro lugar, que as tendências e contratendências, historicamente falando, também são afetadas pela lei do desenvolvimento desigual. Na sua segunda restrição o mesmo autor pondera que as determinações internas das várias tendências, assim como o seu peso relativo na totalidade dos desenvolvimentos capitalistas, são, por outro lado, igualmente importantes.²⁰⁶ Para o autor, na sua retomada do tema:

“ Por isso, em última análise, o monopólio tende a prevalecer sobre a competição, à medida que o sistema do capital progride historicamente em direção a seus limites estruturais últimos enquanto sistema produtivo./.../ assim também na evolução histórica da tendência e contratendência de centralização e fragmentação”

²⁰⁴ ENGELS, F. *Outlines of a Critique of a Political Economy*. Apud. MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 390-391.

²⁰⁵ Apud MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. p. 391

²⁰⁶ “ *Sejam quais forem as suas transformações, mudanças na ênfase e alterações em relação uma à outra ou em relação às suas contratendências específicas, em locais diferentes e em épocas amplamente diferentes na história — isto é, aquelas que podemos considerar como suas características estritamente transitórias, identificáveis em termos do inter-relacionamento conjuntural das diversas forças e determinações das quais elas próprias constituem uma parte específica do cenário sócio-histórico considerado —, elas também possuem uma lógica imanente própria, de acordo com a qual podem se desdobrar através da história, e assim circunscrever objetivamente os limites do desenvolvimento capitalista global.*” MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 392.

o ‘übergreifendes Moment’ é a primeira. Do mesmo modo, a tendência internacionalizante do capital predomina muito obviamente em nossa época, em contraposição aos particularismos nacionais e regionais identificáveis, sob a forma do poder irresistivelmente crescente das corporações transnacionais em todos os países capitalistas importantes. E, o que não é menos importante, a desorganização e o colapso do equilíbrio vêm a ser a tendência fundamentalmente dominante do sistema de capital, em lugar da tendência complementar para o equilíbrio.”²⁰⁷

As relações entre as tendências e contratendências anteriores são melhor apreendidas, em última análise, fazendo-se referências aos limites máximos, ou seja, à natureza imanente do próprio Capital. Nesse sentido, são fundamentais apreensões mínimas, “*en passant*”, sobre os defeitos estruturais do sistema de capital. Entre eles se destaca a radical “**separação e oposição**” entre “**produção**” e “**controle**”.²⁰⁸

O tópico controle, como visto, perpassa profundamente a caracterização do capital, isoladamente considerado, a do sistema de capital, por outro lado, e também se faz sentir, como não poderia deixar de ser, na questão do controle sobre os meios de produção. Já no primeiro dos defeitos estruturais acima relacionado se demonstra, a nosso ver, o ponto nevrálgico, até porque mais visível, do antagonismo Capital-Trabalho.

A separação entre o trabalho e seu controle, sob o capital, constitui-se, ainda, no mais sólido e contraditório atributo que as formações sociais capitalistas, através dos tempos conseguiram nos assegurar. A partir do momento em que os verdadeiros produtores se viram subtraídos do controle sobre o próprio trabalho, o impulso do Capital, sempre crescente, veio a se refletir nos dias atuais de forma avassaladora. Por

²⁰⁷ . MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 392-393, (grifamos). “ Isso sugere que a tensão que sempre existiu no capitalismo entre monopólio e competição, entre centralização e descentralização do poder econômico, está se manifestando de modos fundamentalmente novos.” HARVEY, D. *O Colapso da Modernização*. p. 150-151.

²⁰⁸ . MÉSZÁROS, I. *A ordem de reprodução social metabólica do capital*. p. 5, (grifamos).

outro lado, em quaisquer que tenham sido as variantes históricas do sistema de capital, se mostrou irresoluta, inabalável, esta contradição principal. Não é à toa, portanto, que tal contradição mereceu o apropriado tratamento de “ defeito estrutural ” na ótica de *O Poder da Ideologia*.

Com efeito, já em *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*, no fecho dos seus indicadores da tendência à desintegração das formas tradicionais de divisão de trabalho, ou seja, na sua forma capitalista, o professor MÉSZÁROS concluía que, em última análise, toda a discussão remonta à questão do “controle social” e à sua “alienação” do corpo social para o Capital que, em grande parte, graças à “irracionalidade” de seu desenvolvimento, acaba sendo retransferida para o corpo social devido à incapacidade demonstrada pela própria “incontrolabilidade” do Capital de gerir satisfatoriamente o processo reprodutivo global.

*“ Aqui, nos deparamos com o surgimento de uma contradição fundamental: entre a perda efetiva de controle e a forma vigente do mesmo, pois o capital, por sua própria natureza, não pode ser nada a não ser controle, uma vez que é constituído pela objetivação alienada da função do controle como um corpo reificado separado e em oposição ao corpo social em si. Não é surpreendente, portanto, que, nos últimos anos, a idéia de controle por parte dos trabalhadores tenha ganho importância em muitas partes do mundo.”*²⁰⁹

Na dinâmica da relação Capital-Trabalho a questão do controle se revela então fundamental.²¹⁰ Outras passagens, no mesmo sentido, podem ser encontradas em, por exemplo, *O Poder da Ideologia*, no que merecem destaque o controle das condições de operação (p. 562-563); a reafirmação da precedência da questão do

²⁰⁹ MÉSZÁROS, I. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. p. 117-118. (grifamos).

²¹⁰ “ Em todos os desenvolvimentos deste tipo, não se avança um único passo rumo à realização da atividade coletiva consciente dos indivíduos, pois o controle dos processos sócio-econômicos fundamentais permanece radicalmente separado dos produtores e a eles oposto. A integração transindustrial e até transnacional do processo de produção não torna os produtores mais ‘associados’ do que eram nos empreendimentos industriais capitalista de escala mais limitada. O que decide a questão é a transferência — do capital para os produtores — do controle efetivo das várias unidades de produção, seja qual for sua dimensão.” *O Poder da Ideologia* p. 361, (grifamos).

controle na sua contraposição ao discurso da “complexidade moderna” (p. 585-587) e ainda uma interessante referência à Panzieri (p. 580). Tal questão se revela particularmente significativa quando percebemos que, inclusive em autores não-marxistas, como no caso de RIFKIN, este ponto em especial é destacado:

*“ As novas tecnologias da informação são desenvolvidas para remover qualquer controle residual que os trabalhadores ainda exerçam sobre o processo de produção, com a programação de instruções detalhadas diretamente para a máquina, que as cumpre passo a passo./.../ Agora, cada vez mais, os trabalhadores agem exclusivamente como observadores, impossibilitados de participar ou interferir no processo de produção. O que acontece na fábrica ou no escritório já foi pré-programado por outra pessoa, que provavelmente jamais participará pessoalmente do processo.”*²¹¹

A partir do controle, seja na caracterização do capital; seja na relação deste com o trabalho (onde o controle sobre os meios e processo de produção assume posição cristalizada); ou ainda na caracterização do sistema de capital; é que os demais desdobramentos observáveis na tríplice dimensão do sistema, propiciados pelo antagonismo estrutural entre capital e trabalho, podem ser teoricamente reunidos ou agrupados.

Sob o sistema de capital — daí a correta assertiva do filósofo húngaro de que não se pode pensar em adotar, ainda que parcialmente, os métodos e modelos de mercado para um avanço produtivo socialista —, o tratamento dispensado aos “recursos humanos” se revela, de fato, o mais inquietante dos desdobramentos ocasionados pela antagônica relação entre capital e trabalho:

“ A despeito dos custos humanos, o capital precisa tratar os recursos humanos assim como tudo o mais, como ‘ custos de produção’ a serem minimizados — e eliminados ao máximo do processo de trabalho,

²¹¹ . RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 201, (grifamos).

*como testemunha o crescimento perigoso do ‘desemprego estrutural’ — através da aplicação de sua brutal ‘eficiência racionalizadora’. A autoridade reificada do capital só pode ser exercida com essa finalidade.”*²¹²

Na vastidão de considerandos, senões e poréns que a multifacetária caracterização do capital pode nos fornecer, afinal de contas “essencialmente dinâmico”, o ângulo que se assegura mais agudo na relação Capital-Trabalho, no que evidenciam os seus efeitos, corresponde, sem sombras de dúvida, ao chamado “desemprego estrutural”.

Dentre as eventuais problemáticas obstaculizantes que se interpõem na apreciação deste ponto, a modificação no conceito de “emprego total”, configura-se na mais robusta. Na década de 50, nos Estados Unidos, um nível de desemprego de 3% era considerado emprego total. Na década de 60, 4% era a meta de emprego total:

*“Agora, em meados dos anos 90, um número crescente de economistas e líderes empresariais estão novamente revendo seus conceitos do que consideram ‘níveis aceitáveis’ de desemprego. Embora relutem em usar o termo ‘emprego total’, muitos analistas de Wall Street afirmam que os níveis de desemprego não devem, sob quaisquer circunstâncias, ficar abaixo de 6%, para que a economia não corra o risco de viver uma nova era de inflação.”*²¹³

Evidentemente, qualquer análise séria sobre um sistema que, com o passar dos anos, “amplia” percentualmente os seus conceitos sobre emprego total ou “nível aceitável de desemprego”, a ponto de se tornar “inaceitável” um nível de desemprego menor de 6% nos últimos tempos, não há de escapar ao menos arranhada em seus

²¹² . MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 573-574. (grifamos). “Ansiosas por reduzir os custos e melhorar suas margens de lucros, as empresas têm substituído o trabalho humano por máquinas a um ritmo acelerado. Exemplo típico é a Lincoln Electric, fabricante de motores industriais em Cleveland, que anunciou seus planos de aumentar em 30% seus investimentos de capital em 1993 sobre os investimentos de 1992. O assessor do presidente da Lincoln, Richard Sobow, reflete o pensamento de vários outros da comunidade empresarial ao dizer, ‘**Preferimos fazer um investimento de capital a contratar novos trabalhadores**’.” RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 6. (grifamos).

²¹³ . RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 11, (grifamos).

resultados, em que pesem as circunstâncias permissivas que tais dados nos possibilitem. Todavia, quase incontáveis 800 milhões de outras razões nos impelem à prosseguir neste debate.²¹⁴ Noutra passagem considera o mesmo autor que: “ *Embora seja verdade que muitos dos produtos e serviços da Era da Informação estejam tornando obsoletos produtos e serviços mais antigos, eles requerem muito menos trabalhadores para produzir e operar.* ”²¹⁵

Para MÉSZÁROS a “taxa de utilização decrescente” afeta negativamente todas as três dimensões fundamentais da esfera de produção e consumo capitalistas: 1) bens e serviços; 2) instalações e maquinaria; 3) a própria força de trabalho.²¹⁶ É importante notar que somente quando as potencialidades das duas primeiras dimensões não conseguem dar conta das contradições inerentes à “taxa de uso decrescente” é que se procede a expulsão em massa da “força de trabalho supérflua” ocasionando o denominado “desemprego estrutural”. Para MÉSZÁROS, nestas circunstâncias, o que a ciência econômica não acrescenta é,

“ ‘ *simplesmente*’ que desemprego em massa é estrutural somente para o capital, e não para o avanço do processo produtivo enquanto tal. A responsabilidade, desde que reconhecida, é obstinadamente lançada sobre os ombros do próprio ‘ progresso tecnológico’ ao qual, naturalmente, ninguém pode conscientemente se opor, exceto talvez em nome da utopia pessimista do pensamento liberal desencantado denominado ‘ economia estável’ .”²¹⁷

²¹⁴ “ O desemprego global atingiu agora seu nível mais alto desde a grande depressão da década de 1930. Mais de 800 milhões de seres humanos no mundo estão desempregados ou subempregados. Este número deverá crescer acentuadamente até o final do século, à medida que milhões de ingressantes na força de trabalho sem emprego encontrarão, e muitos desses, vítimas de uma revolução tecnológica que está substituindo rapidamente seres humanos por máquinas em virtualmente todo setor e indústria da economia global. Após anos de previsões otimistas e alarmantes falsos, as novas tecnologias de informática e de comunicações estão finalmente causando seu impacto, há tanto tempo prognosticado, no mercado de trabalho e na economia, lançando a comunidade mundial nas garras de uma terceira grande revolução industrial. Milhões de trabalhadores já foram definitivamente eliminados do processo econômico; funções e categorias de trabalho inteiras já foram reduzidas, reestruturadas ou desapareceram.” RIFKIN, J. *O fim dos empregos* p. XVII, (grifamos)

²¹⁵ RIFKIN, J. *Idem*, p. 35, (grifamos).

²¹⁶ MÉSZÁROS, I. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. p. 92-93, (grifamos).

²¹⁷ MÉSZÁROS, I. *Idem*, p. 95-96, (grifamos).

É por isso que dois outros aspectos relacionados ao tema em enfoque devem ser ainda registrados. O primeiro, corresponde à uma constatação da OIT, no período de 1974 a 1989, de que, nas nações da OCDE mais de um milhão de empregos foram perdidos na indústria siderúrgica “*‘Em até 90% dos casos’, diz a Organização Internacional do Trabalho, ‘ a explicação para a redução no emprego não são as mudanças no nível de produção, mas o aumento de produtividade.’*”²¹⁸ O segundo, concernente às resultantes da aplicação de tecnologia no Terceiro Mundo, corresponde à declaração de Martin Anderson, vice-presidente da *Gemini Consulting* de Nova Jérsei: “ *‘ Algumas das fábricas americanas, que mais se assemelham a fábricas japonesas, estão sendo montadas no Brasil’/.../. A idéia de que transferir instalações fabris para países pobres resulta em níveis mais altos de emprego e maior prosperidade, já não é mais necessariamente verdade.* ”²¹⁹

No acompanhamento da expulsão em massa do trabalho vivo contemplamos ainda, na face oposta, por parte daqueles que conseguem permanecer em seus postos de trabalho em que pese o desemprego estrutural, uma “intensificação” poucas vezes vista na “exploração do trabalho”. Apesar de atualmente, nos Estados Unidos, em função dos aumentos em produtividade (naquele país é possível se produzir o padrão de vida de 1948 em menos da metade do tempo), o que se observa é que os americanos trabalham mais horas hoje do que há 40 anos. “*Se as tendências atuais no trabalho continuarem, ao final do século, os trabalhadores americanos estarão passando mais tempo em seus empregos do que na década de 1920.*”²²⁰

²¹⁸ RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 145, (grifamos).

²¹⁹ Apud RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 227, (grifamos).

²²⁰ RIFKIN, J. *Idem*, p. 245, (grifamos). “ *A revolução da produtividade tem, portanto, afetado a quantidade de horas trabalhadas de duas maneiras. A introdução das tecnologias economizadoras de tempo e de trabalho têm permitido às empresas eliminarem trabalhadores em massa, criando um exército de reserva de trabalhadores desempregados com tempo ocioso, ao invés de tempo livre a sua disposição. Aqueles que ainda se seguram em seus empregos estão sendo forçados a trabalhar mais horas, em parte para compensar a redução de salários e de benefícios. Para economizar os custos de benefícios adicionais, inclusive assistência médica e aposentadoria, muitas empresas preferem empregar uma força de trabalho menor, trabalhando mais horas, do que uma força maior trabalhando menos horas. Mesmo com o pagamento de uma vez e meia por hora extra, as empresas ainda assim pagam menos do que pagariam se tivessem de pagar pacotes de benefícios para uma força de trabalho maior.*” *Ibidem*, (grifamos).

Ao que se pode ver, até mesmo em estudos não-marxistas como o de RIFKIN, surgem ao final reforçadas as céleres observações de MARX, MANDEL, entre outros, sobre a economia de trabalho vivo e sobre o tempo livre, aliás, como lembra MANDEL, em uma já citada passagem: “ *a apropriação do sobreproduto social por uma minoria significa a possibilidade de ampliar o tempo livre somente para esta minoria*”.

Para MÉSZÁROS a questão do “tempo livre” está estreitamente conexa com o “antagonismo estrutural” vigente, já que, em função deste, a resultante em todos os seus níveis, se demonstra “contraditória” para ambas as partes e no que respeita ao aspecto em destaque:

“Para o trabalho, a obtenção de concessões se dá ao preço de ser tangido para o quadro da constante redução do montante de trabalho necessário requerido para assegurar a continuidade do processo de reprodução capitalista, sem, todavia, conquistar de modo algum o poder de tornar aceitável a legitimidade (e a necessidade) de organizar a produção de acordo com o princípio de tempo disponível: única salvaguarda viável a longo prazo contra a sujeição à extrema penúria e indignidade do desemprego em massa.” ²²¹

Inegavelmente, inúmeras outras caracterizações, momentos ou relações podem ser elencadas na tipologia inerente ao antagonismo estrutural Capital-Trabalho. De tais ponderações também fez uso MÉSZÁROS nos seus apontamentos sobre a fragmentação e hierarquização interna do Trabalho globalmente enfocadas no que destaca: 1) “A divisão territorial do trabalho”, com regiões extremamente privilegiadas de um lado em contraposição à zonas de subdesenvolvimento gritante; 2) O impacto

²²¹ . MÉSZÁROS, I. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. p. 82-83, (grifamos). Não há como se negar que, singularmente, o Trabalho consiga algum tipo de concessão do Capital, entretanto, “ *A situação se modifica radicalmente, entretanto, no momento de uma crise estrutural, ou seja, quando o capital não está mais em posição de fazer concessões que possa simultaneamente transformar em vantagens suas. Em tais momentos o confronto social é concernente à questão do controle enquanto tal, e não meramente à parte relativa das classes contendoras no produto social total.”* *Idem*, p. 111-112, (grifamos).

da lei do “desenvolvimento desigual” e a respectiva “taxa diferencial” de exploração; e
3) A “centralização” e “concentração” crescentes do Capital.²²²

Ao fim de nossa rápida jornada pela estrutural e antagônica relação Capital-Trabalho, sabedores de toda a variada gama de fatores e circunstâncias que de uma maneira ou de outra matizam esta relação em especial, cientes de que não só a questão de controle se torna importante, mas sobretudo fundamental e primeira (seja no enfoque da relação mencionada, seja na caracterização de uma ou outra das categorias, ou ainda no exame das suas formas cristalizadas: o controle sobre os meios e processo de trabalho), é que pudemos observar, ao longo do nosso estudo, alguns dos caracteres que delineiam este conturbado processo.

Dentre eles, de início toma corpo o que denominamos “imperativos relacionais”, não meramente conceituais mas materialmente constituídos, que, na realidade, se configuram nos moldes da relação Capital-Trabalho, momento em que tivemos a oportunidade de fazer referência à “subordinação” do trabalho ao capital e ao “antagonismo estrutural” ou “inconciliável oposição” das duas categorias nessa relação.

Noutro momento, durante a apreciação do sistema de capital, na necessária remissão às suas determinações mais profundas, notamos que o mesmo se nos apresenta caracterizado por um expansionismo e cumulatividade que em nenhum outro sistema de controle social se observa. Por sua vez, o dinamismo e a mobilidade justificadamente atribuídas ao capital, se demonstram hodiernamente de maneira avassaladora, num total desconhecimento de fronteiras, mesmo as ideológicas, frente ao avanço inabalável do capital, abarcando, inclusive, as sociedades e economias do dito “socialismo real”. Permanece em suspenso a indagação do porquê se perpetue, sem contestação alguma, uma dinâmica enraizada no expansionismo e cumulatividade, que resulta em uma importante deficiência na contraposição aos modelos feudais, escravagistas e comunidades tribais primitivas.

²²² . MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 589.

No exame das tendências do capital, vimos que preponderam as tendências para o monopólio, centralização, e mais recentemente, para a internacionalização, em que pese a inevitabilidade das respectivas contratendências para a competição, fragmentação e os particularismos regionais específicos. Não é sem razões, portanto, que, entre os fatores que afetam a estratificação do trabalho, figurem a centralização e concentração crescentes do capital, nesse caso como na interpretação de MÉSZÁROS.

Outrossim, na busca da determinação mais íntima do sistema de capital, a observância dos seus “defeitos estruturais” não só permite uma apreciação mais rica e embasada do que venha a ser o sistema em si, como também, de maneira ainda mais importante, vêm a evidenciar que, em se tratando de um “defeito estrutural” do sistema de capital, falamos, sobretudo, de um defeito “insanável” sob o jugo do capital, como no caso da separação entre produção e controle. Oportuna, neste aspecto, a questão do “desemprego estrutural”, a qual, consoante com as afirmações anteriores, se refere, de maneira precípua, a um problema que às estruturas do capital afeta. Tendência à mais de século solidamente estabelecida em que a “taxa de utilização decrescente”, herança do Complexo Militar Industrial, se revela o mais moderno convite à expulsão de milhões dos seus postos de trabalho, na evidência de um antagonismo estruturalmente posto.

No entanto, num paradoxo ainda mais evidente, o Capital se sustenta, basilarmente, na exploração do trabalho vivo, no que se permite antever a sua contraditoriedade imanente, palco para o devaneio dos que sonham com a sua fábrica inteiramente automatizada, altamente lucrativa, isenta de gorduras, na esperança de que uma massa crescente de desempregados venha, na compra dos seus produtos, satisfazer suas necessidades, também crescentes, de consumo. Como bem lembra MÉSZÁROS, numa lição que antecipa a exposição do Estado no prosseguimento de nosso enfoque sobre a Tríplice Dimensão o fundamento primeiro do Capital e da atual situação não é o Estado, mas sim o Trabalho.²²³

²²³ . MÉSZÁROS, I. *A Ordem de reprodução social metabólica do capital*, p. 12.

3. 2 Estado moderno e Divisão do Trabalho²²⁴

Em conformidade com o que antecipamos nos comentários finais das páginas anteriores, em todo e qualquer espectro que o enfoque da tríplice dimensão nos permita, ou seja, desde que Estado, Capital e Trabalho, passaram a coexistir, em momento algum a dimensão do Trabalho deixou de ser primeira e anterior, não apenas cronologicamente, às demais e, pelo visto, não há motivos para se pensar o contrário.

Em *A ordem de reprodução social metabólica do capital*, István Mészáros, com perspicácia e de modo sucinto, fornece uma boa base para a apreciação do Estado nas suas relações com as outras dimensões: “ *Vamos simplesmente mencionar aqui, ‘en passant’, que o Estado moderno imensamente poderoso — e igualmente totalizador — surge na base desse metabolismo sócio-econômico ‘devorador’, de forma insubstituível complementando (e não simplesmente servindo) o sistema capitalista em alguns aspectos vitais.* ”²²⁵

Nesse mister resulta melhor embasada a referência anterior de que, o capital, enquanto modo de controle social metabólico, sempre tem primazia sobre o ‘*personnel*’. Com efeito, deve ser frisado que no processo de sujeição imposto pelo capital, este encontra no Estado moderno a paridade de forças para consolidar, manter e expandir o processo de sujeição do trabalho assim como do todo o mais. Para o filósofo húngaro o processo de sujeição imposto revela-se em dois aspectos principais: de um lado divide o todo social em duas classes “irreconciliavelmente” opostas e, de

²²⁴ . Utilizaremos a designação *Estado moderno*, adotada por Mészáros em *A ordem de reprodução*, por considerarmos mais apropriada na apreciação das relações entre as três dimensões (Estado, Capital e Trabalho) neste século conforme propomos no início de nosso estudo. Assim, as designações Estado e Estado moderno em função do lapso temporal a que nos referimos devem ser tomadas como sinônimas.

outro, institui o Estado moderno como uma “forma de controle político compreensiva”. Notadamente, esta Tríplice Relação necessita de um “denominador comum” para a sua efetiva consolidação, momento em que à divisão técnica ou funcional é “superimposta” uma divisão “hierárquica” que desempenha a função de “amálgama” da problemática sociedade sob o sistema de capital.

*“ Ela nasce da condição insuperável por meio da qual, sob o comando da sociedade de capital ela deve ser antagonisticamente estruturada de uma maneira específica, já que as funções produtivas e controladoras do processo do trabalho devem ser radicalmente divorciadas umas das outras e atribuídas a classes diferentes de indivíduos. De uma forma um tanto simples, o sistema de capital — cuja razão de ser é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores em qualquer forma que seja compatível com seus limites estruturais — não poderia, possivelmente, realizar suas funções sociais metabólicas de nenhuma outra maneira. ”*²²⁶

A complementaridade entre Estado moderno e Capital é melhor apreendida em *O Poder da Ideologia*, numa discussão em que o autor enfatiza a “vital função de controle de classe das estruturas produtivas”, tomam formas mais nítidas a adaptabilidade legislativa, notadamente a trabalhista, em função da dinâmica do processo de desenvolvimento do Capital.

“ Por isso, leis anti-sindicais repressivas do passado recente não são de modo algum acidentais. Significativamente, seu principal objetivo é declarar ilegais as greves de solidariedade, o que vem a ser de crucial

²²⁵ . MÉSZÁROS, I. *A ordem de reprodução social metabólica do capital*. p. 1-2, (grifamos).

²²⁶ . MÉSZÁROS, I. *A ordem de reprodução social metabólica do capital*. p. 2, (grifamos).
*“ Enquanto uma necessidade igualmente inevitável sob o sistema de capital, a divisão social hierárquica do trabalho deve ser não apenas superimposta, como uma relação de poder definida (determinada), aos aspectos técnico-funcionais do processo do trabalho. Ela deve ser, também deturpada (adulterada) enquanto justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar sustentador da ordem estabelecida das coisas. Para esse fim as duas categorias distintas de divisão do trabalho devem ser unidas, para que possam caracterizar a condição de hierarquia e dominação historicamente contingente e imposta à força enquanto mandado inalterável da própria natureza, por meio da qual a desigualdade estruturalmente imposta possa ser reconciliada com a mitologia da igualdade e liberdade — ‘liberdade de escolha econômica’ e ‘liberdade de escolha política’ na fala de *The Economist* — e também santificada como nada menos que o mandado da Razão como tal.”* Ibidem, (grifamos).

importância para o grande capital, tanto dentro dos limites de qualquer país em particular quanto com respeito às operações internacionais e à salvaguarda das rotas de suprimento das corporações transnacionais."²²⁷

Em uma bem fundamentada crítica da "longa tradição" que equipara o "controle dos processos sociais", ao "papel preponderante do estado"²²⁸, característico da nossa própria sociedade, MÉSZÁROS nos fornece um interessante e desmistificador relato no que concerne ao poder do Estado: "*O poder do estado só pode ser mantido enquanto — e apenas até o ponto em que — seu relacionamento simbiótico com as estruturas do poder material da 'sociedade civil' permanecer historicamente viável.*"²²⁹

Deste posicionamento inicial deriva a concepção de Estado do filósofo húngaro: "*O estado é essencialmente uma estrutura hierárquica de comando. Como tal, não deriva sua legitimidade problemática de sua pretensa 'constitucionalidade' (que é invariavelmente 'inconstitucional' em sua constituição original), mas de sua capacidade de fazer cumprir as exigências sobre ele depositadas.*"²³⁰

²²⁷ . MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 501, (grifamos). "*Quanto a isto, as vantagens da intervenção do estado no lado do capital são triplas.*

Primeiro, ele pode assegurar os fundos necessários para se manter, durante um período muito longo, uma disputa trabalhista que seria proibitiva às corporações privadas.

Segundo, pode mobilizar o aparato político-repressivo do estado, incluindo o judiciário 'objetivo', para fixar vantagens a seu próprio favor e contra a classe trabalhadora.

Terceiro, pode interferir em um nível de conflito, além do alcance de qualquer empresa privada particular, e até além das forças capitalistas combinadas de todo um setor da indústria.

Assim, o estado pode intensificar a disputa escolhida até o ponto em que ela envolva e implique o todo da ala radical do movimento socialista, com o propósito de minar a combatividade da classe trabalhadora em sua totalidade." *Idem*, p. 501-502, (grifei). Na página 558 da mesma obra, encontramos ainda outra declaração de idêntico sentido.

²²⁸ . "*'Controle' se torna assim sinônimo do poder 'legitimamente assumido pelo estado, qualquer desafio a ele sendo sumariamente rejeitado como 'inconstitucional', 'irracional' e 'anarquista'. Como resultado, a margem de ação legítima concedida aos indivíduos é definida de tal maneira que eles são forçados a se acomodar (não meramente de facto — o que poderia ser desafiado em princípio — mas com base em supostas considerações de jure) dentro dos limites estabelecidos das estruturas reprodutivas dominantes.*" MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 549.

²²⁹ . *Ibidem*, (grifamos).

²³⁰ . MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 550, (grifamos).

No que se refere ao último ponto em questão do parágrafo anterior, ou seja, às exigências sobre o Estado depositadas, o mesmo autor reflete que a adequação deste para o cumprimento de tais exigências só pode ser compreendida através da “correspondência dialética” da articulação institucional do aparato estatal com a “estrutura hierárquica de comando material” da própria ordem de reprodução material. Neste aspecto, afirma o autor que há uma “homologia”, objetiva, entre as estruturas de comando, ou de tomadas de decisão, de ambas. Isto não significa nem a “identidade” entre as duas nem, tampouco, a “determinação” do poder do Estado pelos processos reprodutivos da base material, mas implica, isto sim, numa “interdependência” entre as duas estruturas de comando.²³¹

Para o filósofo húngaro dentre os aspectos mais importantes ou principais da fragmentação e divisão hierárquica do trabalho²³², em reforço aos comentários anteriores, requerem uma “inevitável” atuação do Estado que, na “proteção” que nos proporciona, salvaguarda “juridicamente” a estrutura de produção objetivamente estabelecida: “*Naturalmente, o estado burguês só pode realizar sua função ‘protetora’ em prol dos grupos de trabalho fragmentados e divididos até o ponto em que o exercício dessa função corresponda objetivamente aos interesses da classe dominante como um todo.*”²³³

²³¹ . MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia* p. 551-552.

²³² . “*Por isso, a fragmentação e a divisão hierárquica do trabalho aparecem sob os seguintes aspectos principais, correspondentes a divisões objetivas de interesse significativamente diferentes:*

1. *Dentro de um grupo particular ou de um setor de trabalho.*
2. *Entre diferentes grupos de trabalhadores pertencentes à mesma comunidade nacional.*
3. *Entre corpos de trabalho de nações diferentes, opostos um ao outro no contexto da competição capitalista internacional, desde a escala mínima até a mais abrangente, inclusive a potencial colisão de interesses sob forma de guerras.*
4. *A força de trabalho dos países capitalistas avançados — os beneficiários relativos da divisão capitalista global do trabalho — em oposição à força de trabalho relativamente bem mais explorada do ‘terceiro mundo’.*
5. *O trabalho no emprego, separado e oposto aos interesses objetivamente diferentes — e em geral político-organizacionalmente não-articulados — dos ‘não-assalariados’ e dos desempregados, inclusive as vítimas sempre muito numerosas da ‘segunda revolução industrial’.*” MÉSZÁROS, I. *Idem*, p. 375.

²³³ . MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. p. 376, (grifamos).

Na nossa sucinta caracterização geral do Estado moderno na ótica de István Mészáros, percebemos, primeiramente que, este se revela, “essencialmente” uma “estrutura hierárquica de comando”, imensamente poderosa e, “igualmente totalizadora” na sua associação com o Capital, aliás, considerado pelo filósofo húngaro, como um dos aspectos principais, assim como a divisão hierárquica do trabalho, no processo de sujeição do Trabalho à esta mediação de segunda ordem. Na complementaridade objetiva de sua relação com o Capital, por sua vez, resta consolidado e salvaguardado o defeito estrutural da separação entre produção e controle anteriormente elencado, assim como, do mesmo modo, a homologia das estruturas de poder e comando do aparato estatal e da reprodução material importa em uma “interdependência” entre o funcionamento daquele e as “exigências” que lhe são depositadas pela “consciente” divisão do trabalho arbitrada por ambos.

O que em momento algum implica no desconhecimento ou menosprezo da “autonomia relativa” desta dimensão, nem, por outro lado, na ignorância de sua “inevitável atuação” na fragmentação e divisão hierárquica do trabalho, em correspondência com os interesses da classe dominante.

Pontos estes que se constituem nas premissas iniciais para uma sintética apreciação dos aspectos mais relevantes dos modos de atuação do Estado, assim como da divisão do trabalho, em consonância com as exigências de reprodução material observáveis no decorrer deste século. Antes cumpre, porém, a observância de uma importante lição de Marx, bem apreendida por Mészáros em *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*, a respeito da divisão do trabalho que também ao Estado se aplica: “*A amplitude do mercado e sua fisionomia dão à divisão do trabalho, em períodos diferentes, um perfil, um caráter*”, escreve Marx, enfatizando ‘*a necessidade do estudo das numerosas influências que dão à divisão do trabalho um caráter definido em cada época*’.”²³⁴

²³⁴ . MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. p.108-109. Apud, MÉSZÁROS, I. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. p. 82-83, (grifamos).

Efetivamente, neste século, um dos momentos em que foi mais fortemente evidenciado o alto nível de intervenção do Estado corresponde, sem sombras de dúvida ao *New Deal*. Consoante com as premissas anteriores sobre a complementaridade entre Capital e Estado, é a observação de HARVEY no seu enfoque do “fordismo” e “*New Deal*”, momento em que nos lembra que, no início da Grande Depressão, crente no “poder corporativo” de regulamentação da economia, Henry Ford aumentou os salários de sua empresa na esperança do “aumento da demanda efetiva”, “recuperação do mercado” e restauração da confiança da “comunidade de negócios”. “*Mas as leis coercitivas da competição se mostraram demasiado fortes mesmo para o poderoso Ford, forçando-o a demitir trabalhadores e cortar salários. Foi necessário o New Deal de Roosevelt para salvar o capitalismo — fazendo, através da intervenção do Estado, o que Ford tentara fazer sozinho.*”²³⁵

Em que pese o grande número de empregos, bem como os auxílios sociais que beneficiaram desempregados e idosos, como já tínhamos referido, para RIFKIN, o *New Deal* não passou de um sucesso parcial, sendo que a salvação da economia americana somente se deu com o advento da II Guerra. Outras influências, porém,

²³⁵ HARVEY, D. *A condição Pós-Moderna*. p. 122, (grifamos). “*Poucos meses após ser eleito, o Presidente Franklin Delano Roosevelt decretou o primeiro de uma série de programas legislativos projetados para recolocar os Estados Unidos no trabalho. A Lei de Recuperação da Indústria Nacional (NIRA), de 1933, fazia o país assumir o compromisso de empregar milhões de trabalhadores num programa de expansão de obras públicas. Apresentando o novo programa ao povo americano, Roosevelt deixou claro que ‘nosso principal objetivo é criar empregos tão rapidamente quanto pudermos’. A administração do New Deal definiu seu papel como um empregador de último recurso, um tipo de último mecanismo para reativar uma economia enfraquecida. Roosevelt enfatizou o novo papel do governo, dizendo que ‘a metade todo esse esforço é restaurar nosso rico mercado interno através do aumento de sua imensa capacidade de consumo... A demanda reprimida das pessoas é muito grande e se pudermos libertá-la numa frente ampla, não precisaremos temer uma recuperação defasada’.*”

Ao NIRA seguiu-se o Programa de Obras Civis (Civil Works Administration) em 1933 e 1934, que conseguiu empregar mais de quatro milhões de desempregados. Em 1935 Roosevelt lançou um esforço ainda mais ambicioso de criação de empregos — o Programa para o Progresso do Trabalho (WPA — Works Progress Administration). O objetivo do WPA era estimular de imediato o poder aquisitivo do consumidor, iniciando o que a administração Roosevelt chamou de ‘projetos leves’, programas de uso intensivo do trabalho, com baixo custo de implementação e que podiam ser concluídas mais rapidamente. A idéia era utilizar mais mão-de-obra do que materiais e máquinas e fazer com que o maior número possível de trabalhadores, e o mais rapidamente possível, recebesse seus contracheques. Dando maior ênfase ao trabalho não qualificado e semiquilificado e deliberadamente desprezando grandes investimentos de capital, a Casa Branca esperava colocar dinheiro diretamente nas mãos de um grupo que certamente o gastaria imediatamente, o que estimularia os negócios varejistas.” RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. p. 31-32.

despertam demasiado interesse no estudo das circunstâncias anteriores à implementação do *New Deal*. Nesse sentido, é extremamente oportuna a referência à Lei Black/Connery, proposta no auge da Grande Depressão:

*“ Em 31 de dezembro de 1932, o Senador Hugo L. Black, do Alabama, apresentou um projeto de lei no Senado americano requerendo a semana de trabalho de 30 horas como ‘ o único método prático e viável para administrar o emprego’. Black dirigiu-se à nação pelo rádio, conclamando os americanos a apoiarem o ‘Projeto de Lei da Semana de 30 Horas’. Ele previu que sua aprovação levaria à imediata readmissão de mais 6,5 milhões de americanos desempregados e beneficiaria a indústria com o aumento do poder aquisitivo de milhões de novos assalariados.”*²³⁶

Surpreendentemente, após a “aprovação” no Senado americano, o projeto foi imediatamente remetido à Câmara dos Deputados com expectativas de rápida ratificação. Entretanto o presidente Roosevelt, em consonância com o posicionamento dos líderes empresariais do país (os quais defendiam “estratégias voluntárias” de redução da carga horária), tratou de dar cabo da iniciativa legislativa, consubstanciada no referido dispositivo pondo fim às esperanças dos trabalhadores americanos de verem sua jornada de trabalho reduzida juntamente com a respectiva e “inegável” geração de novos empregos, ao instituir o *New Deal*.

“ Mais tarde, Roosevelt ‘externou seu arrependimento por não ter apoiado a aprovação do Projeto de Lei de Black-Connery pela Semana de 30 Horas no Congresso’. Em 1937, ele discursou durante uma sessão especial no Congresso, convocada para tratar do agravamento do quadro do desemprego naquele ano. Fez então uma pergunta aos seus colegas que é apropriada e significativa hoje quanto o foi na época em que se pronunciou diante do Congresso, há mais de meio século. ‘ O que o país realmente ganha se encorajarmos o empresariado a ampliar a capacidade de produção da indústria americana, se não fizermos nada para que os rendimentos da nossa população trabalhadora efetivamente

²³⁶ RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 29, (grifamos).

*aumentem para criar mercados e absorver a produção aumentada?''*²³⁷

Entretanto, apesar do sucesso parcial do *New Deal*, entre os fatores ou barreiras que impediram a disseminação do fordismo no período entre-guerras, restaram elencados os modos e mecanismos de intervenção estatal, cuja resolução só veio a se dar, nos países avançados, com a “maturidade” deste regime de acumulação expandido que, na sua aliança com o “keynesianismo”, conseguiu se constituir num paradigma significativo para muitos dos demais Estados dependentes.²³⁸

As exigências depositadas sobre o Estado²³⁹, por sua vez, observavam no plano internacional, uma variação nos modos e mecanismos de atuação estatal inclusive nos países capitalistamente avançados em consonância com o desenvolvimento “desigual” deste regime de acumulação em particular. Entretanto, em que pesem as diferenças ou particularismos políticos e econômicos inerentes à cada situação, não há como negar que efetivamente ocorreu, até meados da década de 1970, um crescimento econômico estável e um aumento nos padrões materiais de vida, configurando o que veio a ser denominado *Welfare State*.²⁴⁰

²³⁷ RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. p. 29-31, (grifamos).

²³⁸ HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. p. 125.

²³⁹ “O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público — em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. — vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção.” HARVEY, D. *Idem*, p. 129.

²⁴⁰ HARVEY, D. *A condição Pós-Moderna* p. 130. “Tudo isso se abrigava sob o guarda-chuva hegemônico do poder econômico e financeiro dos Estados Unidos, baseado no domínio militar. O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-

No entanto, e nisso HARVEY é suficientemente explícito a partir da página 132 de seu estudo, “nem todos” foram atingidos pelos benefícios do “fordismo” que, mesmo no seu apogeu, encontrava “abundantes sinais de insatisfação” em relação ao sistema, sendo que, nos seus primeiros comentários ao ponto em questão, destaca o fato de que as bases de negociação salarial fordista se encontravam restritas a certos setores da economia e, o que no nosso enfoque é mais importante, confinada à certas nações-Estado. Importa ainda lembrar que:

“ A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso. Os fracassos qualitativos nesse campo eram motivo de inúmeras críticas, mas, no final, é provável que os dilemas mais sérios fossem provocados pelo fracasso quantitativo. A condição do fornecimento de bens coletivos dependia de contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo. Só assim o Estado keynesiano do bem-estar social poderia ser fiscalmente viável.”²⁴¹

Noutra parte, quando HARVEY aborda a passagem do “fordismo” à “acumulação flexível”, momento em que sua análise mais se aproxima da de CHESNAIS em *A Mundialização do Capital*²⁴², refere apropriadamente que: *“É verdade que o equilíbrio entre poder financeiro e poder do Estado sob o capitalismo sempre fora delicado, mas o colapso do fordismo-keynesianismo sem dúvida*

econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por um meio bem distinto de alianças militares e relações de poder.” Idem, p. 131-132.

²⁴¹ HARVEY, D. Idem, p. 133, (grifamos).

²⁴² “ Os crescentes poderes de coordenação presentes no sistema financeiro mundial surgiram em alguma medida graças ao poder da nação-Estado de controlar o fluxo de capital e, portanto, a sua própria política fiscal e monetária. A ruptura, em 1971, do acordo de Bretton Woods — de fixação do preço do ouro e da convertibilidade do dólar — foi um reconhecimento de que os Estados Unidos já não tinham condições de controlar sozinhos a política fiscal e monetária do mundo. A adoção de um sistema de câmbio flexível em 1973 (em reação às maciças variações especulativas das moedas com relação ao dólar) assinalou a completa abolição de Bretton Woods. Desde aquela época, todas as nações-Estado dependem do disciplinamento financeiro, realizado graças aos efeitos do fluxo de capital (como o testemunha a reviravolta da política do governo socialista francês diante da forte

significou fazer o prato da balança pender para o fortalecimento do capital financeiro.”²⁴³

KAPSTEIN, por sua vez, destaca apropriadamente que as modificações observadas neste final de século, como o fim da ordem estabelecida em *Bretton Woods*, a “crise do petróleo”, desregulamentação financeira etc., levando à uma ampla “reestruturação empresarial”, crescente oferta de mão-de-obra “não-qualificada” (elevação de desemprego), que aumentaram, e em muito, a “pressão sobre os recursos governamentais” foram os indicativos mais fortes do “*começo da crise do Estado do bem-estar social.*”²⁴⁴

Em resumo, e ao final, como bem se expressa CHESNAIS na gênese de seu capítulo conclusivo de *A Mundialização do Capital*, quando enfocamos as principais transformações dos modos e mecanismos de atuação do Estado, principalmente, no período pós 1970: “*O que afinal constatamos é uma situação em que, nas palavras de R. Petrella (1994), ‘ a mundialização da economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada, está ‘ liberando’ o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido, à escala nacional, construir o ‘ contrato social’ — o Estado previdenciário ou Welfare State’.*”²⁴⁵

fuga de capitais depois de 1981) ou de medidas institucionais diretas.” HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. p. 155-156.

²⁴³ HARVEY, D. *Ibidem*, (grifamos).

²⁴⁴ KAPSTEIN, E. B. *Os trabalhadores e a economia mundial*. p. 5, (grifamos). “ *Essas mudanças foram acompanhadas e, em parte, promovidas pela ascensão de um agressivo neoconservadorismo na América do Norte e em boa parte da Europa Ocidental. As vitórias eleitorais de Thatcher (1979) e Reagan (1980) costumam ser vistas como uma clara ruptura da política do período de pós-guerra. Eu as compreendo mais como consolidação do que já vinha acontecendo em boa parte dos anos 70. A crise de 1973-1975 derivou em parte de um confronto com a rigidez acumulada de práticas e políticas de governo implantadas no período fordista-keynesiano. As políticas keynesianas tinham se mostrado inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. Como sempre fora parte do consenso político fordista que as redistribuições deviam se fundar no crescimento, a redução do crescimento significava inevitavelmente problemas para o Estado do bem-estar social./.../ A gradual retirada de apoio ao Estado do bem-estar social (ver figura 2.9) e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, que começaram como necessidade econômica na crise de 1973-1975, foram simplesmente transformados pelos neoconservadores numa virtude governamental. Disseminou-se a imagem de governos fortes administrando fortes doses de remédios não-palatáveis para restaurar a saúde de economias moribundas.*” HARVEY, D. *A condição Pós-Moderna*. p. 157-158, (grifamos).

Erraremos longe o alvo, porém, se a partir de tais considerações, mesmo que rápidas e extremamente sucintas, do processo de liberalização, internacionalização, mundialização, globalização do capital e do concomitante nível de atuação do Estado, na sua homóloga estrutura hierárquica de comando e decisão, restem diminuídos ou simplesmente apagados, os conceitos de Estado, ou Estado-nação. Com efeito, a maior mobilidade do movimento do Capital não apagam a existência dos Estados nacionais.²⁴⁶

Constituiria um atropelo demasiado, em que pese uma “liberalização do capital mundializada” como a que testemunhamos, num processo em que a hierarquia de relações marginaliza não só países como regiões inteiras do globo, conjecturar a hipótese de um desaparecimento do Estado-nação. O que se observa, isto sim, é que na totalidade das relações entre Estados, no que respeita à mundialização do capital, a complementaridade e interdependência entre as estruturas de comando e decisão daquele e da base econômica que o sustenta, cada vez mais reflete a hierarquia que a questão “Capital” insiste em fazer a diferença. *“Afim de contas, o destino da economia global depende, em última análise das políticas internas dos países que a constituem.”*²⁴⁷

Notadamente, o que se faz sentir de maneira mais aguda na determinação dos níveis de atuação do Estado, de uma maneira geral e ampla, é uma diferença, e diga-se de passagem, “nada sutil”, que reside simplesmente na escolha do conteúdo a ser abrangido pela tutela do aparato estatal. Que o Estado se encontra atualmente numa posição muito mais “problemática” ao ter que lidar com tópicos como, por exemplo, o temor de uma “fuga de capitais” é algo que ninguém pode negar, mas a partir de uma tal situação admitir o tão propagandeado fim da intervenção estatal é ir demasiado

²⁴⁵ . CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. p. 297, (grifamos).

²⁴⁶ . CHESNAIS, F. *Idem*. p. 18. “ Não se deve confundir o início do desmantelamento do Estado previdenciário, ou seja, das conquistas democráticas de tipo social em matéria de legislação trabalhista, saúde, assistência social e ensino público, com o desaparecimento, nos países da OCDE, de intervenção estatal no campo das relações econômicas internacionais e na sustentação à competitividade das companhias, mediante instrumentos de política industrial e sobretudo tecnológica.” *Idem*, p. 234, (grifamos).

²⁴⁷ . KAPSTEIN, E. B. *Os trabalhadores e a economia mundial*. p. 3, (grifamos).

longe. Nesse aspecto HARVEY é categórico: *“Isso não significa, porém, que o intervencionismo estatal tenha diminuído de modo geral, visto que, em alguns aspectos — em particular no tocante ao controle do trabalho —, a intervenção do Estado alcança um grau bem mais fundamental.”*²⁴⁸

No que concerne a questão da divisão do trabalho anteriormente introduzida, contrastam, como bem o destaca MÉSZÁROS em *O Poder da Ideologia*, as abordagens marxiana e liberal, principalmente no que respeita à adoção do “indivíduo isolado” como mote teórico essencial e ineliminável da última. Nesse aspecto, em que pese o antagonismo estrutural prevalecente, restam assumidos como comuns a todos, os paradigmáticos tipos ideais como, por exemplo, o do “indivíduo empreendedor”, na verdade o único e derradeiro apelo à pacífica anuência da desconfortante posição estruturalmente assumida pelos 800 bilhões de desempregados e subempregados de hoje. *“Por isso, o impacto repressivo da divisão do trabalho sobre os indivíduos não apenas não é questionado nessas teorias, mas, pior que isso, é perversamente metamorfoseado em uma virtude fundamental.”*²⁴⁹

Dois aspectos diferenciados são ainda bem elencados pelo mesmo autor, no que respeita à questão da “divisão do trabalho”. No primeiro, em uma bem embasada referência à Marx²⁵⁰, aborda a problemática da divisão do trabalho na relação do todo com as partes que lhe são constituintes de modo a demonstrar, convincentemente, a impossibilidade o domínio do capital “como um todo” sem que se almeje a “democratização interna” da singularidade do local de trabalho.²⁵¹

²⁴⁸ HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. p. 160-161, (grifamos).

²⁴⁹ MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 547, (grifamos).

²⁵⁰ “ ‘O sistema apriorístico a partir do qual a divisão do trabalho regularmente se realiza no local de trabalho se torna, na divisão do trabalho no interior da sociedade, uma necessidade a posteriori, imposta pela natureza /.../. A divisão do trabalho no local de trabalho no local de trabalho implica a autoridade incondicional do capitalista sobre os homens, que são apenas partes de um mecanismo pertencente a ele./.../ Em uma sociedade com produção capitalista, a anarquia na divisão social do trabalho [na sociedade como um todo] e o despotismo naquela do local de trabalho são condições que possibilitam uma à outra/.../.’ ” MARX, Karl. *O Capital*, vol. 1, p. 356, Apud MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia* p. 576.

²⁵¹ MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. p. 577-578, (grifamos).

No segundo, e no nosso enfoque se demonstra particularmente importante já que, para MÉSZÁROS, se constitui num dos indicadores de que as tradicionais “formas de implantação hierárquica e estrutural de divisão do trabalho” mostram uma “tendência à desintegração” frente ao impacto da “concentração sempre crescente do capital”, é a constatação de que:

*“(4) o trabalhador, enquanto consumidor, ocupa uma posição de importância cada vez maior na manutenção da corrente impassível de produção capitalista. Entretanto, ele está, mais do que nunca, completamente excluído do controle tanto da produção quanto da distribuição — como se nada houvesse acontecido na esfera da economia, durante o último ou os dois últimos séculos. Essa contradição introduz complicações posteriores no sistema produtivo, baseado em uma divisão de trabalho socialmente estratificada;”*²⁵²

A partir destas sumárias observações acerca da divisão do trabalho, mencionaremos enfim, um dos principais posicionamentos acerca do tema que, na especificidade da “automação flexível”, revela ser um argumento amplamente correto. Para CHESNAIS, quando focaliza a sua atenção nas “empresas-rede” e na sua “quase integração” proporcionada entre outras tecnologias pela telemática, tem razão D. Leborgne ao demonstrar que a “automação flexível”, baseada na microeletrônica, leva a uma “proliferação de especializações”, ou seja, “**a um aprofundamento da divisão do trabalho**”. *“Então, a gestão computadorizada dos fluxos externos, isto é, entre as companhias, bem como a maior precisão de fabricação, permitem às companhias principais coordenar seus terceirizados: uma rede de empresas especializadas.”*²⁵³

Após as observações anteriores em que enfocamos, em um primeiro momento, a relação entre as dimensões Capital-Trabalho e, em um segundo, a dimensão Estado, em concomitância com a divisão do trabalho, é que podemos elencar, em reforço à importância do exame da tripla dimensão do sistema de capital,

²⁵² MÉSZÁROS, I. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. p. 116, (grifamos).

²⁵³ CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. p. 107-108.

uma das tantas particularidades que o tríplice exame pode propiciar. Neste mister, contemporaneamente, o exemplo da China se revela assaz esclarecedor, como demonstra o estudo de Chan e Senser. (ver anexo).

No período anterior às reformas de Deng Xiaoping, o salário dos gerentes era três ou quatro vezes maior que o salário dos trabalhadores comuns, hoje, pulou para até 300 vezes mais. Merece maior atenção a parte do estudo que aprecia os trabalhadores de chão de fábrica. As condições gerais de trabalho a que são submetidos os trabalhadores chineses, por si só prenunciam a densidade e estreiteza dos laços que unem as dimensões do Capital e Estado. Dado o relato anterior não espanta a interrogação dos autores a respeito da atitude permissiva do Estado:

Evidentemente, muitos outros aspectos como, por exemplo, a unicidade sindical, a falta de um judiciário independente, o desconhecimento dos direitos por parte dos trabalhadores, além da venalidade sem precedentes dos funcionários locais incumbidos dos julgamentos e aplicação das leis, interferem no fato de que, apesar da previsibilidade legal, a situação geral dos trabalhadores permanece no mais das vezes insatisfeita.

Cabe aqui, com base no exemplo elencado, a reafirmação de que, em última análise, apesar das bárbaras particularidades chinesas, o exame da Tripla Dimensão do sistema de capital se torna irremediavelmente necessário. Resta ainda ao final a consideração de que, no caso sob exame, a complementaridade das dimensões Estado e Capital se revela tanto mais densa quanto mais explorada a classe trabalhadora. É certo que, no atual desenvolvimento econômico, uma súbita fuga de capitais provoca a miséria de milhões, mas, dadas as condições e peculiaridades da China, onde não raras vezes Estado e Capital se confundem, a sua permanência pode ser igualmente nefasta.

A oportunidade do exemplo mencionado está na sua capacidade de demonstrar que, a despeito da proteção legal vigente — incipiente diga-se de passagem, e isto sem dúvida alguma se constitui em fator decisivo no quadro geral mencionado —, no que tange à regulamentação do trabalho, o conteúdo preponderante

do agir do Estado, a despeito das manifestações ideológicas, consiste, principalmente, num controle tão absurdamente totalizador das “vidas” do trabalho que só vai encontrar equivalente no modo de controle social metabólico “fundamentalmente incontrolável” do próprio Capital.

E assim o ciclo se completa, assim como as vidas têm prosseguimento. E mesmo na China o impulso generalizante, “imaneente ao Trabalho”, irrompe na forma de revoltas de trabalhadores contra a complementaridade, no caso “promíscua”, de Capital e Estado. Algo que os olhos ocidentais insistem em não enxergar mesmo no atropelo com que se lançam aos insurgentes 1,99 ; 1,98 ; 1,97..., pródigos de maravilhas “*made in China*” prontas para satisfazer seus sonhos de consumo, cujos preços diminuem, na nefasta proporção em que aumenta a exploração do trabalho no outro lado do mundo.

Não por termos tratado no caso de uma exploração estrangeira, é que podemos nos olvidar da nossa própria desgraça. No ocidente, onde leis de proteção ao trabalho nos acompanham desde o início do século e temos inclusive um judiciário especializado no tratamento do tema, absurdas formas de exploração também germinam no solo de uma estratégia de controle do trabalho mais sofisticada. Afinal de contas também temos o nosso “sisal” e nossas crianças não desconhecem o gosto amargo desta forma de relação de trabalho.

CONCLUSÃO

A partir das análises anteriores é que, sucintamente, elencaremos nossas notas preliminares à formulação de uma crítica do Direito do Trabalho contemporâneo, às quais, a despeito do caráter afirmativo, podem estar sujeitas à reelaborações e revisões.

A respeito da perda de centralidade da categoria Trabalho.

Na leitura de *O Fim dos Empregos* de RIFKIN, a despeito de algumas considerações extremamente corretas e bem embasadas, podemos, com efeito, perceber o nível geral das manifestações postuladoras de uma “pretensa” perda de centralidade da categoria Trabalho. No crepúsculo de sua *Introdução*, o autor manifesta uma plena convicção de que o Trabalho ficou relegado à uma posição “tangencial e irrelevante” em função das “novas tecnologias”.

Ao passo que, no término de sua explanação, deposita todas as suas esperanças no “trabalho voluntário”. Mas afinal de que trabalho se trata? Tivesse o posto alguma ênfase ou destaque na palavra “mercadoria” e, “talvez”, até com ele concordássemos. Todavia, a falta de especificidade na determinação da categoria “trabalho”, dando-lhe um sentido e abrangência uniformemente amplos, só poderia resultar na “contradição teórica” acima explicitada. Afinal como aceitar um trabalho que se nos apresenta, de início cada vez mais, “tangencial e irrelevante”, e que, ao final, encarna a única alternativa viável frente às incapacidades do setor público e privado? O que não foi dito é que o trabalho só é “tangencial e irrelevante” para as mediações de “segunda ordem” do capital que cruelmente o subvertem, e não para o processo reprodutivo como um todo.

Na determinação da “especificidade” do Trabalho a que nos referimos se faz necessária a menção da distinção marxiana entre trabalho “abstrato” (criador do valor de troca das mercadorias) e “concreto”(trabalho que satisfaz necessidades criador de coisas socialmente úteis).

Trata-se, na verdade, de uma crise do “trabalho abstrato”, assim como não há “perda de centralidade” no seio da “sociedade produtora de mercadorias”: de modo que, se levarmos ainda em conta os índices de concentração de renda, perceberemos que somente uma incontida explosão populacional dos 10% mais abastados em oposição a um suicídio coletivo dos demais implicaria no assim chamado, “declínio do proletariado”, a permanecer o atual estágio das coisas. Não tendo desaparecido, portanto, a “classe que vive do trabalho”.

Analogamente, não há que se falar em perda da centralidade da dimensão concreta do Trabalho, ou seja, do trabalho produtor de valores “socialmente úteis”, a despeito do sistema produtivo vigente. Em que pesem as necessidades que o próprio capitalismo impõe, ninguém duvida que enquanto persistir o flagelo da Aids, por exemplo, há de restar encerrado o trabalho dos cientistas na busca de solução de “necessidade” tão presente, apesar dos milhões de dólares em lucros dos laboratórios, e apesar de que, através dos séculos, herdemos a fome de outros tantos milhões.

De forma que, uma vez ignoradas tais implicações, fica extremamente facilitada a postulação de uma “tangenciabilidade e irrelevância” iniciais para, ao final, resignar-se com o trabalho voluntário, ainda que remunerado, de um “terceiro setor”, o que, em última análise, “terceiriza” para Sociedade, a honorífica incumbência de varrer para baixo do tapete a sujeira acumulada do primário, secundário e terciário capitalistas.

Sobre o desemprego estrutural.

Realmente não há que se falar em uma sociedade humana sem trabalho, caso contrário trataríamos de meros animais no seu inexorável e instintivo intercâmbio com

a natureza. O que não quer em absoluto levar ao estabelecimento de um “trabalho natural”. Como visto, este desencadeia e é afetado por vários complexos sociais diversos no seu desenvolvimento.

Não podemos, todavia, cegarmo-nos ante o fulgor da tendência de “economia de trabalho vivo” que há mais de século persegue a humanidade, particularmente potencializada a partir do advento do CMI e sua pungente da “taxa de utilização decrescente”, numa exponencial ascendência em que setor algum é poupado. Para Mandel em *Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano*, a introdução, “em escala internacional” da jornada semanal de trinta e cinco horas, já tendo em vista, a de trinta e duas, “sem redução de salários” é a única resposta séria para a atual crise de empregos.

Definitivamente extrapola os limites do constrangimento o fato de que, após todo o “boom” tecnológico que transformou e retransformou o mundo, mesmo às custas de duas conflagrações mundiais, chegemos a uma tendência que, confirmando os prognósticos, em plena agonia do século XX, evidenciará uma exploração do trabalho só comparável à da década de 1920.

De uma certa maneira, o tratamento desta questão adquiriu contornos tais que, a simples menção de uma redução de jornada semanal de trabalho “sem redução de salários”, toma ares de *tabu* frente à ordem vigente. No entanto, mesmo os que de modo tão enfático lhe recusam plausibilidade, não de reconhecer que não se trata de algo novo, não fosse o veto de Roosevelt e, na década de “1930”, nos Estados Unidos da América, teria sido implantada a jornada semanal de “30 horas”. A proposta de Mandel “inicia” com uma jornada semanal de 35 horas, restando a de 30 horas como perspectiva de “médio prazo”, portanto, não fosse o seu caráter internacional, a proposta do pensador marxista restaria ainda mais amena que a proposta do Senador do Alabama.

Todavia a “racionalidade parcial” do capital é oposta à questão maior da nova jornada de trabalho. De fato, mais de dez anos após a publicação do ensaio base de nossa análise, contemplamos estupefactos, na China, a ameaça do Capital de fuga para pastagens mais verdes caso o governo provincial insista na redução da, “perfeitamente aceitável”, jornada de trabalho de 12 horas diárias no setor de brinquedos. Em meio a dados demonstradores de uma exploração social poucas vezes vista, e recordando o passado com o “arrependimento tardio” de Roosevelt, é que aguardamos com interesse o desenlace da questão da jornada semanal de trabalho, nas futuras tratativas dos dirigentes mundiais.

Não se trata de numa “manipulação superestrutural” tentar resolver problemas da “base material”, todavia, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários insiste em demonstrar ser a mais razoável solução para o desemprego globalmente focado e, nesse sentido é que devem ser interpretados os bons ventos que sopram da França. Outras providências também tem seu lugar no combate à expulsão em massa do trabalho vivo que se vivencia. Algumas delas como, por exemplo, o aumento de gastos em ensino e treinamento, aumento do número de empregos através de programas de obras públicas (a exemplo do *New Deal*), políticas de transferência de renda também trarão inegável colaboração no desenlace deste aflitivo problema. Todavia, frisemos, resta mais urgente a redução de jornada nos moldes anteriores.

A respeito da mundialização do capital.

Evidentemente que toda a problemática anterior resulta extremamente acentuada numa “lógica mundializada” de atuação do Capital. Nesse mister, a preponderância da esfera financeira, com evidentes reflexos negativos na esfera produtiva, acompanhadas de uma concentração de capital e tecnologia nas maiores potências num contexto economicamente hierarquizado; aliada à uma igualmente danosa destinação de milhões de dólares dos “fundos de pensão” no desenvolvimento

de novas tecnologias; adquirem singular importância para uma “classe que vive do trabalho” heterogênea, fragmentada, complexificada, oscilante entre os “estáveis e os precariamente incluídos, e ainda não-integrada quanto ao preço da venda de sua força de trabalho.

Em que pesem os argumentos pautados em uma “mobilidade da força de trabalho” freqüentemente desmentida por políticas de imigração, sem sombras de dúvida, o ponto crucial nas atuais circunstâncias corresponde à “desigualdade salarial e de condições de trabalho”, situação notadamente agravada nos países de Terceiro Mundo, na sua relação com a irresistível “mobilidade do capital”, num processo que, a permanecer as suas tendências, em momento algum irá resolver as “diferenças regionais” e até mesmo “nacionais” podendo, não raras vezes, acentuá-las.

Efetivamente não podemos fechar os olhos ante um exacerbado fluxo mundial de capital, por outro lado, não devemos nos esquecer que, em última análise, são as economias nacionais que dão sustentáculo a esse estado geral das coisas. Desse modo, uma “coordenação internacional” que “regulamente” e “controle” este fluxo constitui uma imperiosa necessidade e tal processo deve ser consoante com as “políticas internas” a iniciar pelos países dominantes deste sistema político-econômico hierárquico. A deslocalização industrial, tecnológica e de investimentos não pode ser pautada em uma “diferença salarial” mais rentável, nesse sentido tem razão Donahue, ao defender a adoção pela OMC dos direitos de liberdade de associação e negociação coletiva, normas de saúde e segurança e proibição do trabalho infantil, entre outros enunciados da OIT.

Dois outros aspectos tomam importância estratégica nesta situação geral: o “controle”, por parte dos trabalhadores dos investimentos em novas tecnologias; e a “licitude” das greves de solidariedade. Até mesmo porque salários são apenas salários e afinal de contas, nas atuais circunstâncias, não há remuneração que pague a miséria das regiões do globo desprovidas de “atrativos” para o Capital e o Trabalho que resulte em “produção destrutiva”.

Sobre o Estado:

Na nossa sucinta apreciação da dimensão do Estado, observamos no decorrer deste século, em dois momentos distintos, no que tange à tríplice dimensão do sistema, o elevado grau em que pode se fazer presente a atuação política do Estado na tentativa de manter uma, estruturalmente antagonica relação, historicamente viável. Nesse mister, apesar das diferenças não só conjunturais que historicamente se estabelecem, percebemos primeiramente, na apreciação do *New Deal*, em resposta à grande recessão e ao crescente desemprego, dois mecanismos de atuação política de conteúdo diverso no tratamento da crise econômica historicamente estabelecida. Numa primeira abordagem, estabelecemos como, a partir do *New Deal*, o Estado, convertendo-se em um “último empregador”, conseguiu através de grandes projetos de obras públicas e da concessão de benefícios sociais, um “sucesso parcial” no combate ao desemprego e no estímulo do poder aquisitivo do “consumidor”, mas que, também como lembra RIFKIN, apesar dos esforços do Estado, a II Guerra Mundial, em última análise, foi a “salvação da economia americana”. Noutra abordagem, quando enfocamos o período exatamente anterior ao do *New Deal*, percebemos na apreciação da “Lei Black/Connery”, um conteúdo de abordagem do Estado de conteúdo bem diverso do *New Deal* que, ante o peso da “homologia estrutural” e da relação de “complementaridade” entre Estado e Capital, esmagou o programa de “redução da jornada semanal de trabalho” consubstanciado na legislação sob exame, em que pese o arrependimento *post festum* de Roosevelt.

Momento diverso é o em que abordamos a plena ascensão do fordismo e da sua “assunção pela nação-Estado”, no período iniciado a partir de 1945 que veio a resultar no binômio “fordismo-keynesianismo” marcado por um conteúdo forte em benefícios sociais, nas nações dominantes principalmente, inclusos no grande leque de obrigações assumidas pelo Estado no período de expansão observável até a década de 1970 aproximadamente. Há que se ter em mente que inúmeros outros fatores como, por exemplo, a dualidade capitalismo-socialismo presente à época, foram

determinantes no fortalecimento do conteúdo social que indelevelmente assinalou o que conhecemos por *Welfare State*.

Nestes dois momentos, apesar de seus traços distintivos (um de crise e outro de expansão da base econômica), notamos um significativo grau de atuação política do Estado no sentido da geração de emprego e implementação de direitos sociais primeiramente no *New Deal* e, no pós-guerra, na plena consolidação da simbiótica união entre o modo de produção vigente (fordismo) e os mecanismos de atuação política do Estado (keynesianismo). Neste último o “conteúdo social” de atuação se evidencia na implementação do “salário social” e uma intervenção “direta ou indireta” do poder do Estado nos “acordos salariais” e nos direitos dos trabalhadores na produção.

No último quarto do século XX, em meio à acumulações flexíveis, liberalização do capital, Estado-mínimo, empreendedor etc., não podemos em momento algum postular uma ausência de “intervencionismo estatal” ou de uma alegada “inexistência” dos “Estados-nacionais”. O que há, isto sim, é uma determinação dos modos e mecanismos de atuação política ou de intervenção do Estado pelo “conteúdo” ou “essência” da abordagem historicamente exigida já que, em última análise, no que respeita ao “controle do Trabalho” há uma atuação “fundamental”, e, no que respeita à “divisão hierárquica” e “fragmentação do trabalho”, uma atuação “inevitável”.

O período que agora vivenciamos sucede à uma quebra dos compromissos assumidos pelo capitalismo que permitiram erigir o *Welfare State* em escala nacional, num desmantelamento de barreiras ao processo de internacionalização do capital, capitaneado pela esfera financeira. Em um tal processo, onde o abandono dos direitos sociais é a tônica inclusive nas nações economicamente dominantes, ao mesmo tempo em que se ensaiam prováveis desastres para os trabalhadores dos Estados-nacionais economicamente desprivilegiados, já que lhes falta o “paradigma” do primeiro mundo, num inegável “recoo histórico”, os trabalhadores dos países dominantes se vêm

assolados por uma “mobilidade” sem precedentes do capital que os ameaça e intimida a nivelarem por baixo a sua condição, comprometendo conquistas históricas na esteira de uma “livre concorrência” e de uma “mobilidade” do trabalho que insiste na procura de zonas salariais mais baixas a despeito das noções de fábrica-mínima e da tecnologia utilizada nas diversas fábricas “estado da arte” que pululam nos países em desenvolvimento sob o aplauso incontido de seus líderes nacionais.

Damos por certo o fato de que a proliferação de leis “anti-sindicais”, assim como o alcance restritivo de uma legislação protetiva “parcial”, certamente impõem, por seu conteúdo no primeiro caso e pela restrição de abrangência no segundo, além da implementação descontrolada de novas tecnologias, um forte indicativo na direção de uma “homologia” e “complementaridade” entre as dimensões Capital e Estado. Todavia, é inútil procurar em uma quarta dimensão, ou no mercado, as soluções para os problemas ocasionados pela subordinação antagonisticamente estruturada do Trabalho sob o sistema de capital.

Seja pelo fato de que no passado conseguiu, sob pressão das situações e das massas, impor ao Capital conquistas extremamente significativas do ponto de vista dos trabalhadores, seja pelo fato de que, no que respeita ao “conteúdo” ou “essência” de sua atuação, desempenhe um papel fundamental no “controle do trabalho”²⁵⁴, a despeito do atual abandono e descaso por parte do Estado no que respeita à questão salarial, o Estado em nenhum momento deu mostras de ter sido abalado seu incomensuravelmente grande poder nem, tampouco, restou arranhada sua posição estratégica.

Na realidade, o processo de “desalienação política” e “comunalização da sociedade” (“dissolução” do Estado), só se daria na mesma proporção em que se modificasse a própria “divisão do trabalho” herdada. Assim, mesmo na passagem para

²⁵⁴ O aspecto decisivo da questão, repetimos, é a transferência do “controle efetivo” de todas as unidades de produção do Capital para o Trabalho, o que implica numa mudança política “qualitativa” para tal finalidade muito além da “questão imediata” da propriedade. Em tempos de uma crescente

um modo de produção socialista o Estado assumiria uma “forma política transicional” para num primeiro momento proteger o Trabalho das classes dominantes anteriores e, num segundo, para protegê-lo de “si próprio” em função da “ainda prevalecente” divisão do trabalho. Historicamente se demonstra que a determinação do “conteúdo” dos modos de atuação do Estado é dado pelo “momento predominante”.

Para a formulação de uma crítica do Direito do Trabalho contemporâneo:

Ao final, em nada desconhecedores das múltiplas implicações dos fatores, relações e circunstâncias que envolvem, a Tripla Dimensão do sistema de capital, notadamente o Estado e o Direito, que certamente, no futuro restarão aprofundadas, somos forçados a reconhecer que a força da ideologia dominante consubstanciada nas mal-sinadas teses sobre a perda de centralidade do Trabalho, também encontra ecos nos Tribunais Superiores, em crônicas de uma morte anunciada que projetam para daqui há 25 anos o fim da Justiça do Trabalho e, em última análise, o do Direito do Trabalho, embasados num pretenso “fim das lutas de classe”.

Não ignoramos a base econômica sobre à qual o Direito do Trabalho se projeta como “aspecto da superestrutura jurídica burguesa”. Todavia, como lembra Tertulian na sua *Introdução*, a “lógica do Direito” e a da “Economia” não são de modo algum “perfeitamente compatíveis”, pois as relações jurídicas não podem ser reduzidas a “epifenômenos” das relações econômicas.

Evidentemente, entre os complexos sociais Economia e Direito existem conexões em nível tão profundo que, no Direito do Trabalho, vêm à tona enunciados embasados em uma equiparação entre “emprego” e “trabalho” que só num “sistema de capital” fazem sentido, formalizadores da perversa “subordinação” do Trabalho à uma mediação de “segunda ordem” como, por exemplo, o artigo 3º de nosso texto consolidado.

“concentração e centralização” do Capital a força política “compensatória” do Trabalho há de ser, ao

Todavia, não cessaram as lutas de classe, e como o Capital sempre insiste em gerar o seu oposto, não é provável que cessem. E mesmo que por um milagre cessassem, não há motivos para que se postule um descabido êxodo do Direito do Trabalho. O Trabalho é histórica e ontologicamente “primeiro” em relação ao Capital e ao Direito. O Trabalho deve ser protegido do Capital num primeiro momento e de si próprio num segundo. Nesse sentido, não há que se falar em ausência de tutela do Trabalho, principalmente sob a égide de um “modo de controle social metabólico fundamentalmente incontrolável”. E, em sentido idêntico, a separação entre “produção” e “controle”, mais que um “defeito estrutural”, historicamente incrustado no preâmbulo de nossos códigos, ainda a torturar o intelecto dos juslaboristas, se apresenta para o Direito do Trabalho mais como o maior desafio na meta de sua “missão histórica” de extirpar de suas codificações uma “divisão do trabalho” que, com o passar dos séculos, se revela cada vez mais uma “divisão imprópria”, bem diversa de uma divisão funcional ou técnica.

Posto que o fim do Direito do Trabalho, é um “recoo histórico” ainda maior que o observado nos direitos sociais, postular o contrário é lançar ao ar sementes na esperança de que frutifiquem em solo estéril, numa cruel dissonância que só encontra par na não menos desastrosa e paradoxal concepção vigente que, num elogio à “precarização do vínculo empregatício”, encontra a mágica solução de um desemprego crescente.

Hão que ser considerados ainda, os múltiplos conceitos e definições de Direito do Trabalho. Na nossa modestíssima opinião o entendemos, em seu sentido mais amplo, como “aquilo que do Trabalho é próprio” e nesse mister devem ser abjuradas as postulações de uma “interpretação econômica” do Direito, melhor seria se passássemos a pensar em um Direito do Trabalho “apesar” do Capital como saída para o “vazio” teórico que nos atinge.

Há muito se assenta na doutrina do Direito do Trabalho que este mais que um direito de essência é um direito de existência. Restam nebulosas, entretanto, as implicações de que uma substancial modificação na primeira possa afetar a última.

Em momento algum, deixamos de acreditar em um Direito do Trabalho “para além do Capital”. Neste dia, “consoante” com a realidade, nossos “códigos de auxílio ao consumo” serão taxativos no veto de produtos oriundos de uma “superexploração” do trabalho e nossas legislações laboristas reputarão “produtor” a todo aquele que, na “independência” do capital construa algo de socialmente útil. Entretanto, as situações são difíceis, o tempo é escasso e as notícias não são boas, mas certamente, esse não é o “fim da história”.

ANEXO

Principais trechos do artigo: *O sofrimento dos trabalhadores chineses*, por Anita Chan e Robert Senser. Os números em parênteses se referem às páginas da versão brasileira do estudo. Os negritos são nossos.

“ SOCIALISMO BASEADO NA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Desde sua introdução em 1978, as reformas de Deng Xiaoping provocara, vastas mudanças na força de trabalho da China. Ao mesmo tempo em que se diversificaram os tipos de empresa, constatou-se um agravamento das relações trabalhistas em todas elas — sejam estatais, ‘joint ventures’, coletivos municipais ou distritais, sejam empresas privadas de capital nacional ou estrangeiro. Uma inovação crucial do ‘socialismo com feições chinesas’ implantado por Deng foi a de que algumas pessoas ‘enriqueceriam antes das outras’. Enquanto isso, a maioria dos trabalhadores, os supostos ‘senhores’ do país, continua a esperar por sua parte./.../

A realidade desmente a asseveração ideológica de que tanto os administradores quanto os trabalhadores fazem parte da classe operária, como observa Feng Tongqing, professor do principal centro de formação de lideranças sindicais em Pequim, no livro ‘Falando Sem Restrições’: ‘A classe operária, como é tradicionalmente definida, está dividida em pelo menos três grupos: 1) gerentes e outros funcionários graduados da administração; 2) engenheiros e técnicos; 3) trabalhadores no chão de fábrica. Cada um desses três grupos apresenta características,

divisões de trabalho e modos de vida próprios. Como é grande a disparidade entre esses grupos em termos de poder, prestígio e renda, são inevitáveis os conflitos entre eles. E aí se localiza a raiz do ressentimento dos trabalhadores pela perda de seu status tanto nas empresas como na sociedade'. (p. 3)

NO CHÃO DA FÁBRICA

Cerca de 17 milhões de chineses trabalham nas fábricas instaladas na região litorânea por investidores estrangeiros, principalmente de Taiwan, Hong Cong e Coréia do Sul. **Os trabalhadores, quase sempre mulheres vindas de áreas rurais, fabricam calçados, brinquedos roupas e outros produtos para exportação, muitas vezes sob condições da mais brutal exploração. Os salários irrisórios não são, contudo, o pior problema dessas operárias.** Mais repugnantes são as punições físicas e até mesmo espancamentos por supervisores e guardas particulares, alguns dos quais carregam cassetetes elétricos. Como resultado desse clima de terror, até as ameaças verbais são intimidadoras.

Em alguns casos, as regulamentações coercitivas impostas pela administração, e válidas não só durante o horário de trabalho, mas também nas horas de folga, são incrivelmente detalhadas: não é permitido conversar nem mesmo às refeições; no interior do complexo fábrica-dormitório, os trabalhadores só podem circular por um caminho demarcado; eles são proibidos de sair do complexo sem permissão especial; as mulheres não podem engravidar, se casar ou mesmo noivar. **Em uma das fábricas, todas as operárias que precisam ir ao banheiro mais de duas vezes durante a jornada de trabalho são descontadas em quase 20% do salário mensal. Transgredir uma dessas regras pode acarretar não apenas multa como castigo físico, pressões psicológicas ou mesmo demissão — caso em que o empregado perde no mínimo duas semanas de salário.**

As condições sanitárias e de segurança são alarmantes. Na província de Fujian, na fábrica de talheres Xiamen Jiamei, de propriedade taiwanesa, quase 25% dos 400 operários ficaram aleijados ou sofreram lesões. Sem condições de obterem emprego em locais por terem perdido dedos ou um braço, alguns

continuaram a trabalhar sob as mesmas condições precárias e acabaram sofrendo lesões adicionais. O pior desastre ocorreu em novembro de 1993, quando um incêndio na fábrica de brinquedos Zhili, em Guangdong, matou 87 trabalhadores e feriu mais de 60 outros, impedidos de sair do prédio porque as janelas eram fechadas com grades e as portas, trancadas. Em uma carta encontrada no local do desastre (que recuperamos e levamos para fora da China), uma das operárias mortas dizia que seu gerente, de Hong Cong, havia recusado várias vezes seu pedido de demissão.

Como as taxas de rotatividade no emprego estão aumentando no sul da China, muitas indústrias implantaram um sistema de trabalho cativo de modo a preservar sua mão-de-obra. Ao serem contratados por uma companhia, os trabalhadores em geral devem entregar seus documentos oficiais (tais como permissões de residência temporária e cédulas de identidade) e pagar um 'depósito', ou caução, de valor considerável. fica subentendido que tanto os documentos quanto a caução poderão ser confiscados se o trabalhador quiser demitir-se. Ao descrever as fábricas de calçados em Guangdong, um executivo de uma associação nacional de fabricantes de couro, radicado em Pequim, comentou: ' Naquela região a exploração é escandalosa. Eles arrebatam as pessoas no trabalho'.

DEMÔNIOS ESTRANGEIROS

Por que o governo permite que empresários estrangeiros abusem de cidadãos chineses de forma tão ultrajante? Na verdade, muitas dessas ' joint ventures' têm, como sócios, órgãos governamentais ou empresas estatais. Os acionistas da fábrica de calçados Zhaojie incluem uma empresa estatal, a China Travel. Tanto quanto os investidores estrangeiros, os órgãos governamentais buscam o lucro, e por isso, não se empenham no cumprimento de leis trabalhistas. As fábricas em que a exploração é mais abusiva, recrutam sua mão-de-obra sobretudo entre os cidadãos mais vulneráveis do país — os migrantes vindos de áreas rurais, que continuam sendo considerados migrantes mesmo depois de estarem morando nas cidades há anos. Esses trabalhadores são vítimas de uma espécie de 'apartheid': um

sistema de registro de moradia que, desde sua introdução em 1950 e até hoje, divide a população em dois grupos distintos: o urbano e o rural. Para morar numa área urbana, o camponês precisa obter e, posteriormente, renovar um visto temporário de residência vinculado a um emprego, algo que o torna extremamente vulnerável.

Por outro lado, não é infundado o temor expresso com frequência de que, se forem submetidas a controles, as empresas estrangeiras acabarão transferindo suas fábricas para outros países. Em conversa com um repórter da Business Week, alguns anos atrás, um executivo de Hong Cong explicou de que maneira sua indústria de brinquedos reagiu às pressões do governo provincial para que reduzisse a jornada de 12 horas de trabalho: 'Dissemos a eles que o setor de brinquedos é assim mesmo. Se não permitissem que fizéssemos as coisas à nossa maneira, preferíamos fechar nossas fábricas e transferi-las para a Tailândia'. **Nos dois últimos anos, o afluxo de trabalhadores vindos do campo diminui em algumas cidades de Guangdong, pois os salários não acompanharam a taxa de inflação local de 20% ou mais ao ano. Em Guangdong, entrevistamos recentemente empresários de Taiwan que afirmaram estar pensando em transferir suas indústrias para o Vietnã, onde o custo da mão-de-obra é ainda mais baixo. (p. 4)**

MÉTODOS CIENTÍFICOS

Ao eliminar o sistema maoísta, no qual o governo definia as escalas salariais de todas as empresas estatais, o governo transferiu a responsabilidade pela política salarial aos administradores de cada empresa. Os trabalhadores convivem, hoje, com uma política generalizada de manter os salários em segredo, uma prática comum nas empresas de capital asiático que se instalaram na China. Esse ' sistema de salários secretos' tornou-se um exemplo de transferência de tecnologia moderna, tendo-se alastrado para as empresas municipais e distritais, assim como para o setor estatal. Atualmente, na China, o dia de pagamento é um dia de surpresas. Segundo uma trabalhadora da província de Henan, ' você nunca sabe quanto vai receber no fim do mês'. /.../

Preservando o que consideram aproveitável da era maoísta, essas fábricas de Henan ainda dão grande valor às campanhas de 'emulação socialista', importadas da União Soviética na década de 50 que distinguem os trabalhadores mais produtivos como modelos para os outros. Um dos métodos prediletos para exaltar um operário-padrão é afixar seu nome e suas realizações em um grande cartaz vermelho visível por todos. Uma, pelo menos, das fábricas de Henan introduziu uma tenebrosa variação dessa prática. Ela usa um cartaz verde-escuro, cor associada a notícias ruins, para humilhar alguém cuja conduta é considerada reprovável. Um pôster verde típico, visto por Zhao numa fiação que emprega 10 mil operários, anunciava em letras grandes: 'Advertência séria: 1.236 pontos [equivalentes a um terço do salário mensal] serão subtraídos do salário a ser recebido neste mês pela operadora Wang Xiaofeng, por causa de suas sucessivas violações das instruções operacionais (...). Por exemplo, ela nunca se empenhou em manter a postura física correta prescrita nas instruções'. (p. 5

PASSADO E PRESENTE

Consciente de que a exploração da força de trabalho é mais explosiva do que nunca, o regime tomou medidas preventivas que vão além de um controle policial mais severo. Em meados de 1994, o Congresso Nacional do Povo aprovou uma abrangente legislação trabalhista, descrita como 'adequada a uma economia de mercado socialista'. Ao mesmo tempo que atribui maior autonomia aos administradores de empresas, a extensa legislação também prevê ampla gama de medidas de proteção para os trabalhadores. Ela exige que cada governo provincial defina o salário mínimo, baseado nas condições locais; assegura aos trabalhadores pelo menos um dia de descanso por semana; limita as horas extras a três horas além da jornada padrão de oito horas; prevê remuneração maior pelas horas excedentes; permite que os sindicatos trabalhistas oficialmente reconhecidos negociem contratos coletivos; reafirma a idade de 16 anos como a da maioridade para fins trabalhistas; e explicitamente considera atos criminosos a violência física, as ameaças e as pressões no local de trabalho.

Os operários que conhecem seus direitos e levam suas queixas a comitês de arbitramento trabalhista têm possibilidade de ganhar as causas. O julgamento de cerca da metade dos 210 mil processos trabalhistas de 1995 decidiu em favor dos trabalhadores. **A maioria deles, no entanto, desconhece seus direitos ou então teme denunciar os abusos de que é vítima. A aplicação das leis varia muito de acordo com os funcionários locais, cuja venalidade não é coibida nem pelo respeito à lei nem por um Judiciário independente.**” (p. 6).

GLOSSÁRIO

CAPITAL FICTÍCIO: Capital que tem valor monetário nominal e existência como papel mas que, num dado momento do tempo, não tem lastro em termos de atividade produtiva real (bens ou serviços que possam ser vendidos com lucro) ou de ativos físicos (instalações ou equipamentos que possam ter emprego lucrativo). HARVEY, D. p. 171.

ESTRATÉGIA TECNO-FINANCEIRA: Forma de internacionalização baseada nos ativos intangíveis da companhia (capital humano), resultado da evolução das atividades da companhia no exterior (passagem da produção material direta para o fornecimento de serviços). MICHALET. *Apud* CHESNAIS, F. p. 77.

GRUPOS FINANCEIROS DE PREDOMINÂNCIA INDUSTRIAL: Organizações que, de um lado, os interesses se identificam cada vez mais com os das instituições estritamente financeiras (natureza financeiro-rentista de seus rendimentos) e que, de outro, continuam sendo locais de valorização do capital produtivo sob forma industrial. CHESNAIS, F. p. 275-276.

INTERNACIONALIZAÇÃO: Noção de caráter genérico, inclui o comércio exterior, os investimentos externos diretos e os fluxos internacionais de capital sob forma monetária. Em uma interpretação ampliada passa a incluir as entradas e saídas de tecnologias (incorporadas aos equipamentos ou sob forma intangível), movimentos internacionais de pessoal qualificado e fluxos de informação e dados transfronteiras. CHESNAIS, F. p. 43-44.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. 155p.

_____. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980.** São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. 220p.

_____. **O novo sindicalismo no Brasil.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995. 85p.

_____. **O que é o sindicalismo. Coleção Primeiros Passos.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 95p.

BARBAGELATA, Héctor-Hugo. **O particularismo do direito do trabalho.** São Paulo: LTr, 1996. 149p.

BARNES, Hilary. **Trabalhadores Mimados. Foreign Affairs,** n. 1, p. 18 e 19, out. 1996.

BOBBIO, Norberto et alli. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Edunb, 1993. 2 v. 1.318 p.

BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1988.

_____. **Consolidação das leis do trabalho**. 13 ed. Juarez de Oliveira (org.). São Paulo: Saraiva, 1991.

CHAN, Anita., SENSER, Robert. A. O sofrimento dos trabalhadores chineses. **Foreign Affairs**, n. 7, p. 3-8, abr. 1997.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994. 209p.

DONAHUE, Thomas. Centro e Periferia. **Foreign Affairs**, n. 1, p. 19-20, out. 1996.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995. 170p.

FORBES, Steve. Liberando o crescimento. **Foreign Affairs**, n. 1, p. 20-21, out. 1996.

GENRO, Tarso. F. **Introdução a crítica do direito do trabalho**. Porto Alegre: L&PM, 1979. 119p.

_____. O novo espaço público: 21 teses para a criação de uma política democrática e socialista. **Folha de São Paulo, Mais!**, p. 3, jun. 1996.

_____. Os trabalhadores e o direito: direito e justiça, a cidadania desmistificada. **Teoria & Política**, n. 10, p. 55-64, São Paulo: Brasil Debates, out. 1988.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. 203p.

_____. O despotismo de fábrica e suas conseqüências. **Crítica da divisão do trabalho**. 2. ed. GORZ, André. (org.), São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 79-90.

HABERMAS, Juergen. A nova intransparência. **Novos Estudos**. n. 18, p. 103-114, set. 1987.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992. p. 117-184.

HELLER, Agnes. **Teoria de las necesidades en Marx**. Barcelona: Península. p. 43-76.

HOBBSAWM, Eric. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 13-56.

KAPSTEIN, Ethan. B. Os trabalhadores e a economia mundial. **Foreign Affairs**. n. 1, p. 3-11, out. 1996.

_____. A política econômica deve levar em conta as pessoas.

Foreign Affairs. n. 1, p. 21-22, out. 1996.

KRUGMAN, Paul. Primeiro, não cause danos. **Foreign Affairs.** n. 1, p. 12-15, out. 1996.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 244p.

LAWRENCE, Robert. Z. Não ceda à tentação de gastar. **Foreign Affairs,** n. 1, p. 15-18, out. 1996.

LESSA, Sérgio. **A centralidade do trabalho na ontologia de Lukács.** Tese de doutorado - UNICAMP, mar. 1994, 285p. (xerox).

_____. **A ontologia de Lukács.** Maceió: EDUFAL, 1996.146p.

_____. **Sociabilidade e individuação.** Maceió: EDUFAL, 1995. 126p.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 1995. 316p.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento do homem. **TEMAS de ciências humanas.** Vol. 4. São Paulo: Ciências Humanas. p. 1-18.

_____. Trabalho e teleologia. **Novos Rumos.** n. 13. São Paulo: Novos Rumos, 1989. p. 7- 27.

MANDEL, Ernst. Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano.

Quatrieme Internationale. n. 20, José Almeida de Souza Jr. (trad.),
Ângela Tude de Souza. (rev.), França: 1986. 35p. (xerox).

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas: para

que servem os patrões? **Crítica da divisão do trabalho.** 2. ed. GORZ,
André (org.), São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 37-77.

MARX, Karl. A consciência revolucionária da história. **MARX/ENGELS -**

Grandes cientistas sociais. n. 36. FERNANDES, Florestan. (org), São
Paulo: Ática, 1989. p. 146-181.

MÉSZÁROS, István. **A ordem de reprodução social metabólica do**

capital. Tradução das páginas 41-49, 104-108, 136-141, 491-495, 771-
773 de Beyond Capital. Londres: Merlin Press, 1995. Ana Cecília Acioli
Lima. (trad.), 14p.

_____. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de
negação e afirmação.** São Paulo: Ensaio, 1993. p. 75-119.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Ensaio, 1996. 635p.

_____. **Produção destrutiva e estado capitalista.** 2. ed. São
Paulo: Ensaio, 1996. 150p.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas**

para o futuro da “sociedade do trabalho”. Vol. 1. Rio de Janeiro:
Tempo Brasileiro, 1989. p. 7-40.

PIGNON, Dominique., QUERZOLA, Jean. Ditadura e Democracia na produção. **Crítica da divisão do trabalho**. 2. ed. GORZ, André. (org.). São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 91-138.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995. 348p.

ROBORTELLA, Luiz Carlos A. **O moderno direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1994. 336p.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. 4. ed. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1993. p. 7-70.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à Ontologia do Ser Social, de Lukács. **Crítica Marxista**. n. 3. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 54-69.